



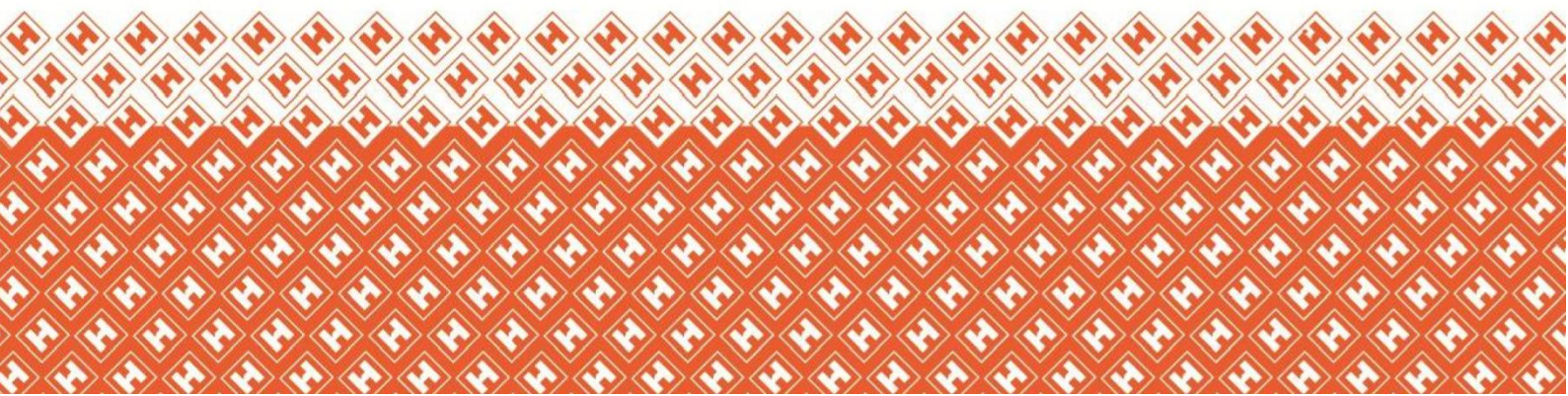
HUGO LEONARDO PEREIRA BORBA

**MEMÓRIAS DE AÇO ANOS DE CHUMBO: A AULA É NA RUA.
ENSINO DE HISTÓRIA NOS ESPAÇOS DE MEMÓRIAS SENSÍVEIS
DE VOLTA REDONDA**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Seropédica – RJ

Junho, 2026.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL – PROFHISTÓRIA

HUGO LEONARDO PEREIRA BORBA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em ensino de História – Mestrado Profissional, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ensino de História.

Dissertação aprovada em 1º de junho de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho - UFRRJ
Presidente – Orientadora

Professora Doutora Carline Santos Borges – UFRRJ
Examinadora Interna

Professora Doutora Alejandra Luiza Magalhães Estevez - UFF
Membro Externo

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B726m Borba, Hugo Leonardo Pereira, 1980- Memórias de aço anos de chumbo: a aula é na rua. Ensino de História nos espaços de memórias sensíveis de Volta Redonda. / Hugo Leonardo Pereira Borba. - Seropédica, 2026.
175f.

Orientadora: Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho Coutinho. Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Mestrado Profissional em Ensino de História, 2026.

1. Ensino de História. 2. Aula Passeio. 3. Espaços de memórias. 4. Memórias sensíveis. I. Coutinho, Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho, 1959-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mestrado Profissional em Ensino de História III. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA**

TERMO Nº 335 / 2026 - PROFHIST (12.28.01.00.00.00.79)

Nº do Protocolo: 23083.025444/2026-28

Seropédica-RJ, 02 de junho de 2026.

Nome do(a) discente: HUGO LEONARDO PEREIRA BORBA

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM ENSINO DE HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Ensino de História

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 01 de junho de 2026

Banca Examinadora:

Dra. ALEJANDRA LUISA MAGALHÃES ESTEVEZ, UFF Examinadora Externa à Instituição

Dra. CARLINE SANTOS BORGES, UFRRJ Examinadora Interna

Dra. MARIA ANGELICA DA GAMA CABRAL COUTINHO, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 02/06/2026 09:15)

CARLINE SANTOS BORGES
COORDENADOR CURS/POS-GRADUACAO - SUBSTITUTO
PROFHIST (12.28.01.00.00.00.79)
Matrícula: 1140839

(Assinado digitalmente em 02/06/2026 12:41)

MARIA ANGELICA DA GAMA CABRAL COUTINHO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptTPE (12.28.01.00.00.00.24) Matrícula:
1792033

(Assinado digitalmente em 02/06/2026 10:38)

ALEJANDRA LUISA MAGALHÃES ESTEVEZ
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 056.305.577-42

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **335**, ano: **2026**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **02/06/2026** e o código de verificação: **380b0ded21**

DEDICATÓRIA

Às vítimas da repressão e do arbítrio no Sul Fluminense, cujas vidas e vozes a Ditadura Empresarial-Militar tentou silenciar.

À memória dos Soldados mortos e torturados no Quartel de Barra Mansa; e à Estrela Dalva Bohadana e Edir Alves de Souza, símbolos da resistência e do sacrifício sob a tortura. Que este trabalho seja um eco de suas lutas contra a crueldade institucionalizada.

À Professora Maria das Dores Mota, a querida Dodora, cuja aula foi vigiada em Volta Redonda durante a ditadura e nunca impediu que sua luz se tornasse inspiração para uma educação libertadora.

A todos que resistiram e mantiveram acesa a chama da democracia no Brasil, sob a guia espiritual e política de Dom Waldyr Calheiros (in memoriam), bravo e incansável defensor dos Direitos Humanos e dos oprimidos desta região.

À Professora de História Alcione (in memoriam), de Volta Redonda. Sua brilhante carreira no magistério, tragicamente marcada pela perseguição e pela demissão após ter sua aula filmada em 2022, é um lembrete doloroso de que a vigilância e o autoritarismo ainda rondam nossas salas de aula. Sua partida não apagará seu legado.

Aos meus pais, José Maria, o "arigó" que veio de Valença- RJ, e dedicou a vida à construção de Volta Redonda, e Fátima Sueli, trabalhadora incansável do lar. Deles, herdei a fundação mais sólida de minha formação: a sensibilidade pela Justiça e o compromisso com a dignidade humana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, fonte criadora de muitos nomes e formas de transcendência, cuja força libertadora de Justiça faz brotar a Vida.

Aos meus amores, Jodeane, Antonio e Clara: diante das minhas fragilidades e do tempo de convivência de que os privei em função dos estudos, vocês foram a força fundamental para que eu pudesse continuar, em meio aos obstáculos que enfrentei nesta pesquisa.

Aos meus pais, José Maria um operador de máquinas e garçom, e Fátima Sueli, uma cozinheira e manicure (filha de lavadeira: a guerreira Geralda *in memoriam*) pelo apoio incondicional. Dois trabalhadores que, mesmo sem terem concluído suas trajetórias escolares, são verdadeiros mestres da vida, sentem um orgulho profundo ao ver o filho ingressar em um Mestrado de uma Universidade Federal.

Aos meus queridos Lucíola Victorino e Joldeir Cabral, que são mais que sogros; são extensões da minha família e grandes apoiadores em minha vida.

Aos meus irmãos da Fraternidade Franciscana, pequena fonte de vitalidade que, com nosso carisma, me auxilia a enfrentar as contrariedades da vida.

Ao Centro de Documentação da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, na pessoa do Padre Flávio Luís, pela atenção e disponibilidade nas consultas à documentação.

Ao Centro de Memória e à equipe do Museu do Trabalho e dos Direitos Humanos, na pessoa da Professora Alejandra Estevez, com quem compartilhei vivências fundamentais em campo, cursos, leituras e exposições sobre as memórias da nossa região Sul Fluminense.

Aos professores, amigos e ex-alunos -Rômulo Nobrega e Matheus Neto-pelo grande incentivo para que eu retornasse à universidade e realizasse este trabalho.

Agradeço imensamente aos queridos professores Carlos Eduardo, Carline, Maria Angélica, Regina, Maria da Glória e Patrícia Bastos; sem vocês este trabalho não teria sido possível. Obrigado(a) por acreditarem no potencial desta pesquisa e por me conduzirem com tanta generosidade e paciência pelos caminhos, por vezes tortuosos, do mestrado profissional.

Minha mais profunda gratidão à minha orientadora, Professora Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho, cuja sabedoria e generosidade foram os pilares desta pesquisa. Suas sugestões pertinentes e sua visão crítica foram fundamentais para o amadurecimento das minhas ideias e a reestruturação dos meus objetivos. Agradeço, sobretudo, por seu olhar atento e humano: sua paciência com o meu processo de escrita e sua compreensão diante das minhas dificuldades com os prazos foram gestos de extrema generosidade. Sem sua confiança e seu compromisso

inabalável com a educação libertadora este trabalho não teria alcançado o resultado que hoje apresento.

Expresso minha sincera gratidão às professoras Fabiana de Moura Maia Rodrigues (UFRRJ) e Alejandra Estevez (UFF) pelas valiosas contribuições durante a banca de qualificação. Suas análises detalhadas e críticas construtivas foram fundamentais para o amadurecimento desta pesquisa, permitindo-me reestruturar caminhos e aprimorar o rigor acadêmico. Agradeço imensamente pelo incentivo em buscar novas perspectivas, que foram decisivas para o resultado f deste trabalho.

À professora Carline Santos Borges, por ter aceitado fazer parte da banca da defesa desta dissertação de mestrado.

Aos meus colegas de turma do ProfHistória/2023 da UFRRJ, em especial Ana Maria, Elbes, Rafael e Felipe, que compartilharam comigo cada etapa desta jornada; vocês foram mais que companheiros de carona e estrada, tornaram-se parceiros de vida e de trocas de saberes que deixaram o caminho muito mais leve.

Gratidão a toda a turma do ProfHistória/2023 da UFRRJ pelos laços que criamos e pelos professores de História incríveis que são. Nossas trocas ultrapassaram os muros da universidade e se tornaram um porto seguro de apoio mútuo, admiração e resistência acadêmica. Foi uma honra aprender com vocês.

Minha profunda gratidão às instituições nas quais atuo há mais de 20 anos, espaços que moldaram minha identidade docente. Ao Colégio de Aplicação do Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB/Volta Redonda), agradeço aos diretores Carlos Roberto e Nayara Alcântara pelo suporte.

Ao curso de História do UGB, na pessoa do coordenador Paulo Célio Soares, agradeço o apoio constante e incentivo à pesquisa, estendendo meu carinho aos nossos acadêmicos.

No âmbito da rede pública, agradeço ao CIEP 299 – Jiulio Caruso (SEEDUC-RJ), na pessoa da diretora Mara Xavier, e a todos os meus alunos do Ensino Médio Integral e da EJA. Vocês foram a verdadeira inspiração desta pesquisa, motivando-me a resgatar as memórias daqueles que vieram antes.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Por fim, estendo meu agradecimento a todos aqueles que, embora não citados nominalmente, cruzaram minha trajetória e contribuíram para a realização deste sonho. Com a consciência de que ninguém constrói nada sozinho, reconheço em cada conversa, gesto e apoio a força necessária para chegar até aqui. A todos vocês, minha eterna gratidão!

Borba, Hugo Leonardo Pereira. **Memórias de aço anos de chumbo: a aula é na rua. Ensino de história nos espaços de memórias sensíveis de Volta Redonda.** Dissertação de Mestrado Profissional em História – ProffHistória. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

RESUMO

A presente pesquisa investigou os desafios do ensino de História diante da ascensão de movimentos de extrema-direita e de narrativas negacionistas que ameaçaram a liberdade de cátedra e a integridade da memória histórica na educação básica. O estudo focalizou a realidade de Volta Redonda (RJ), território marcado pelas contradições da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985), pela atuação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e pelas memórias da classe trabalhadora. O objetivo geral foi refletir sobre as potencialidades do ensino de História no enfrentamento aos negacionismos contemporâneos, utilizando as memórias sensíveis locais como eixo central. Metodologicamente, o trabalho adotou uma abordagem qualitativa, amparada no levantamento bibliográfico e na análise de fontes primárias, como o Relatório da Comissão Municipal da Verdade. A fundamentação teórica diferenciou o revisionismo (Traverso e Melo) como atualização científica, do negacionismo (Vidal-Naquet), definido como agressão ética à história. A análise expandiu-se pela decolonialidade (Quijano), ao questionar a colonialidade do poder, e pela ética da alteridade (Benjamin), que orientou o olhar aos “sem nome”. Integrou-se, ainda, a categoria de “temas sensíveis” (Pereira e Seffner) como eixo central da prática docente frente a passados traumáticos. A investigação compreendeu a memória como base da identidade (Le Goff). Operou-se com o conceito de “memórias subterrâneas” (Pollak) para romper o silêncio operário, articulado ao “trabalho de memória” (Jelin) sobre o trauma. Os “lugares de memória” (Nora) foram ressignificados como “lugares de consciência” (Quadrat e Silva), transformando o espaço urbano em território de denúncia e reflexão. No Ensino de História, o trabalho ancorou-se na consciência histórica (Rüsen), visando a atribuição de sentido ao passado para orientar o presente. A operacionalização metodológica ocorreu via “aula-passeio” (Freinet). Verificou-se que, ao converter o espaço urbano em dispositivo de aprendizagem, a proposta fomentou uma Educação em Direitos Humanos capaz de capacitar os jovens a reconhecer as marcas de repressão e resistência em seu território. Em última análise, este trabalho reafirmou a relevância do ensino de História na consolidação da consciência crítica e na defesa de um horizonte democrático, concluindo-se que a transformação do espaço urbano em laboratório de investigação fortaleceu a identidade local e o enfrentamento aos silenciamentos históricos.

Palavras-chave: Temas Sensíveis; Memórias Sensíveis; Ensino de História; Ditadura Empresarial-Militar; Aulas-Passeio; Educação para os Direitos Humanos.

Borba, Hugo Leonardo Pereira. **Steel's memories lead's years: the class is in the street. History teaching on the sensitive's memories places from Volta Redonda.** Dissertação de Mestrado Profissional em História – ProfHistória. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This research investigated the challenges of History teaching in the face of the rise of far-right movements and denialist narratives that have threatened academic freedom and the integrity of historical memory in basic education. The study focused on the context of Volta Redonda, in the state of Rio de Janeiro, a territory marked by the contradictions of the Corporate-Military Dictatorship (1964–1985), by the role of the Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), and by the memories of the working class. Its general aim was to reflect on the potential of History teaching to confront contemporary denialism by using local sensitive memories as its core focus. Methodologically, the study adopted a qualitative approach, supported by a literature review and by the analysis of primary sources, such as the Municipal Truth Commission report. The theoretical framework distinguished revisionism (Travesso e Melo), understood as a process of scientific updating, from denialism (Vidal-Naquet), defined as an ethical aggression against history. The analysis was further grounded in decoloniality (Quijano), by questioning the coloniality of power, and in the ethics of alterity (Benjamin), which directed attention to the “nameless.” In addition, the category of “sensitive themes” (Pereira e Seffner) was incorporated as a central element of teaching practice when dealing with traumatic pasts. The investigation considered memory as the basis of identity (Le Goff). It employed the concept of “subterranean memories” (Pollak) to break the silence surrounding working-class experiences, articulated with the notion of “memory work” (Jelin) in relation to trauma. The “sites of memory” (Nora) were re-signified as “sites of conscience,” (Quadrat e Silva) transforming urban space into a territory of denunciation and reflection. In the field of History teaching, the study was based in the concept of historical consciousness (Rüsen), aiming to make the past meaningful in order to guide action in the present. Its methodological implementation took place through the “field class” (Freinet). The findings showed that, by transforming urban space into a learning tool, the proposal fostered a Human Rights Education capable of enabling young people to recognize the traces of repression and resistance within their own territory. Finally, this study reaffirmed the relevance of History teaching for the consolidation of critical consciousness and for the defense of a democratic horizon. It concluded that the transformation of urban space into a laboratory of investigation strengthened local identity and contributed to confronting historical silencing.

Keywords: Sensitive Themes; Sensitive Memories; History Teaching; Corporate-Military Dictatorship; Field Classes; Human Rights Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: ENSINAR HISTÓRIA PELOS TEMAS SENSÍVEIS	16
1.2 O Negacionismo na sala de aula	26
1.3 O revisionismo historiográfico acerca do tema da Ditadura no Brasil (1964-1985) e os decorrentes temas sensíveis	34
CAPÍTULO 02: A CIDADE DO AÇO E SUAS MEMÓRIAS SENSÍVEIS	47
2.1 O trabalho com memória sensível em Volta Redonda.....	48
2.2 Sou de Volta Redonda	50
2.3 Volta Redonda em uma perspectiva historiográfica.....	52
2.4 Volta Redonda um breve histórico das origens: de um povoado da curva do rio à Cidade do Aço	58
2.5 Volta Redonda: nos anos de uma Ditadura Empresarial Militar	68
2.6 Um Golpe de classe em Volta Redonda: uma aliança Militar e Empresarial	73
2.7 Um Golpe de repressão imediata na classe trabalhadora em Volta Redonda.....	76
2.8 Um bispo em defesa da classe trabalhadora	80
2.9 Tortura e morte no quartel como tema sensível	83
2.10 Volta Redonda: uma transição democrática em face de uma ditadura tardia no massacre a três operários mortos em 1988.....	85
CAPÍTULO 03: VER É LEMBRAR E LEMBRAR É AGIR – MEMÓRIAS SENSÍVEIS E LUGARES DE MEMÓRIAS NA AULA PASSEIO DA CIDADE DO AÇO	90
3.1 O ocultamento das memórias sensíveis: impunidade e esquecimento	91
3.2 Memórias sensíveis	95
3.3 Usos de memórias sensíveis no ensino de história	101
3.4 Os lugares de memórias.	105
3.5 A aula-passeio como possibilidade de ensinar História e Direitos Humanos	109
3.6 O circuito dos lugares de memórias de Volta Redonda como proposta modelo de ensino de História	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	122
PROPOSTA PEDAGÓGICA	130

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tornou-se palco de uma acirrada disputa narrativa sobre o seu passado recente. Para o historiador e professor de História, o exercício de abordar a Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985) em sala de aula deixou de ser uma tarefa puramente pedagógica para se transformar em um ato de resistência democrática.

Esse cenário de tensão foi catalisado, sobretudo entre os anos de 2018 e 2022, pela ascensão de discursos oficiais que buscaram negar, relativizar ou falsificar as violações aos Direitos Humanos ocorridas no período ditatorial.

Um marco simbólico desse movimento ocorreu ainda na campanha presidencial de 2018, quando o então candidato Jair Bolsonaro, em entrevista ao Jornal Nacional, proferiu a frase: “Deixe os historiadores para lá!”. Como bem analisa Motta (2021), essa fala não foi apenas um ataque pessoal, mas uma tentativa deliberada de desqualificar o conhecimento acadêmico e científico em favor de uma memória revisionista e autoritária.

Essa postura não se limitou à retórica de campanha, transbordando para as instâncias de poder. Em 2019, por meio de seu porta-voz, a Presidência da República chegou a determinar "comemorações devidas" ao Golpe de 1964, sob o argumento de que o movimento teria sido uma união entre civis e militares para “recuperar o país” (O GLOBO, 2021). Tal postura institucional validou e impulsionou uma onda de negacionismo que encontrou terreno fértil nas plataformas digitais.

Hoje, o saber escolar enfrenta a concorrência desleal dos algoritmos. *O YouTube*, o *Instagram* e o *WhatsApp* tornaram-se veículos de uma "pós-verdade" histórica, nos quais o *meme* ou o vídeo de um influenciador digital muitas vezes carrega mais peso para o estudante do que a evidência documental. Conforme destaca Borges (2022), vivemos uma mutação do negacionismo que ataca desde a eficácia das vacinas, a existência das câmaras de gás em Auschwitz e até a natureza repressiva da ditadura brasileira. Esse fenômeno, aliado ao movimento Escola Sem Partido, buscou cercear a liberdade de cátedra e intimidar o docente no exercício de sua função.

A presente pesquisa nasce da profunda inquietação diante do avanço de movimentos de extrema-direita que, sob a égide de uma suposta neutralidade, têm promovido sistemáticas investidas contra o exercício docente em História. Esse cenário manifesta-se de forma alarmante na prática de filmagens coercitivas de aulas e em acusações infundadas de 'doutrinação ideológica', estratégias que visam constranger a liberdade de cátedra do professor

de História. Soma-se a esse quadro uma perigosa ofensiva revisionista que busca desqualificar a resistência democrática à ditadura militar brasileira, a partir da prática de exaltação anacrônica de torturadores. Tal fenômeno não apenas fragiliza a autonomia do historiador, mas atinge diretamente o horizonte formativo dos estudantes, comprometendo o pensamento crítico e a própria integridade da memória histórica no espaço escolar.

É nesse contexto de disputa global e nacional que esta pesquisa se insere, lançando luz sobre uma realidade específica: a cidade de Volta Redonda, no Sul Fluminense. Conhecida como a "Cidade do Aço", o município não é apenas um polo industrial, mas um território marcado por profundas contradições em sua História entre capital e trabalho.

Em Volta Redonda a ditadura não se manifestou apenas através das fardas, mas através de uma sólida aliança entre o Estado e a burguesia empresarial da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Adotamos, portanto, o conceito de Ditadura Empresarial-Militar, proposto por Dreifuss e corroborado por Melo (2012), para compreender como as classes dominantes articularam a repressão contra a classe operária local.

Como professor de História atuante na rede pública e privada de Volta Redonda, percebo que as narrativas negacionistas entre a nova geração de estudantes, tentam apagar as marcas físicas e simbólicas da violência ditatorial na cidade. O direito à memória dos filhos da classe trabalhadora está sendo ameaçado por um revisionismo perverso que invade as salas de aula através dos *smartphones*.

Diante disso, surge a inquietação e a hipótese central desta dissertação: como o ensino de História, ao ocupar os espaços de memórias sensíveis de Volta Redonda, pode servir de antídoto ao negacionismo contemporâneo? A proposta "A aula é na rua" surge como um caminho de reapropriação do espaço público e de fortalecimento da consciência histórica dos estudantes, transformando a cidade em um laboratório vivo contra o esquecimento.

Dessa forma, a presente pesquisa estabelece como objetivo geral refletir as potencialidades do Ensino de História no enfrentamento aos negacionismos contemporâneos, tendo como eixo central a abordagem de temas sensíveis a partir das memórias sensíveis da classe trabalhadora de Volta Redonda.

Propõe-se, como práxis pedagógica e metodológica, a elaboração de um circuito de aulas-passeio pelos espaços de memória da cidade, visando converter o território urbano em um laboratório de investigação histórica. Busca-se, com essa estratégia, fomentar uma educação voltada para a defesa intransigente dos Direitos Humanos e o fortalecimento da consciência histórica dos discentes, consolidando, nas novas gerações, um olhar crítico e comprometido com a manutenção e o aprofundamento de um horizonte de futuro democrático.

A relevância desta investigação justifica-se pela convergência entre a necessidade de atualização das práticas de ensino e a urgência de uma educação voltada ao exercício da cidadania democrática.

No plano acadêmico, esta dissertação preenche uma lacuna historiográfica ao articular o debate sobre a Ditadura Empresarial-Militar em Volta Redonda com a emergência de pedagogias da memória, estabelecendo um diálogo entre a historiografia crítica e a didática da história em espaços não formais.

Socialmente, o trabalho apresenta um caráter emancipatório: ao transformar a cidade em um circuito de aprendizagem, promove-se a apropriação dos 'lugares de memória' pela classe trabalhadora local, oferecendo aos estudantes ferramentas críticas para resistir aos processos de desinformação e apagamento histórico que operam nas redes digitais.

Por fim, a motivação pessoal e profissional emerge de minha atuação como docente na rede de ensino pública e privada no Sul Fluminense. O contato diário com as inquietações dos estudantes e a percepção do impacto direto das narrativas negacionistas sobre a subjetividade dessa juventude tornaram imperativa a busca por estratégias que, para além da teoria, reconectem o sujeito ao seu território, reafirmando o papel do professor de História como um guardião da memória e um agente ativo na defesa dos Direitos Humanos.

A fundamentação teórica deste estudo dedica especial atenção ao enfrentamento dos fenômenos de distorção histórica, operando a distinção conceitual necessária entre revisionismo e negacionismo.

Enquanto o revisionismo historiográfico é compreendido como uma prática legítima e inerente à atualização do conhecimento científico, autores como Enzo Traverso e Demiam Bezerra de Melo (2013) alertam para o uso político e perverso de certas revisões que visam, deliberadamente, reabilitar regimes autoritários. Complementarmente, o negacionismo é analisado sob a perspectiva de Pierre Vidal-Naquet, que o caracteriza não como um debate de ideias, mas como uma agressão à própria natureza do conhecimento histórico, constituindo um desafio ético e urgente para a pesquisa e para o ensino de História na atualidade.

O contato com a categoria de 'temas sensíveis', a partir das reflexões de leitura dos textos dos professores Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner, ambos da UFRGS, representou um divisor de águas na fundamentação desta pesquisa e em minha própria prática docente. Ao proporem que o ensino de história deve se ocupar de um 'passado vivo' e que a educação histórica é carregada de "questões sensíveis", longe de estar encerrado, esse passado vivo, projeta residualidades e traumas no tecido social do presente.

A perspectiva crítica desta investigação aprofunda-se no diálogo entre a decolonialidade e a ética da alteridade. A partir dos aportes de Aníbal Quijano, questiona-se a 'colonialidade do poder' e a persistência de padrões eurocêntricos que ainda moldam o saber escolar e a historiografia oficial, negligenciando temporalidades que respeitem a densidade dos temas sensíveis.

Como contraponto ao silenciamento institucionalizado, a escrita da história aqui proposta ancora-se na ética de Walter Benjamin, voltando o olhar para os 'sem nome' e para as vítimas da ditadura empresarial-militar. Trata-se de uma opção teórico-metodológica que visa resgatar as experiências marginalizadas da classe trabalhadora de Volta Redonda, conferindo-lhes centralidade na construção de uma consciência histórica.

No que tange aos fundamentos teóricos, da compreensão da memória como um fenômeno dinâmico e em constante disputa, a memória, segundo Le Goff, constitui-se como elemento essencial da reflexão. Ao estabelecer o conceito de 'memória coletiva', Maurice Halbwachs demonstrou que o ato de lembrar e organizar recordações depende diretamente dos grupos e contextos sociais nos quais o indivíduo está inserido- permanentemente sujeito a manipulações e instrumentalizações políticas. o conceito de 'memórias subterrâneas' de Michael Pollak, apresenta-se como ferramenta essencial para dar voz aos fluxos de lembranças que, embora marginalizados pelas instituições de poder, resistem em estado de latência e contestam, a partir do silêncio operário, as versões oficiais da história.

Para operar essa categoria no campo social, recorremos a Elizabeth Jelin, cuja proposta de 'trabalho de memória' ilumina as lutas por sentido travadas por sujeitos em face de passados traumáticos no Cone Sul. Essa disputa narrativa ganha contornos espaciais nos 'lugares de memória' de Pierre Nora, que aqui são ressignificados sob a ótica de Quadrat e Silva, ao serem compreendidos como 'lugares de consciência': espaços ativos de reflexão ética que transformam o cenário urbano em território de denúncia.

No âmbito do Ensino de História, a investigação ancora-se na categoria de consciência histórica, conforme formulada por Jörn Rüsen (2010). Compreende-se, assim, que o escopo da aprendizagem histórica reside na capacidade do sujeito de conferir sentido às experiências do passado para orientar-se no presente e projetar horizontes de expectativa. A operacionalização desse processo encontra na 'aula-passeio' de Célestin Freinet sua mediação pedagógica fundamental: ao deslocar o eixo da aprendizagem da abstração escolar para a vivência no território, a aula-passeio permite que o estudante confronte as evidências materiais do passado em Volta Redonda e transforme a observação direta em um exercício de reflexão crítica e de constituição de sua própria identidade histórica.

Com o intuito de conferir clareza ao percurso investigativo, esta dissertação encontra-se organizada em capítulos que articulam o debate teórico à proposição de práticas pedagógicas no território de Volta Redonda.

O Capítulo I, intitulado 'Ensinar História pelos temas sensíveis de memórias locais, na contramão do negacionismo que chegou à sala de aula', dedica-se à construção do arcabouço conceitual e ao diagnóstico do cenário contemporâneo. Inicialmente, o texto estabelece a relação entre os temas sensíveis da História e o uso das memórias locais, argumentando que a história local é um laboratório privilegiado para a educação histórica. No tópico seguinte, analisa-se como o negacionismo, impulsionado por plataformas digitais e discursos oficiais recentes, adentra o cotidiano escolar, desafiando a autoridade docente e o rigor científico. Por fim, o capítulo examina as mutações do revisionismo historiográfico sobre a ditadura brasileira (1964-1985), demonstrando como essas disputas políticas afetam o ensino de história e o direito à memória.

O Capítulo II, intitulado 'A Cidade do Aço e suas memórias sensíveis' dedica-se a situar historicamente a cidade de Volta Redonda como um território marcado por múltiplas camadas de memórias sensíveis. O percurso inicia-se com uma seção de cunho auto etnográfico, na qual se delineia a trajetória e a identificação do pesquisador com a cidade, estabelecendo o lugar de fala do qual emanam as inquietações desta investigação. Em seguida, realiza-se um balanço da produção historiográfica sobre Volta Redonda, servindo de base para o resgate histórico que abrange as origens da 'Cidade do Aço', o recrudescimento da Ditadura Empresarial-Militar e a redemocratização em paralelo com a greve de 1988 e as privatizações nos anos 90.

Neste capítulo, o esforço investigativo concentra-se na identificação das memórias sensíveis e dos processos de silenciamento que permearam a relação entre o Estado, a gestão da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a classe operária. Por meio da análise do relatório da Comissão Municipal da Verdade, procedeu-se à seleção de casos emblemáticos de violações de direitos e torturas perpetradas contra trabalhadores, cujas experiências traumáticas constituem o cerne do que será explorado metodologicamente. Assim, este capítulo não apenas reconstrói o passado ditatorial local, mas fundamenta a escolha dos lugares de memória sensível que servirão de cenário e documento para a proposta das aulas-passeio, conectando a história vivida à proposta pedagógica do Ensino de História na rua.

O Capítulo III, intitulado 'Memórias sensíveis e lugares de memórias na aula-passeio da Cidade do Aço', constitui a etapa de proposição pedagógica e síntese desta investigação. O objetivo central reside em discutir a relevância das memórias sensíveis para o Ensino de História, analisando como o trabalho com passados traumáticos contribui para a formação

crítica dos estudantes ao problematizar experiências de silenciamento e resistência. Para tanto, articula-se o debate sobre os 'lugares de memória', compreendidos como espaços de disputa, em que a sociedade elabora sua relação com o passado recente.

A estrutura deste capítulo dedica-se, inicialmente, ao exame do ocultamento das memórias e das políticas de esquecimento, avançando para o mapeamento dos lugares de memória sensíveis de Volta Redonda vinculados à repressão operária durante a Ditadura Empresarial-Militar. Tal mapeamento fundamenta a proposta de uma aula-passeio, metodologia que permite aos discentes reconhecer e questionar as marcas históricas no espaço urbano, e relacionar os eventos de escala local às dimensões nacionais do período.

A presente investigação ampara-se em uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, orientada pela análise crítica de fontes históricas e pela imersão no contexto sociocultural do território estudado. O procedimento metodológico estrutura-se, inicialmente, por meio do levantamento e da análise de fontes primárias, com especial enfoque no Relatório Final da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda e seus registros sobre as violações de direitos no período ditatorial.

A dimensão empírica do trabalho é consolidada por meio de visitas técnicas e pesquisas de campo em instituições de guarda e memória da região, tais como o Museu do Trabalho e dos Direitos Humanos de Barra Mansa e o Centro de Memória do Sul Fluminense Genival Luiz da Silva. Esse conjunto de procedimentos visa fundamentar a elaboração do circuito de aulas-passeio, articulando a rigorosa análise documental à vivência sensível dos espaços de memória da 'Cidade do Aço'.

Por fim, a presente pesquisa culmina na elaboração de um modelo de proposta pedagógica centrada na construção de um Circuito de Memórias Sensíveis para aulas-passeio em Volta Redonda. Entende-se tal circuito não apenas como um roteiro geográfico, mas como uma estratégia didática fundamental para aproximar os estudantes de realidades históricas muitas vezes silenciadas ou desconhecidas por sua própria geração. Ao converter o espaço urbano em um dispositivo de aprendizagem, a proposta visa fomentar uma Educação em Direitos Humanos que transcenda os limites da sala de aula, capacitando os jovens a reconhecerem as marcas da repressão e da resistência em seu entorno. Em última análise, este trabalho reafirma a relevância do Ensino de História na consolidação de uma consciência crítica e na defesa intransigente do futuro com novas perceptivas para as novas gerações.

CAPÍTULO I: ENSINAR HISTÓRIA PELOS TEMAS SENSÍVEIS

“Quando perdemos a capacidade de nos indignarmos com as atrocidades que são cometidas aos seres humanos, também perdemos o direito de nos considerarmos seres humanos.”

(Wladimir Herzog)

O ensino de História por meio de temas sensíveis tem se consolidado como uma abordagem fundamental para promover uma aprendizagem crítica, contextualizada e eticamente comprometida com a compreensão das múltiplas experiências humanas.

Ao trabalhar conteúdos que envolvem conflitos, violências, desigualdades, memórias traumáticas ou controvérsias sociais, o professor amplia a capacidade dos estudantes de refletirem sobre o passado a partir de perspectivas plurais, desenvolvendo empatia histórica e consciência cidadã.

Assim, este primeiro capítulo busca refletir como os temas sensíveis e suas contribuições teóricas podem engrandecer o ensino de História e fortalecer sua função social na educação com perspectivas para os Direitos Humanos.

Os temas sensíveis ou controversos (Pereira; Seffner, 2018; Gil; Eugenio, 2018) articulam-se intrinsecamente à noção de “trauma”, compreendido aqui como os processos históricos que engendraram violências físicas ou simbólicas contra grupos sociais.

Tais episódios constituem-se como "passados que não passam", ou seja, permanecem vivos e reverberam no tempo presente ao gerarem disputas de memória e incômodos, tanto no debate público quanto no espaço escolar.

Nessa perspectiva, os temas sensíveis oferecem o suporte teórico indispensável para este trabalho, que se propõe a refletir o ensino de História a partir das heranças da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil por meio do uso das memórias sensíveis da cidade de Volta Redonda.

As leituras dos textos de Pereira e Seffner (2020), especialmente no debate sobre “questões sensíveis” no ensino de História, possibilitam compreender como determinados temas do passado, por sua carga de violência, dor, trauma ou conflito, exigem abordagens pedagógicas cuidadosas, contextualizadas e eticamente orientadas.

A partir desse fundamento teórico, torna-se fundamental aprimorar a reflexão a respeito da ditadura Empresarial-Militar no Brasil (1964-1985), reconhecendo-a como uma questão sensível que atravessa tanto a memória coletiva quanto as experiências locais.

Tal perspectiva leva-nos a perceber a relevância de investigar os impactos desse período autoritário na cidade de Volta Redonda, onde conflitos entre Estado, empresas e trabalhadores deixaram marcas materiais e simbólicas ainda presentes.

Desse modo, a proposta pedagógica do final dessa dissertação busca construir um circuito de aulas-passeio pelos principais lugares de memória da cidade, compreendendo essa prática como uma contribuição ao ensino de História Local e como uma estratégia para aproximar os estudantes das múltiplas camadas de significação que constituem as vivências históricas em seu próprio território.

Nos últimos anos, a abordagem de temas sensíveis relacionados à ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1985) tem se tornado um desafio significativo para os professores de História em sala de aula no Brasil.

A inquietação que fundamenta este estudo reside no tensionamento das liberdades democráticas dentro do espaço escolar, especificamente no cerceamento da prática docente em História. O uso de vigilância coercitiva e a propagação de negacionismos sobre a ditadura militar evidenciam uma ofensiva contra o saber histórico científico. A análise desse fenômeno se volta para Volta Redonda, onde a identidade industrial da "Cidade do Aço" oferece um terreno fértil e contraditório para observar como essas disputas globais e nacionais pela memória se materializam localmente.

Durante o mandato presidencial de Jair Bolsonaro (2018-2022)¹, observou-se uma intensificação de iniciativas de negação, relativização e falsificação das violações aos Direitos Humanos e das experiências traumáticas do período ditatorial brasileiro.

¹**Governo Jair Messias Bolsonaro (2019-2022):** Capitão reformado do Exército e deputado federal por sete mandatos (1991-2018), Bolsonaro ascendeu à presidência em 2018 com uma plataforma de direita conservadora, de exaltação a memória da Ditadura no Brasil, combate à corrupção, pautas de costumes e liberalismo econômico. Sua trajetória de chegada ao poder foi impulsionada pelo forte uso de redes sociais e pelo atentado sofrido durante a campanha. Na gestão estatal, seu governo foi marcado pela aprovação da Reforma da Previdência e da Lei da Liberdade Econômica. Contudo, o período acumulou intensas polêmicas, destacando-se a gestão da pandemia de COVID-19 — caracterizada pelo negacionismo científico e pela oposição às medidas de isolamento social — além de atritos constantes com os Poderes Judiciário e Legislativo. Após ser o primeiro presidente a não obter a reeleição desde 1997, Bolsonaro foi declarado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2023 por abuso de poder político. Em 2025, sua trajetória permanece objeto de análise acadêmica devido às investigações sobre atos antidemocráticos e às tentativas de golpe de Estado ocorridas após o pleito de 2022.

Foram muitas as falas do próprio presidente e seus apoiadores carregadas de tons negacionista e de muita influência na atual geração de estudantes brasileiros.

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta, um dos mais importantes especialistas na história política do Brasil e professor da UFMG, oferece em sua obra *Passados presentes* (2021) uma síntese fundamental para o debate público e acadêmico contemporâneo, destacando no início de seu trabalho uma observação sobre candidato Jair Messias Bolsonaro:

Deixa os historiadores para lá”! A frase foi proferida pelo então candidato presidencial Jair Bolsonaro a campanha eleitoral de 2018, durante entrevista ao Jornal Nacional da Rede Globo. Foi a maneira que ele escolheu para iniciar a resposta a um questionamento do jornalista William Bonner a propósito dos eventos de 1964. Reagindo à afirmação do jornalista de que os historiadores sérios se referem a 1964 como golpe, Bolsonaro desqualificou a história acadêmica, como se não merecesse consideração quando está em pauta o passado recente (Motta, 2021 p.9).

Em 25 de março de 2019, o presidente se manifestou por meio do então porta-voz da Presidência da República, o general Otávio Rêgo Barros², em matéria publicada no Jornal O Globo³ anunciando que Bolsonaro havia determinado ao Ministério da Defesa que as “comemorações devidas” do golpe de 1964 fossem feitas:

O presidente não considera 31 de março de 1964 um golpe militar. Ele considera que a sociedade, reunida e percebendo o perigo que o país estava vivenciando naquele momento, juntou-se, civis e militares, e nós conseguimos recuperar e recolocar o nosso país em um rumo que, salvo o melhor juízo, se isso não tivesse ocorrido, hoje nós estaríamos tendo algum tipo de governo aqui que não seria bom para ninguém”, afirmou Rêgo Barros durante entrevista coletiva no Palácio do Planalto (O GLOBO, 2021).

No período que sucedeu o governo Dilma Rousseff intensificando-se após 2018 e até mesmo antes do processo eleitoral, historiadores e outros pesquisadores assistiram a diversos discursos negacionistas ganharem força; modelados pela linha ideológica do poder em curso no país, , tais discursos deram vitória à recente escalada de um movimento conservador que afetou de forma intensa as diversas intuições do Estado Democrático de Direito no Brasil e sobretudo a escola.

Foram muitos os ataques orquestrados contra a democracia, contra instituições de ensino, como as universidades brasileiras, e contra educadores e pesquisadores.

A ofensiva contra o Estado Democrático de Direito, intensificada a partir de 2019, não se restringiu à retórica política, mas materializou-se em ações orquestradas de deslegitimação do campo científico e pedagógico. No âmbito das instituições de ensino e universidades

²General Otávio Rêgo Barros então porta-voz da Presidência da República entre 14 de Janeiro de 2019 a 07 de Outubro de 2020.

³Matéria pulcada pelo Jornal o Globo disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/oito-vezes-em-que-bolsonaro-defendeu-golpe-de-64-24949762>Acesso em 14/09/2023.

brasileiras, a referida pressão materializou-se por meio de asfixia orçamentária estratégica, como os bloqueios de verbas discricionárias que comprometeram o funcionamento básico de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e da quebra da autonomia universitária na nomeação de reitores não eleitos pelas comunidades acadêmicas. Como exemplo, o cenário de crise na autonomia universitária foi evidenciado pela manchete: “Bolsonaro rompe tradição e não nomeia reitor escolhido pela comunidade acadêmica” (O Globo 22/06/ 2019).

A escola brasileira também se tornou um alvo de discursos negacionistas. Exemplo disso foi a desqualificação da memória e da obra do grande educador brasileiro Paulo Freire dentro de intuições de ensino.

A perseguição a escolas e professores durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) justificou-se, dentro da lógica do poder então vigente, como uma estratégia de neutralização do pensamento crítico, sob a retórica do combate a uma suposta "doutrinação ideológica".

Ao eleger a educação como o principal campo da "guerra cultural", o governo teve a intenção de deslegitimar a autonomia docente e as bases científicas da pedagogia brasileira para consolidar um projeto de hegemonia conservadora.

Na prática, os interessados adotaram estratégias como o incentivo à vigilância em sala de aula, exemplificado pelo estímulo à gravação de professores: “Bolsonaro defende que professores sejam gravados: ‘Tem que se orgulhar e não ficar preocupado’”. Em entrevista à "TV Band", presidente eleito criticou o que chamou de "doutrinação exacerbada" em questões do Enem. (O Globo 05/11/ 2018).

Com hostilidade direta a referências intelectuais como Paulo Freire, o aparato estatal operou uma tentativa de controle social que visava não apenas silenciar dissidências, mas instrumentalizar a instituição escolar como ferramenta de reprodução de sua própria linha ideológica, afetando as bases democráticas do sistema de ensino. “Bolsonaro diz que TV Escola ‘deseduca’ e chama Paulo Freire de ‘energúmeno’”. Segundo reportagem publicada pelo portal G1 (16 dez. 2019), a retórica governamental focava na desconstrução da imagem do patrono da educação brasileira.

Destaca-se também neste contexto o crescimento de plataformas digitais produtoras de conteúdos com narrativas negacionistas e revisionistas. Esses espaços atingiram diretamente boa parte dos estudantes brasileiros e produziram uma onda de negacionismos relativo à ditadura brasileira. Foram muitas as páginas de redes sociais e aplicativos de comunicação instantânea que tinham como objetivo desacreditar o trabalho dos historiadores e os métodos científicos de investigação da própria História, algo que afetou diretamente o ensino de História em sala de aula do ensino básico.

A instrumentalização dessas plataformas precedeu o processo eleitoral de 2018 e, de certo modo, constituiu as sementes do fenômeno político-ideológico hoje conhecido como Bolsonarismo⁴. Seu principal veículo de disseminação, especialmente entre o público estudantil, foram os *smartphones* e seus aplicativos.

Como destaca Borges:

Youtube, Facebook, Instagram, WhatsApp, juntamente com as tradicionais redes de TV e rádio, compõem-se como uma atitude nova de se elaborar narrativas históricas sem acuidade alguma com a metodologia epistemológica, e, com usos variados, também se constituem como uma nova forma de se alimentar as convicções políticas maniqueístas, agora não só mais em anos eleitorais, mas a cada instante em que surge uma nova querela em Brasília, surgem instantaneamente também memes, *fakes*, narrativas que orquestram o negacionismo em suas novas variadas mutações e perspectivas (Borges, 2022, p. 29).

Os saberes escolares, a escola como um todo e, sobretudo, os professores de História foram diretamente impactados por essa onda de negacionismo digital, que foi se fortalecendo entre os diversos movimentos da extrema direita em curso no país, uma verdadeira rede de propagação de *Fakes News*⁵, as chamadas notícias falsas. Conforme também destaca Borges:

O saber escolar, a história escolar e as aulas de história foram/são impactadas diretamente. Os embates sobre as mais variadas temáticas, alvos da retórica da negação - o terraplanismo, a escravidão colonial, a eficácia de vacinas, a ida do homem à lua, o aquecimento global, a existência de câmeras de gás em Auschwitz, o golpe de 1964 e a Ditadura Civil-Militar de 1964 a 1985 do século XX, etc. - encontram docentes despreparados para lidar com o indeferimento de seus saberes científicos e sua voz de professor. O meme, a notícia falsa do Instagram, o *link* do WhatsApp, tem efeito de mais veracidade que a própria narrativa dos docentes, que, muitas vezes, não conseguem fazer frente às pós-verdades digitais (Borges, 2022, p.20).

Neste contexto, houve também o fortalecimento do movimento Escola Sem Partido⁶, que visava tolher a liberdade de cátedra e o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas dos docentes. Tais liberdades são asseguradas pela Constituição Federal de 1988.

Minha atuação como professor de História se concentra no Ensino Médio, abrangendo a rede estadual de Educação do Rio de Janeiro e a rede privada de ensino, na cidade de Volta

⁴O bolsonarismo é um fenômeno político de extrema-direita que eclodiu no Brasil com a ascensão da popularidade de Jair Bolsonaro, especialmente durante sua campanha na eleição presidencial no Brasil em 2018, que o elegeu presidente.

⁵*Fake news* são formas de desinformação estrategicamente disseminadas que ganharam impulso graças à internet. Disponível em: <https://www.tre-pr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Setembro/como-identificar-fake-news-na-duvida-nao-compartilhe>.

⁶Movimento surgido por volta de 2014, com a transformação das ideias de Miguel Nagib em projetos de lei que objetivam cercear a liberdade de cátedra dos (as) professores (as) em sala de aula, defendendo a neutralidade da atuação dos professores.

Redonda, região do Sul Fluminense. Este município, conhecido como “cidade do aço” e dos operários, carrega uma história marcada pela repressão nos tempos da ditadura, classificada como “Ditadura empresarial-militar”, a exemplo de outras partes do Brasil.

Compreender a dinâmica da ditadura empresarial-militar em Volta Redonda implica articular o contexto local às interpretações historiográficas desenvolvidas por Demian Bezerra de Melo, especialmente no que se refere à noção de repressão conduzida tanto por agentes fardados quanto por civis.

Essa perspectiva evidencia a sólida aliança “entre esse Estado ditatorial” e a burguesia empresarial, configurando um regime marcado pela convergência de interesses políticos e econômicos que sustentaram práticas repressivas amplas e sistemáticas.

Assim, a proposta deste trabalho é abordar o ensino de História a partir do espaço de Volta Redonda que expressa as fortes contradições entre capital e trabalho desde suas origens. O foco recairá, sobretudo, nas memórias sensíveis da classe trabalhadora e nas diversas trajetórias duramente afetadas por um “golpe de classe”. Este golpe gerou múltiplas e profundas violências patrocinadas pelas classes dominantes e pelo aparato estatal, conforme bem demonstra Melo (2012):

Recolocar o capitalismo no centro da reflexão sobre a ditadura parece ser uma tarefa premente do pensamento crítico nos embates que temos pela frente. Dito isto, melhor seria que em vez de “civil-militar” nos habituássemos a utilizar uma outra caracterização também feita por Dreifuss, e que talvez capture com mais precisão a natureza daquele regime: uma ditadura empresarial-militar implantada a partir de uma insurreição contrarrevolucionária das classes dominantes (Melo, 2012, p.53).

Volta Redonda possui marcas históricas das fortes tensões sociais e conflitos entre a classe trabalhadora e os poderes institucionais presentes em variados contextos de sua história. Desta forma, este trabalho pretende abordar os temas sensíveis da História relacionados à ditadura empresarial-militar e às suas permanências no contexto local.

Esse regime autoritário deixou marcas profundas na classe trabalhadora de Volta Redonda, cujas experiências de resistência, repressão e mobilização ainda reverberam na memória social da cidade.

Contudo, observa-se que, no presente, diversas formas de negacionismo e revisionismo, de caráter conservador, buscam distorcer ou minimizar essa dimensão histórica, produzindo narrativas que tentam obscurecer a violência estatal e silenciar as trajetórias de luta dos sujeitos subalternizados.

Tais disputas de memória alcançam a sala de aula e tensionam o direito à memória e à verdade histórica, reforçando a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem o ensino de História Local e que contribuam para fortalecer uma compreensão crítica do passado recente.

1.1 Temas sensíveis da História

Trabalhar com temas sensíveis no ensino de História constitui um desafio constante para os professores, sobretudo quando se trata de abordar acontecimentos do passado recente brasileiro, um passado ainda vivo, cujas marcas permanecem presentes nas memórias individuais e coletivas. Este capítulo busca refletir sobre as potencialidades do ensino de História a partir de questões sensíveis relacionadas à ditadura empresarial-militar (1964–1985) e suas implicações na história local; entendendo o território da cidade de Volta Redonda como um espaço pedagógico capaz de articular conteúdos curriculares às memórias sensíveis que integram o cotidiano dos estudantes.

Os chamados temas sensíveis da História englobam eventos e processos que envolvem violência, violações de direitos humanos, traumas coletivos, conflitos sociais profundos e diferentes formas de opressão. Tais conteúdos exigem tratamento cuidadoso, pois mobilizam memórias dolorosas, opiniões divergentes e implicações éticas que demandam uma abordagem crítica, contextualizada e responsável, tanto do historiador, quanto do professor.

Ao tratar de períodos como ditaduras, escravidão, genocídios, guerras ou práticas discriminatórias estruturais, é imprescindível considerar a complexidade das narrativas e os impactos emocionais que esses temas podem gerar nos estudantes, de modo a garantir um ambiente de aprendizagem pautado na reflexão, na empatia e no respeito à diversidade de experiências.

Em um cenário marcado pela difusão de discursos negacionistas e pela omissão de eventos traumáticos no debate público, torna-se ainda mais urgente abordar conteúdos que envolvem desigualdades sociais, autoritarismos e violações de direitos humanos como condição fundamental para a formação de cidadãos críticos. Nesse contexto, o uso das memórias locais surge como uma estratégia pedagógica relevante, pois permite relacionar acontecimentos nacionais às experiências regionais, aproximando os estudantes de seu próprio território histórico. Essa articulação não apenas enriquece o processo de ensino-aprendizagem, mas também contribui para a valorização das identidades culturais e históricas da comunidade, promovendo uma perspectiva plural e democrática da História.

O estudo da ditadura empresarial-militar no Brasil e de suas repercussões na cidade de Volta Redonda revela-se, portanto, essencial para enfrentar práticas negacionistas que hoje incidem sobre as aulas de História. Trata-se de um período marcado por censura, repressão e sistemáticas violações de direitos humanos, cujas consequências ainda ecoam na sociedade contemporânea e permanecem pouco compreendidas por grande parte da atual geração de estudantes. Abordar essas memórias na escola significa resgatar experiências de resistência e

sofrimento, contribuindo para a compreensão crítica dos mecanismos autoritários que sustentaram o regime.

Em tempos de disseminação de desinformação, o contato com relatos orais, documentos históricos, testemunhos de vítimas da repressão e visitas a espaços de memória torna-se um recurso pedagógico valioso para promover o entendimento da importância da democracia, do respeito às múltiplas vozes e do compromisso ético com a verdade histórica. Essa abordagem integra-se a uma perspectiva de Educação em Direitos Humanos, que compreende a História não apenas como disciplina curricular, mas como instrumento de construção de uma cidadania consciente e comprometida com os valores democráticos.

Assim, a discussão sobre temas sensíveis e memórias locais ganha centralidade no ensino de História contemporâneo, pois possibilita compreender o presente e construir novos modos de olhar o mundo, estimulando sensibilidade, percepção social e consciência temporal. O entendimento do presente passa, necessariamente, pelo uso crítico e responsável do passado, especialmente, daqueles acontecimentos cujas marcas ainda não se apagaram.

Albuquerque Júnior destaca que “a história nos ensina a desnaturalizar, a ter um olhar perspectivo e atentar para as diferenças, relativizando nossos valores e pontos de vista” (Albuquerque Junior, 2012, p.31).

O conceito de “usos do passado” designa os processos contemporâneos de apropriação, interpretação e manipulação de eventos, memórias e monumentos, visando à consolidação de identidades, à legitimação de estruturas de poder ou à elaboração de narrativas culturais específicas. Fundamentalmente, o termo estabelece uma distinção analítica entre o passado enquanto facticidade histórica e sua dimensão de aplicação social. Sob essa perspectiva, o passado despoja-se de uma suposta estaticidade para configurar-se como um elemento dinâmico, permanentemente reinterpretado em função das demandas e contingências do presente.

Refletir sobre os caminhos complexos do ensino de História e, em especial, a metodologia empregada no tratamento dos “usos do passado” é fundamental. Gasparotto e Silveira Bauer destacam:

“Usos do passado” é uma expressão utilizada para fazer referência às diferentes relações que estabelecemos com o passado, seja através de narrativas historiográficas ou de memórias, em seus mais diversos formatos (comemorações, monumentos, testemunhos etc.). “Usamos” o passado a partir de um determinado espaço, por isso dizemos “usos públicos”, como referência ao espaço público; além de “usá-los” com finalidade específicas, educativas-instrucionais ou políticas, por exemplo (Gasparotto e Bauer, 2021, p. 439).

Esse passado permanece presente e atuante, especialmente quando o campo de estudo se depara com questões contemporâneas que atravessam a cultura juvenil. Muitos estudantes demonstram dificuldade em compreender a temporalidade histórica e em estabelecer relações entre o presente e esse passado recente, fato que reforça a necessidade de desenvolver práticas pedagógicas que tornem esse período mais inteligível e significativo. Para Pereira e Seffner:

As chamadas questões socialmente vivas se constituem em objetos privilegiados dos currículos de história, por um lado, em função das demandas sociais dos grupos indeníários e, por outro, pelos constantes ataques por que passam professores que se dediquem a dar atenção ao passado (Pereira e Seffner, 2018, p.16).

Ensinar a história do Brasil em períodos ditatoriais, marcados por traumas e violências, revela-se especialmente desafiador quando lidamos com estudantes do Ensino Médio que, muitas vezes, se mostram desconectados da história local e do espaço em que vivem.

Essa distância evidencia a complexidade de trabalhar temas sensíveis no ambiente escolar, sobretudo diante dos limites impostos pelos marcadores tradicionais do currículo e pelo avanço de narrativas que buscam desqualificar e negar a legitimidade epistemológica da disciplina de História.

Nesse contexto, Pereira e Seffner (2018) alertam que “a docência em geral e em História, em particular, estão sob a mira de grupos e movimentos que procuram questionar o caráter ético e político da educação e da formação do historiador”, evidenciando o cenário de disputas que atravessa o ensino desse passado recente.

Os temas sensíveis expõe, no presente, a persistência de um passado vivo. No ensino de História, tais questões não podem ser analisadas apenas sob uma perspectiva cronológica, evolucionista ou progressista, frequentemente marcada por reflexões eurocentradas e por uma tradição conteudista de matriz iluminista que, muitas vezes, se distancia da complexidade do passado estudado. Pensar os temas sensíveis significa reconhecer que o presente se relaciona com o passado como um espaço de pertencimento, no qual memórias, identidades e disputas simbólicas se articulam de forma dinâmica e contínua. Conforme aponta Pereira e Seffner:

Supor um passado implica pensar duas urgências que se apresentam hoje ao ensino de história: As questões sensíveis e a diferença. As questões sensíveis nos deslocam e nos colocam no lugar de alguém aborda o presente ao mesmo tempo que pensa o passado. São questões que nos levam a discutir o pertencimento e a necessidade que os jovens têm de se reconhecer numa história determinada (Seffner e Pereira, 2018, p. 20).

Carregados de temas sensíveis e ligados a processos históricos inconclusos, os chamados passados vivos – como por exemplo genocídios, torturas, escravidão, racismo e homofobia – manifestam-se como resíduos persistentes do passado. É essencial que o trabalho

pedagógico em História mobilize a sensibilidade dos sujeitos em aprendizagem, de modo a provocar reflexões profundas, conforme apontam Pereira e Seffner:

O que se precisa pensar é justamente a ideia de que aprender sobre o genocídio indígena no Brasil não pode ser algo que o professor simplesmente exponha em aula, como “matéria dada”. Há que se ter acontecido nessa aula: que alguém chore, que alguém se espante, que alguém ache um absurdo, que alguém diga “professor, o senhor não tem o direito de nos mostrar isso que está nos mostrando! O senhor não tem o direito, é muito forte, é muito pesado! ”. Uma aula de história provoca sensações, muito mais que simplesmente ensina causas, efeitos e consequências (Seffner e Pereira, 2018, p. 23).

Portanto, é fundamental e urgente que o ensino de História promova uma profunda reflexão sobre o silenciamento e o desconhecimento de temas sensíveis do passado recente por parte de grande parcela dos estudantes brasileiros. Essa reflexão deve incidir especialmente sobre as memórias do regime ditatorial e de suas manifestações negacionistas que persistem no presente.

Trabalhar o ensino de História por meio desses temas reforça a necessidade de uma educação comprometida com os Direitos Humanos e possibilita aos jovens a compreensão de que, a partir do presente, pode-se construir referências sólidas para projetar o futuro, exercendo plenamente sua cidadania.

É preciso pensar um passado de questões sensíveis não de forma fixa ou determinada, mas sim como um passado vivo que se prende ao presente e que deixa marcas ou vestígios, como corrobora a reflexão de Pereira e Seffner:

Dessa forma, temos um passado vivo que se prende ao presente como residualidade ou como remanescência, constituindo o ser do paradoxo temporal. As aulas de história se põem a tomar como conteúdo de ensino e aprendizagem as residualidades do passado que não passam, que se estendem ao presente e que habitam na memória, constituindo experiências (Seffner; Pereira, 2018, p. 23 e 24).

Para os autores, residualidade e remanescência se materializam nos fortes elementos do passado que ainda permanecem no presente, tendo em vista que os resíduos do passado não são cópias de outra temporalidade, mas remanescentes que se atualizam no presente, sem deixar de estar atrelado ao passado.

Esses remanescentes se mantêm vivos por produzirem sentidos, movimentos, identidades e representações de outras temporalidades.

O passado vivo da História local de Volta Redonda não permanece fixo, inalterável, ele contém tais residualidades que historicamente permanecem no presente.

Os temas sensíveis das violações do passado traumático se apresentam neste caso como os resíduos de um passado vivo, que se conservam no presente da História da cidade de Volta Redonda como reminiscência da Ditadura Empresarial-Militar que viveu o Brasil.

Conforme Maria Paula Araújo, Isabel Silva e Desirée Santos, temas sensíveis são “assuntos de um passado problemático”, como o das ditaduras, o dos regimes racistas ou marcados pela violência.

A expressão “temas sensíveis” designa assuntos de um passado problemático. E um passado pode ser problemático de diversas formas. Pode se referir a um passado marcado pelo autoritarismo (como as ditaduras militares no Brasil e na América Latina); ou por elementos discriminatórios e racistas (como o governo de apartheid da África do Sul); ou a um passado marcado por violência traumática (como atos de genocídio e guerra civil). São temas sensíveis não apenas porque é difícil falar sobre eles, mas, principalmente, porque não há ainda, na maioria dos casos, um consenso da sociedade sobre o que dizer e como falar sobre esse passado. Em muitos casos, os processos de memória, trauma e reparação ainda estão em curso e diferentes versões ainda estão em disputa — tanto na memória como na história (Araújo; Silva; e Santos, 2013, p.9).

Assim, considera-se possível e necessário que, diante da complexidade e dos desafios contemporâneos do ensino de História, os temas sensíveis relacionados à Ditadura Empresarial-Militar brasileira sejam trabalhados a partir das memórias locais e das marcas deixadas pelas violações que atingiram profundamente a classe trabalhadora de Volta Redonda.

Essas memórias, ainda presentes no cotidiano e no imaginário da cidade, contrastam com o avanço de narrativas negacionistas que buscam minimizar ou apagar as práticas de repressão e violência daquele período.

Ao valorizar tais experiências e incorporá-las ao processo educativo, torna-se viável despertar nos estudantes uma compreensão crítica do passado recente, fortalecendo o compromisso com a defesa dos Direitos Humanos e com a construção de uma cidadania atenta às dimensões éticas e políticas da História.

1.2 O Negacionismo na sala de aula

Os professores de História vivenciam cotidianamente, dentro e fora da sala de aula, uma avalanche de opiniões negacionistas e de visões distorcidas sobre o conhecimento histórico, frequentemente reduzidas a meras manifestações de opinião sem embasamento.

Diante desse cenário, emergem questões fundamentais: qual é o papel do professor de História e do historiador frente ao avanço do negacionismo e do revisionismo ideológico? O que significa “verdade histórica” em um campo permeado por múltiplas interpretações do passado? Como distinguir uma análise baseada em procedimentos históricos rigorosos de uma simples opinião pessoal sobre um fato ou personagem? Mais ainda, como separar uma revisão historiográfica legítima, que visa ampliar o conhecimento por meio de novas fontes e perspectivas teóricas, das práticas negacionistas que buscam apenas confundir, ocultar ou distorcer passados incômodos e temas sensíveis?

Enfrentar tais questões demanda que o professor compreenda de forma clara os conceitos de negacionismo e revisionismo ideológico.

Na última década, especialmente no Brasil desde 2016, discursos que questionam o saber científico produzido em espaços acadêmicos e escolares ganharam força. Esses discursos, amplificados por movimentos políticos, identificados com a extrema direita no cenário nacional e internacional, passaram a atuar de forma sistemática na deslegitimação das ciências humanas e sociais.

Trata-se de ações de orientação conservadora, com forte apelo ao discurso de ódio, que rapidamente penetraram os espaços educativos para contestar e distorcer conhecimentos históricos consolidados sobre temas como escravidão negra e indígena, racismo, nazismo, Holocausto e, especialmente, a ditadura brasileira. Tais temas sensíveis passaram a ser tratados como se fossem meras opiniões individuais que esvaziavam o debate público e os compromissos éticos fundamentais.

No dossiê da Revista Brasileira de História, intitulado “Negacionismo: História, Historiografia e Perspectivas de Pesquisa” (2021), os historiadores Patrícia Valim, Alexandre de Sá Avelar e Berber Bevernage buscaram historicizar esse fenômeno e indicar caminhos teóricos e metodológicos para seu enfrentamento.

Suas análises demonstraram que o negacionismo não é fruto de falta de informação ou de ignorância, mas de estratégias políticas deliberadas que atuam na produção de desinformação, tensionando a própria função social do conhecimento histórico. Essa reflexão torna ainda mais urgente que os professores de História compreendam o contexto contemporâneo e atuem com rigor científico, compromisso ético e capacidade crítica diante dos desafios impostos pelo negacionismo na sala de aula.

O negacionismo foi ganhando espaço de acordo com os interesses dos revisionistas, com claros objetivos de confusão e distorção das evidências históricas, conforme destaca Avelar, Bevernage e Valim :

O termo negacionismo, para se referir a grupos e indivíduos que negavam a existência das câmaras de gás e o extermínio em massa dos judeus durante o regime nazista, foi popularizado pelo historiador francês Henry Rousso (1987, p.166). A palavra passou a ser usada em sentido contrário ao empregado pelos próprios negacionistas, que viam como fundadores de uma “escola revisionista” (a denominação é do negacionista Roubert Faurisson) e pretendiam conferir credibilidade intelectual e científica ao que não passava de falsificação e de distorção de evidências (Avelar; Bevernage; e Valim 2021, p.14).

Esses mesmos discursos chegaram à sala de aula, caracterizados por um forte tom de revisão da História, de negação dos eventos estudados, diminuição da importância histórica de tais fatos, minimização dos traumas e efeitos deixados no presente. Dessa forma, o

silenciamento dos temas sensíveis vem se tornando obstáculo para o currículo e para as aulas de História.

Negar a História ou revisá-la de forma manipulada e distorcida não constitui um fenômeno recente. Ao contrário, ao longo do tempo, diversos embates foram travados entre historiadores e aqueles que procuram falsear o passado. Como observa Napolitano (2021), os negacionistas frequentemente recorrem ao argumento do “direito à livre expressão” para justificar e disseminar suas ideias, muitas vezes marcadas por desinformação, manipulação e intencionalidade política.

Nessa perspectiva, fica evidente que a defesa da liberdade de expressão, quando apropriada por vozes negacionistas, adquire um caráter estratégico, ou seja, busca legitimar discursos que relativizam práticas de violência, exaltam torturadores e negam processos históricos traumáticos. Sob o pretexto de expressar opiniões, tais discursos procuram transformar graves violações de direitos humanos em meros pontos de vista, esvaziando a responsabilidade ética e histórica que deveria orientar o debate público. Pierre Vidal-Naquet faz uma advertência de tal tendência:

É possível sustentar que cada qual tem o direito de promover mentiras e farsas, e que a liberdade individual contenha esse direito, reconhecido na tradição liberal francesa, em prol da defesa do acusado. Mas o direito que o falsário demanda não deve ser concedido em nome da verdade (Vidal-Naquet, 1994, p.85).

Nos últimos anos, historiadores e intelectuais das ciências humanas têm observado, com crescente preocupação, a expansão de discursos negacionistas e revisionistas no debate público. Essas práticas deixaram de ser apenas estratégias de distorção do conhecimento histórico e passaram a integrar projetos políticos de caráter antidemocrático, autoritário e, muitas vezes, violento.

O negacionismo, portanto, não se limita à falsificação do passado: ele opera como instrumento de ação política, mobilizando narrativas que buscam legitimar a intolerância, o ódio e o apagamento de memórias traumáticas.

Diante desse cenário, surgem questões urgentes: como se posicionar perante tantas dúvidas e contestações? De que modo as aulas de História podem responder aos constantes ataques à verdade histórica? Em que medida o ensino de História pode enfrentar de forma efetiva as estratégias negacionistas?

Para lidar com tais desafios, é fundamental recorrer ao amplo campo de estudos já consolidado, que reúne uma rica produção acadêmica dedicada a compreender e combater a manipulação do passado. Esta pesquisa busca dialogar com esse conjunto de trabalhos contemporâneos, especialmente aqueles que investigam as formas de falsificação e mentira

relacionadas à Ditadura Empresarial-Militar brasileira, contribuindo assim para o enfrentamento qualificado do negacionismo.

Como destaca Luís Edmundo Moraes, o termo “negacionismo” designa simultaneamente um campo político-intelectual articulado em escala internacional e uma prática concreta de atuação pública (Moraes, 2011). Essa dupla dimensão reforça a necessidade de compreender o fenômeno em sua complexidade, articulando reflexão teórica, rigor historiográfico e responsabilidade ética.

Cabe ressaltar a importante distinção entre o revisionismo legítimo – entendido como uma prática historiográfica fundamental para o avanço do conhecimento – e o revisionismo ideológico, que se configura como uma estratégia de manipulação do passado utilizada para justificar posições políticas contemporâneas.

O conceito de revisionismo é amplamente debatido pela historiografia acadêmica e, apesar de sua importância, adquiriu conotações negativas em razão de usos distorcidos fora do meio científico. Trata-se de um conceito ambíguo, apropriado de diferentes maneiras por diversos agentes, tanto dentro quanto fora da academia, assumindo um caráter ideológico que varia conforme o contexto em que é mobilizado, como ressalta o historiador Enzo Traverso:

Uma curta genealogia revela que, longe, de ser exclusivamente historiográfico, ‘revisionismo’ é também um fenômeno político profundamente relacionado a atitudes e declarações que transcendem as fronteiras acadêmicas e colocam em questão a relação de nossa sociedade com seu passado (Traverso, 2021, p.178).

Dessa forma, Traverso afirma que “existem, portanto, revisões de natureza diferente: algumas são fecundas, outras discutíveis, outras, enfim, profundamente nefastas” (Traverso, 2017, p.35). Sônia Meneses destaca:

As práticas de negação manipulam essa crença em uma verdade plenamente alcançável, exatamente para fazerem desmoronar todo um conjunto de conteúdo, o qual não satisfaz os desejos daqueles que as difundem. Assim, o argumento “da” verdadeira história torna-se um recurso poderoso para negação do conhecimento histórico e, por sua vez atua como uma poderosa arma política (Meneses, 2021 p.76).

No que se refere ao conceito de negacionismo e ao seu uso crescente, é fundamental recuperar sua origem histórica, vinculada às primeiras manifestações de negação do Holocausto após a Segunda Guerra Mundial. Compreender esse conceito implica ir além da noção simplificada de mera negação de fatos, reconhecendo-o como um movimento articulado, “um empreendimento organizado” (Neto; Perlatto, 2022), que atua por meio de discursos e narrativas destinados a produzir conhecimentos distorcidos, opacos e manipulados. Tais práticas não apenas fragilizam o debate público, mas também representam uma ameaça concreta à democracia e à justiça.

No artigo “Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas”, publicado em 2013, o historiador Demian Bezerra de Melo desenvolve uma análise crítica das abordagens historiográficas recentes, destacando como eixo central as disputas em torno da interpretação do passado.

A partir de uma revisão das narrativas históricas e das tensões políticas que atravessam a sociedade contemporânea, Melo examina de que modo as interpretações do passado influenciam e são simultaneamente moldadas por embates ideológicos atuais.

Ao discutir o revisionismo historiográfico, o autor não busca apenas identificar as motivações que orientam determinadas reinterpretações, mas também refletir sobre suas consequências para a construção da memória coletiva e do debate público. Assim, ressalta o papel fundamental da história na formação das identidades e nas dinâmicas políticas dos tempos atuais.

Nesse percurso, Melo apresenta um amplo balanço crítico sobre o revisionismo historiográfico e suas repercussões na leitura de eventos como a Revolução Francesa e o Nazifascismo, evidenciando a estreita relação entre tais disputas interpretativas e os conflitos políticos contemporâneos. O autor destaca, ainda, que “os negacionistas acabariam por contribuir com o caráter pejorativo da noção de revisionismo, aqui claramente associado à manipulação ideológica do passado” (Melo, 2013).

Um exemplo expressivo de como a produção negacionista ganhou alcance entre jovens do Ensino Médio no Brasil, sobretudo por meio de sua ampla circulação nas mídias digitais, é o documentário: 1964 – O Brasil entre armas e livros⁷ (2019), produzido pelo canal Brasil Paralelo. A obra obteve números significativos de visualizações e passou a servir como principal referência argumentativa para o confronto com professores de História na sala de aula, especialmente durante o período eleitoral de 2018 e ao longo do governo Bolsonaro.

Arthur Lima de Avila destaca:

Há deste modo um *continuum* entre as figurações do Brasil Paralelo e o negacionismo inequívoco do atual presidente da República, para quem a ditadura não foi *suficientemente* ditadura (“temos que fazer o que os militares não fizeram”, bradou ele um dia): os silenciamentos da tortura e das mortes pela empresa funcionam como

⁷1964: O Brasil entre Armas e Livros é um documentário brasileiro de 2019, dirigido e produzido pela Brasil Paralelo. E teve sua pré-estreia em 31 de março, no aniversário de 55 anos do golpe de 1964, na rede de cinemas Cinemark. Foi exibido em Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo, Recife e Brasília. O filme analisa a ditadura militar brasileira, estabelecida após o golpe de 1964, sob uma perspectiva revisionista. Idealizado inicialmente por Henrique Zingano e baseado em documentos da StB (serviço de inteligência da antiga Tchecoslováquia durante a Guerra fria). Em geral, 1964 recebeu críticas negativas, e historiadores fizeram uma análise extensiva do filme enumerando seus pontos falsos. Diversas fontes classificaram-no como um filme de propaganda da ditadura que contraria o consenso historiográfico sobre o tema.

a reivindicação pela negação, que autoriza “cientificamente” as afrontas de Bolsonaro contra a democracia (Avila, 2021p.172).

A sala de aula pode ser compreendida como um espaço privilegiado de encontro entre diferentes consciências históricas, no qual se confrontam múltiplas visões de mundo e se articulam processos de formação subjetiva e de construção de historicidade.

Nesse sentido, o ensino de História tem se tornado cada vez mais desafiador e, ao mesmo tempo, indispensável, sobretudo quando se trata de abordar regimes repressivos e contextos marcados por disputas intensas em torno do controle disciplinar da narrativa histórica. Como afirma Sônia Meneses, observa-se, no tempo presente, “a insurgência de outros sujeitos a disputarem o controle desse lugar disciplinar [da história]” (Meneses, 2019), muitos dos quais interessados em simplificar, distorcer e falsear o passado.

O avanço de práticas negacionistas no ambiente escolar compromete a construção de uma memória social justa, isto é, uma memória capaz de apoiar processos de reconhecimento, reparação e justiça para aqueles e aquelas que tiveram seus direitos violados pelo Estado e foram posteriormente silenciados ou esquecidos.

Nesse contexto, a reflexão sobre o ensino da ditadura empresarial-militar brasileira, especialmente na cidade de Volta Redonda, torna-se fundamental para articular memória, historiografia dos temas sensíveis e defesa dos Direitos Humanos. Afinal, como ressalta Cerri, o objetivo central do ensino de História “é formar a capacidade de pensar historicamente e, portanto, de usar as ferramentas que a história dispõe na vida prática, no cotidiano, desde as pequenas até as grandes ações individuais e coletivas” (Cerri, 2011 p.81 e 82).

Partindo da ideia do porquê realizar esta pesquisa, a justificativa encontra respaldo na análise de Steven Shapin em seu artigo “É verdade que estamos vivendo uma crise da Verdade?”, no qual afirma: “É claro que está ocorrendo uma crise da verdade e é claro que nós vivemos em uma sociedade da Pós-Verdade” (Shapin, 2020, p. 309).

Tal crise manifesta-se de maneira particularmente intensa no contexto contemporâneo das aulas de História, evidenciando o embate entre a prática científica baseada na busca pela verdade e a difusão de distorções e falsificações sustentadas por narrativas negacionistas que moldam percepções e crenças de muitos estudantes.

Essa crise da verdade tem dimensões globais. Embora o negacionismo histórico não tenha origem no Brasil, sua força e visibilidade cresceram expressivamente nos últimos anos, sobretudo durante o governo Jair Bolsonaro, gerando impactos profundos sobre a sociedade brasileira.

A pandemia de Covid-19⁸ evidenciou esse processo de forma dramática: assistimos à minimização sistemática da gravidade da doença, à promoção de boicotes às medidas de prevenção, ao incentivo oficial do uso de medicamentos sem eficácia comprovada e à disseminação de discursos que descredibilizaram as vacinas, dificultaram as campanhas de imunização e geraram descrédito institucional.

Tais práticas contribuíram para o avanço de um negacionismo sanitário que teve consequências devastadoras, refletidas no trágico número de mais de 700 mil mortes registradas no país.

Para além dos inúmeros exemplos da trágica realidade vivenciada durante a pandemia, somam-se os constantes ataques à democracia brasileira e às instituições responsáveis pela manutenção e vitalidade do Estado Democrático de Direito.

Observa-se a ampliação de discursos de ódio, inclusive de caráter racista, bem como ofensivas às lutas antirracistas, aos povos indígenas, aos defensores das comunidades tradicionais e às religiões de matriz africana.

Acrescentam-se ainda os ataques à escola pública (duramente acusada de ser um ambiente de doutrinação pelo trabalho docente), a proliferação de discursos de ódio fundamentados em interpretações religiosas, a intensificação de violências contra a comunidade LGBTQIAPN+ e o agravamento de diversas formas de violência de gênero. Diante desse quadro, a História como disciplina deve cumprir seu papel social e, como destaca Albuquerque Júnior:

A história tem, assim, um importante papel a exercer nesse mundo onde a alteridade, a multiplicidade e a diversidade social e cultural, exigem um preparo subjetivo para a convivência com o diferente, sem o que temos e teremos crescentes manifestações de intolerância, xenofobia, até mesmo a revivência de discursos eugenistas e segregacionistas, além de práticas de agressão, violência e extermínio. Saber aceitar e conviver com a diferença, aceitar a opinião e o ponto de vista diferente como tendo o direito à existência, representar a formação de subjetividades mais bem-preparadas para a convivência democrática (Albuquerque Júnior, 2012, p.33).

Esse movimento crescente de ataques ao conhecimento histórico tem chegado de maneira intensa às salas de aula, deslegitimando a História como produção científica por meio de revisionismos e negacionismos disseminados em plataformas de ampla circulação. Trata-se

⁸A pandemia de COVID-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, foi oficialmente declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. No contexto historiográfico, o período é frequentemente analisado não apenas como uma crise sanitária global, mas como um marco de intensificação de disputas narrativas e de ascensão de movimentos negacionistas que desafiaram o consenso científico e a autoridade das instituições de saúde.

de práticas orientadas por objetivos essencialmente políticos e contrários à ética da mediação responsável do saber.

Nesse cenário, é pertinente reafirmar que “a História pode e precisa ser defendida, especialmente agora, quando as mentiras que sempre existiram ganham uma dimensão diferente, com *fake news* vomitadas por atacado, de forma organizada” (Pinsky; Pinsky, 2021).

O ensino de História desempenha um papel fundamental na formação da percepção crítica da realidade social. Embora não seja o único campo capaz de promover tal compreensão, ele constitui um conjunto teórico-prático indispensável para que os sujeitos se reconheçam como parte integrante das dinâmicas de transformação e permanência que marcam a experiência humana ao longo do tempo.

Longe de configurar uma mera transmissão de cronologias, o ensino de História assume uma dimensão eminentemente ética ao lidar com os usos do passado. Como adverte Hayden White (1995), o estudo de “passados sensíveis” não deve ser reduzido a um conteúdo disciplinado e frio; pelo contrário, a história escolar deve ser o espaço da interpenetração entre a objetividade dos fatos e a subjetividade das novas gerações.

Ao confrontar o estudante com narrativas de injustiça e violação dos direitos humanos, o ensino de História promove uma educação do olhar que desperta a indignação ética. Essa experiência pedagógica permite que o aluno, ao compreender as feridas abertas do passado, desenvolva a consciência de si como sujeito histórico capaz de agir em prol de uma cultura de direitos e respeito à dignidade humana no presente. Ao situar o estudante diante de passados traumáticos e sensíveis, a prática docente fomenta uma sensibilidade histórica que transcende o currículo: ela instiga a indignação contra a barbárie e a opressão.

Nesse sentido, o discurso negacionista direcionado a períodos traumáticos como as ditaduras consolidou-se como um dos principais obstáculos do ensino da História no tempo presente. Impulsionado por narrativas revisionistas e pela ampla difusão de desinformação, esse fenômeno busca minimizar, relativizar e até justificar violações de Direitos Humanos, como a tortura, o desaparecimento forçado e a repressão política.

Tal dinâmica fragiliza a capacidade crítica dos estudantes e compromete a compreensão dos impactos estruturais desses regimes autoritários. Simultaneamente, ela cria um ambiente pedagógico polarizado e hostil ao trabalho docente, no qual a construção do conhecimento histórico é continuamente tensionada por visões simplistas, distorcidas e fortemente ideologizadas.

Diante desse quadro, torna-se imprescindível ressaltar a importância da vasta produção acadêmica já existente sobre o tema, que reafirma a relevância do ensino de História como

instrumento capaz de fortalecer não apenas a formação crítica dos estudantes, mas também o reconhecimento da História enquanto ciência rigorosa, comprometida com critérios metodológicos sólidos na análise de passados recentes.

Valorizar conhecimentos sustentados por bases historiográficas consistentes, em contraposição aos efeitos corrosivos do negacionismo, contribui para despertar nos estudantes uma consciência cidadã mais sensível, ética e comprometida com a defesa dos Direitos Humanos.

1.3 O revisionismo historiográfico acerca do tema da Ditadura no Brasil (1964-1985) e os decorrentes temas sensíveis

Ao refletir sobre as relações entre o passado ditatorial recente e seus desdobramentos no ensino de História, torna-se fundamental considerar a produção historiográfica brasileira e as diferentes formas pelas quais a chamada “História Oficial” tem sido apresentada.

O historiador Demian Bezerra de Melo, reconhecido por suas pesquisas sobre as articulações entre elites orgânicas e o golpe de 1964, apresenta uma contribuição fundamental em sua análise crítica publicada na revista *Marx e o Marxismo* (2013). Nela, o autor denuncia o que classifica como uma 'ofensiva revisionista' na historiografia brasileira recente, evidenciando as tentativas de reinterpretação do passado que visam minimizar o caráter classista e empresarial da ditadura."

Melo chama a atenção para uma ausência significativa no ensino de História: a recorrente falta de perspectivas que abordam a experiência e o papel da classe trabalhadora durante o regime ditatorial, evidenciando um déficit na compreensão do período.

Nas orientações curriculares tradicionais, observa-se que determinadas interpretações oficiais, ao adotarem posições próximas ao revisionismo que atenua a dimensão repressiva do regime, acabam por produzir compreensões simplificadas de um contexto histórico marcado por intensa violência estatal direcionada aos trabalhadores. Como resultado, tal passado tende a ser apreendido pelas gerações atuais de forma distanciada e insensível, dificultando a construção de uma consciência histórica crítica nas aulas de História.

A historiografia brasileira contemporânea tem promovido uma revisão terminológica substancial ao substituir a designação tradicional de “ditadura militar” pelas categorias de ditadura civil-militar ou, mais especificamente, empresarial-militar. Essa mudança, longe de ser meramente semântica, é de natureza conceitual e política: ela evidencia que o Golpe de 1964 e a subsequente manutenção do regime não foram atos exclusivos das Forças Armadas.

Conforme as teses seminais de René Dreifuss em 1964: *A Conquista do Estado*, o regime consolidou-se a partir de uma complexa rede de influência e financiamento proveniente de

setores da elite industrial e financeira, articulados em torno de instituições como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a Federação da Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Ao reconhecer o caráter empresarial do autoritarismo, a análise evita a desresponsabilização de setores civis, compreendendo o regime como um projeto de classe que utilizou o aparato estatal para garantir a concentração de capital e a execução de uma modernização conservadora. Nesse sentido, a presente pesquisa fundamenta-se na categoria de ditadura empresarial-militar para analisar a realidade histórica de Volta Redonda. A escolha desse referencial teórico justifica-se pela necessidade de compreender os efeitos do golpe sobre a classe trabalhadora sob uma ótica que transcende a repressão política estrita.

Em Volta Redonda, o esmagamento das conquistas trabalhistas e a repressão aos movimentos sindicais revelam a convergência de interesses entre a oficialidade militar e a gestão empresarial, em um modelo de desenvolvimento no qual o Estado assumia os riscos, enquanto o grande capital colhia os benefícios. Assim, o uso dessa categoria permite mapear como a estrutura industrial local foi transformada em um campo de batalha político-social, no qual a disciplina fabril e a vigilância estatal se fundiram para viabilizar um projeto econômico que demandava a desarticulação profunda da resistência da classe trabalhadora.

Nesse sentido, a obra ‘A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo’ apresenta uma caracterização rigorosa da ditadura militar no Brasil, entendida como um regime autoritário instaurado após o Golpe de 1964 e vigente até 1985. A historiografia discutida no livro enfatiza seu caráter “civil-militar”, destacando a participação ativa de setores empresariais e civis na sustentação política, econômica e repressiva do regime.

Essa abordagem contribui para romper com leituras que tendem a minimizar a violência e a responsabilização compartilhada de diferentes grupos sociais na manutenção da ordem ditatorial, como destaca Melo:

Desse modo, o presente balanço da bibliografia não visa apenas sistematizar a produção acadêmica, mas, a partir da crítica à historiografia revisionista também problematizar o uso público do conhecimento histórico entendido como parte das disputas pela hegemonia (Melo 2014 p.157).

Nesse sentido, a obra evidencia como o revisionismo historiográfico brasileiro atua na normalização da ditadura empresarial-militar, desqualificando a resistência de esquerda e difundindo uma visão que coloca a sociedade como corresponsável pelo regime autoritário. Tal perspectiva, ao atenuar a violência e os mecanismos de repressão do período, contribui para a construção de uma memória distorcida do passado recente.

Nesse sentido, é fundamental compreender como esse movimento revisionista repercute diretamente nos desafios enfrentados pelo ensino de História. A disciplina, fortemente

atravessada por influências externas, acaba sendo impactada por setores sociais que têm promovido, de forma sistemática, a circulação de interpretações revisionistas no Brasil.

Esses discursos, quando incorporados ao senso comum, tornam complexo o trabalho docente e dificultam o desenvolvimento de uma consciência histórica entre os estudantes.

No contexto atual, observa-se ainda o crescimento de questionamentos dirigidos às ciências e à própria noção de produção da “verdade”. Como aponta a reflexão da Rede Brasileira de História Pública, assiste-se à expansão de um revisionismo difuso, produzido no âmbito do senso comum, que se apresenta como contestação legítima, mas opera a partir da desinformação, da simplificação e da manipulação dos fatos históricos.

Em geral, quem nega o peso do passado são os perpetradores – aqueles a quem a história deve cobrar a conta dos massacres, perseguições, etnocídios e genocídios. Uma história polifônica implica o destrinchamento, e não o apagamento, das formas pelas quais a própria história e a memória se construíram. O próprio revisionismo – enquanto fenômeno contemporâneo global que, no Brasil, tem servido para encobrir a violência e o autoritarismo do nosso passado – deve ser tomado como objeto de análise. Cabe compreender e explicar em que sentido os gestos negacionistas e revisionistas que questionam a história da escravidão ou da ditadura militar brasileira, por exemplo, são também reações violentas e autoritárias contra a democratização da história (Rede Brasileira de História Pública, 2019, p. 184).

Observa-se um movimento expressivo de grupos saudosistas da ditadura, formados por militares da reserva e da ativa, bem como de jornalistas e historiadores, vinculados à chamada “nova direita”, que têm conseguido influenciar parcelas significativas da sociedade.

Tal movimento alcança inclusive espaços acadêmicos, disseminando narrativas e materiais de propaganda que buscam reabilitar o passado autoritário, com nítida finalidade ideológica de manipulação da História. Nesse cenário, diversas plataformas digitais têm se consolidado como veículos de um revisionismo a serviço do negacionismo e contribuído para o enraizamento dessas interpretações no atual contexto político e cultural.

Diante disso, estabelece-se um confronto direto entre as narrativas sobre a ditadura produzidas em espaços formais de ensino e pesquisa, e aquelas que circulam no espaço público por meio de memórias, opiniões e discursos simplificadores.

Nesse contexto de disputa, a aula de História emerge como um dos principais campos de confronto. O crescente fluxo de referências que apoiam o regime ditatorial (como as obras 'politicamente incorretas' e documentários de canais como o Brasil Paralelo) evidencia o impacto dessas produções. Tais conteúdos, por serem amplamente financiados e orientados por um claro projeto político-ideológico, atuam diretamente na formação dos estudantes.

É importante ressaltar que o ensino da ditadura Empresarial-Militar no Brasil apresenta a sua própria historicidade. Ao longo do tempo, suas interpretações foram sendo reformuladas

conforme os debates historiográficos, as mudanças geracionais, as transformações culturais e a crescente distância temporal que separa os estudantes desse passado traumático. Tais elementos configuram desafios específicos para o ensino de História, sobretudo quando se trata das memórias sensíveis.

Nesse sentido, é fundamental compreender que um tema sensível no ensino de História não é um dado evidente ou universal. Esses temas forjam memórias frequentemente controversas e assumem diferentes níveis de sensibilidade conforme o grupo social envolvido.

Elementos estruturantes das desigualdades como raça, gênero e classe atribuem sentidos distintos às experiências individuais e coletivas relacionadas a esse passado recente. Desse modo, aquilo que se configura como sensível para determinados grupos pode não ser para outros.

No exercício da docência, essas questões suscitam importantes reflexões e interrogações: quais são os temas considerados sensíveis? Para quem são sensíveis? Com quais objetivos devem ser abordados nas aulas de História? Esses temas são sensíveis em si mesmos ou tornam-se sensíveis de acordo com o tratamento dado pelo professor ou com as experiências dos estudantes?

Os temas sensíveis remetem a passados “vivos”, carregados de emoções e tensões, que envolvem o confronto de valores e interesses fundamentais “para o presente e o futuro em comum” (Tutiaux-Guillon *apud* Gil; Eugênio, 2018, p.142). O Ensino de História, entendido como um “lugar de fronteira” (Monteiro; Penna, 2011, p.192), é atravessado por essas dimensões afetivas: culpa, responsabilidade, luto e traumas coletivos. Trata-se, portanto, de lidar com “histórias difíceis”, cuja transmissão e abordagem exigem cuidado metodológico, responsabilidade ética e sensibilidade pedagógica; como reforçam muito bem Schmidt e Miralles:

Assim como no Brasil, em vários países do mundo, na segunda década do século XXI, o ensino de História tem enfrentado, de forma sistemática, pressões e intervenções oriundas do fortalecimento da agenda conservadora. Isto inclui, entre outros, formas de censura à presença e ao tratamento de temas controversos na educação histórica das crianças e jovens. Assumir o desafio de agir em consonância com a nossa responsabilidade face à função social da História, em direção à formação para a cidadania e democracia e à construção de uma sociedade mais justa, significa também contribuir para tornar público esse debate. Portanto, e utilizando uma espécie de figura de linguagem - é “difícil” descartar a inclusão da história “difícil” como conteúdo a ser trabalhado no ensino de história. Se, alguns tentam descartá-los, a contribuição dos trabalhos, apresentados no presente dossiê, é fortalecer o debate e a luta pela sua inclusão (Schmidt; Miralles, 2018, p.489).

Caberá, portanto, ao professor de História realizar escolhas didáticas e metodológicas que permitam realizar um trabalho qualificado com os temas sensíveis da “história difícil”, das

“questões quentes”, assumindo assim, uma posição política de enfrentamento à realidade negacionista e revisionista que adentra a sala de aula.

Mével e Tutiaux-Guillon (2013) ressaltam que as escolhas didáticas são, inevitavelmente, escolhas políticas e que a liberdade docente se manifesta precisamente na capacidade de escolher.

Nesse sentido, compreende-se que os temas sensíveis da História abrem possibilidade para novas abordagens teóricas, temáticas, metodológicas e epistemológicas, capazes de tensionar e desconstruir concepções hegemônicas que historicamente legitimaram determinados sujeitos, narrativas e saberes no ensino de História.

Abordar temas sensíveis implica, portanto, provocar deslocamentos no ensino tradicional, questionando perspectivas consolidadas e abrindo espaço para interpretações mais plurais e comprometidas com a complexidade do passado.

A partir das contribuições dos teóricos que discutem os temas sensíveis e das questões disciplinares aqui apresentadas, pode-se dizer que a exploração desses temas, no ensino de História, constitui uma estratégia potente de enfrentamento ao atual contexto de disputas de narrativas.

Dentro e fora da escola, proliferam discursos revisionistas e negacionistas que procuram deslegitimar o conhecimento histórico produzido de forma rigorosa sobre o período da ditadura Empresarial-Militar brasileira (1964–1985). Assim, o trabalho com temas sensíveis não apenas qualifica o ensino, como também constitui ferramenta indispensável para a defesa da História enquanto campo científico e para a formação de uma consciência histórica crítica em nossos estudantes.

1.4 A importância da história local e suas memórias sensíveis

Como suporte teórico fundamental para as relações entre História Local e Ensino de História, destaca-se o estudo de Nikita Mary Sukow (2009), intitulado ‘Um balanço teórico da História Local: historiografia e ensino de História Local no processo educativo’. Tal trabalho consolida essa aproximação, sublinhando sua relevância para a valorização das memórias coletivas no ensino-aprendizagem.

Na mesma obra, a autora identifica a origem e a formulação do termo História Local, evidenciando influências que partem dos estudos teóricos da Geografia, especialmente nos ensaios de Vidal de La Blache (1845–1918), e vão até as contribuições de historiadores como Fernand Braudel (1902–1985). Em ‘O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II’ (1945), Braudel aprofunda a análise das relações entre espaço físico e sociedade,

expandindo esse debate para o campo historiográfico. Na chamada segunda geração da Escola dos Annales, estes estudos sobre a interação entre espaço geográfico e processos históricos ganham centralidade e grande relevância.

Sukow ressalta ainda que foi Pierre Goubert (1915–2012), historiador vinculado à segunda geração dos Annales, quem sistematizou o conceito de História Local como uma metodologia de investigação no contexto francês:

Denominaremos História Local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a cidade pequena ou média(um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um *county* inglês, um *contado* italiano , uma *Land* alemã, uma *bailiwick* ou *pays* francês) (...)A partir, porém da metade desse século, a história local ressurgiu e adquiriu novo significado; na verdade, alguns chegam a afirmar que somente a história local pode ser autêntica e fundamentada (Sukow, 2023, p.29).

A História Local tem ganhado destaque em diversas pesquisas por sua contribuição na abordagem das relações entre cidadania, pluralidade e identidade. Embora o regime ditatorial brasileiro tenha sido um fenômeno amplo e nacional, este projeto enfatiza a questão local da ditadura. Ao fazer isso, as peculiaridades do período são colocadas em evidência em contextos específicos, conforme ressalta Nikita Mary Sukow:

Dentro desta perspectiva, podemos olhar para a História Local como particularidade da totalidade. Ela contribui para a formação de nossas identidades e compreensões do passado, mas não se apresenta de forma isolada das outras camadas que compõem a realidade, isso porque o particular não existe e não se estrutura isoladamente sem relacionar-se com outras esferas de explicação da realidade (Sukow, 2023, p.38).

A cidade de Volta Redonda é marcada por inúmeras memórias sensíveis, muitas delas ligadas às experiências de trabalhadores cujas vozes foram silenciadas, pouco registradas e associadas a violações de Direitos Humanos. Esta pesquisa busca também refletir sobre essas memórias soterradas no presente, as quais serão analisadas com maior profundidade no segundo capítulo. A preservação da memória coletiva da classe trabalhadora em Volta Redonda representa uma luta contra esquecimentos e silenciamentos.

Le Goff argumenta que a memória é um elemento essencial da identidade (individual ou coletiva) e que a sua busca e manipulação pelos Estados e grupos sociais visam o controle do presente e do futuro, destaca como a memória coletiva é instrumento de poder:

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (Le Goff, 1990, p.476).

A preservação da memória local é fundamental, pois recordar constitui uma forma de resistência a processos sociais de silenciamento, especialmente aqueles relacionados a crimes

contra a humanidade e violações de Direitos Humanos. O exercício do não esquecimento permite a apuração das responsabilidades e a criação de mecanismos capazes de impedir que tais atrocidades se repitam.

No caso da ditadura Empresarial-Militar brasileira, há muito que se explorar no trabalho com as memórias sensíveis. O regime autoritário e todo o seu aparato repressivo deixaram um legado de sofrimentos que não foram e provavelmente nunca serão completamente cicatrizados. As torturas e assassinatos promovidos pelo Estado deixaram marcas traumáticas na história, que a chamada “transição democrática” não conseguiu eliminar.

Para enfrentar essas questões, é imprescindível recorrer às lembranças e às memórias de forma crítica, pois somente esse movimento possibilita uma reconciliação do presente com o passado traumático. Esse processo abre caminhos para a superação de sofrimentos que, quando ignorados, podem paralisar indivíduos e sociedades.

Paulo Freire (2001) afirma que a História deve ser compreendida como possibilidade, e não como um percurso rigidamente determinado por supostas leis da história. A perspectiva crítica no ensino de História permite-nos ler o mundo com a sensibilidade necessária para contribuir com processos de humanização e libertação.

Ao nos debruçarmos sobre esse passado recente e traumático, como o da ditadura empresarial-militar brasileira, identificamos numerosas lacunas.

Trabalhar com memórias sensíveis significa, portanto, reconhecer a experiência desse passado doloroso e compreender que ele não está distante do tempo presente. Ainda observamos equívocos na aprendizagem histórica justamente por não trazer ao presente essas memórias que permanecem vivas e demandam abordagens mais cuidadosas e críticas.

Esse passado insistente desafia as estruturas temporais progressivas e evolucionistas que fundamentam a história eurocentrada. Nilton Müllet Pereira, ao refletir a decolonialidade temporal a partir da leitura de Quijano, afirma que o ensino de História “implica também repensar a temporalidade e romper tanto com o evolucionismo quanto com o dualismo típico do pensamento eurocêntrico” (Pereira, 2018 p.20).

A presente pesquisa compartilha dessa perspectiva, entendendo ser possível e necessário construir um ensino de História ético e político, capaz de contribuir para a promoção de justiça no futuro. Assim, destaca Pereira:

Nesse sentido, esse pensamento nos leva a introduzir o elemento ético e político no ensino de História, o que implica desconsiderar uma explicação distanciada do passado. O caráter ético do ensino de História está justamente no processo de construção de si mesmo como sujeito de um olhar, como subjetividade marcada por se permitir realizar uma determinada interpretação do passado e do seu lugar no presente. Nesse sentido, o estudo dos passados sensíveis e desestruturantes não

significa apenas colocar o aluno diante de um conteúdo disciplinado e frio (WHITE, 1994), mas diante de algo que desperta um posicionamento ético e político, de indignação frente à injustiça e à violação dos direitos humanos mais fundamentais. Logo, o estudo desses passados, a escrita da História sobre esses passados e seu ensino não são atitudes desinteressadas, mas voltadas ao futuro, um futuro de tolerância, de reconciliação com a justiça e com os direitos (Pereira, 2018, p.1244).

Este trabalho, ao se apoiar nas reflexões de Pereira, busca explorar os temas sensíveis não apenas como um conjunto de conteúdos vinculados ao ensino da ditadura empresarial-militar brasileira em Volta Redonda, mas como um caminho para envolver os estudantes em experiências significativas de aprendizagem.

Ao colocar os jovens em contato direto com as marcas desse passado em sua própria realidade histórica local, pretende-se provocar impactos formativos que mobilizem a sensibilidade, ampliem o entendimento sobre a repressão e favoreçam a construção de uma consciência histórica crítica. Como Pereira também destaca:

O que se supõe é que as formas de expressão da verdade histórica não estão apartadas do conteúdo das verdades que expressa, logo, utilizar uma forma de exprimir o que ocorreu no período da ditadura civil militar no Brasil, implica pensar num modo de inserir os jovens na dramaticidade daquele tempo, de modo a permitir problematizar sobre o quanto esse passado ainda é constituidor dos modos de criar nossas relações no presente (Pereira, 2018, p.1244).

O modelo educacional brasileiro ainda carrega uma pesada herança do passado colonial eurocêntrico, estruturado pelo ideal iluminista e pela lógica dos “padrões de poder” da colonialidade europeia e norte-centrada, conforme formulado por Quijano. Essa herança influencia diretamente a forma como a escola compreende a temporalidade e se relaciona com temas sensíveis e passados traumáticos.

Tal instituição, apesar dos avanços, ainda não se projeta plenamente para uma educação democrática, plural e humanizadora. Permanece, em grande medida, ancorada em um modelo tradicional, de caráter bancário, conteudista e competitivo, que limita o desenvolvimento da sensibilidade e das dimensões formativas necessárias ao trabalho com questões complexas da história. Conforme Quijano:

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo (Quijano, 2005, p. 117).

A escola brasileira, assim como a latino-americana, por muito tempo tomou como referência uma “História Oficial”, concebida com a intenção de construir um modelo identitário

para um projeto de nação em curso. Tal projeto buscava formar um cidadão patriota alinhado aos valores considerados universais, moldados a partir de um ideal de sujeito “branco, católico e masculino”. Dessa forma, o ensino de História se orientava pela legitimação das pretensões políticas das elites dirigentes.

Atualmente, a prática historiográfica convive com a tensão permanente de romper com a lógica universalista e excludente que dominou o campo. Essa lógica está centrada em figuras de homens brancos, europeizados e pertencentes às camadas dominantes, e se estrutura em conteúdos que priorizam versões hegemônicas dos grandes acontecimentos históricos.

A escola é cada vez mais convocada a decolonizar o ensino e a incorporar abordagens que lidem com os traumas, injustiças e preconceitos cujos resíduos persistem no presente. Essa iniciativa visa permitir que professores e estudantes possam problematizar ativamente os processos de elaboração e transmissão do conhecimento histórico.

A historiografia e as pesquisas voltadas ao ensino de História têm se dedicado, de maneira crescente, aos passados sensíveis, frequentemente invisibilizados pela narrativa oficial. Nesse sentido, as salas de aula da educação básica no Brasil devem se constituir como espaços de reconstrução de lugares de memória que permitam aos grupos silenciados retomar suas próprias trajetórias e construir novas formas de pertencimento e reconhecimento.

Pereira destaca, nesse contexto, a importância da noção de “dever de memória”, conceito fundamental para pensar os passados traumáticos. Tal noção se relaciona à “ressignificação do discurso memorial ligado ao holocausto de milhares de judeus que viviam na França” (Heymann, 2007, p.18).

O Brasil, por sua vez, carrega inúmeras dívidas de memória com diversos grupos historicamente marginalizados: indígenas, população negra, mulheres e, no caso específico desta pesquisa, vítimas da ditadura empresarial-militar (1964–1985). Assim, o ensino de História se vincula diretamente a um compromisso ético e político com a justiça e com a reparação. De acordo com Pereira:

O dever de memória está relacionado, então, ao inextricável comprometimento entre o ensino de História e a justiça. Quer dizer que o compromisso ético do ensino de História consiste na difusão de memórias que reagrupe no campo do visível e do dizível, através de estratégias estéticas dramáticas, o sofrimento, a tortura e a violação aos direitos humanos, justamente para realizar os objetivos de uma educação para os direitos humanos (Pereira, 2018, p.1248).

É fundamental destacar, nesta discussão, os preceitos teóricos de Walter Benjamin. O filósofo argumenta que a escrita da História deve se voltar para a experiência daqueles que foram silenciados pela narrativa oficial — os “sem nome”, os esquecidos. No âmbito deste

trabalho, esses sujeitos esquecidos se materializam nas vítimas da ditadura, cujas vozes e memórias permanecem marginalizadas e exigem ser retomadas como parte essencial da compreensão crítica do passado. Na Tese II, Benjamin destaca:

Como representação do passado que a História toma por sua causa passa-se o mesmo. O passado leva consigo um índice secreto pelo qual ele é remetido à redenção. Não nos afaga, pois, levemente um sopro de ar que envolveu os que nos precederam? Não ressoa nas vozes a que damos ouvido um eco das que estão agora caladas? (Benjamin, 2021, p.48).

Walter Benjamin rejeita a concepção positivista de passado, aquela que privilegia a história escrita pelos vencedores e questiona a narrativa progressista que naturaliza a vitória dos grupos dominantes. Em oposição a essa leitura triunfalista, Benjamin busca manter-se fiel ao materialismo histórico, enfatizando a necessidade de recuperar as experiências silenciadas.

Na obra ‘Os desafios da educação a partir de Paulo Freire e Walter Benjamin’, Nilo Agostini afirma que “Há a necessidade de preservar a memória no que foi jogado nos porões da humanidade e no esquecimento pela historiografia burguesa” (Agostini, 2019, p.57). Assim, refletir sobre a relação entre história e memória torna-se um eixo central para compreender o presente, pois um dos resultados mais significativos do fazer histórico é a capacidade de intervir criticamente na memória. A memória, portanto, constitui um campo profícuo para a produção historiográfica, especialmente quando direcionada à recuperação de experiências marginalizadas.

Ao discutir memória e redenção em Benjamin, Agostini destaca “a necessidade de preservar a memória do que foi jogado nos porões da humanidade e no esquecimento da historiografia burguesa”, pois é por meio dessa preservação que se pode buscar a “redenção dos excluídos e dos vencidos” (Agostini, 2019, p.57). Dessa forma, o trabalho com a memória se coloca como um dos pilares da libertação dos oprimidos.

Michael Löwy, expoente da sociologia brasileira, articula o pensamento de Benjamin ao enfatizar o vínculo indissociável entre a memória do passado e a libertação presente:

A última classe que luta contra a opressão e que é encarregada, segundo Marx, da “obra da libertação” – o proletariado – não pode realizar esse papel, (...) se esquecer seus ancestrais martirizados: não há luta pelo futuro sem memória do passado. (...) A insistência de Benjamin sobre os ancestrais vencidos pode parecer estranha. Ela é, sem dúvida, unilateral, uma vez que a luta contra a opressão se inspira tanto em vítimas do passado quanto em esperanças para as gerações do futuro – e também, ou sobretudo, na solidariedade com as do presente (Löwy, p. 109-110).

A historiografia benjaminiana propõe uma reinterpretação do passado alicerçada na tradição dos vencidos, convertendo o testemunho dos oprimidos em uma ferramenta de ruptura com a narrativa linear e hegemônica. Sob essa ótica, a memória das vítimas não configura um

registro passivo, mas uma intervenção política e ética que, ao humanizar o evento histórico por meio da empatia, atua como um imperativo contra o silenciamento e o esquecimento institucionalizado.

Paul Ricoeur também contribui para essa discussão ao enfatizar a relação entre memória, dever e justiça diante de passados traumáticos. Para o autor, o dever de memória não se limita a conservar rastros materiais, mas implica reconhecer que há uma dívida para com aqueles que já não estão presentes (Ricoeur, 2007, p.101). Trata-se, portanto, de um imperativo ético de responsabilidade com as vítimas da história.

Nesse quadro teórico, as memórias sensíveis silenciadas pela ditadura brasileira assumem papel central no ensino de História Local, especialmente em cidades diretamente marcadas pela repressão e pela violação de direitos da classe trabalhadora. No caso deste trabalho, essa discussão se insere no contexto específico da cidade de Volta Redonda.

Neste contexto, a Lei n.º 12.528, de 16 de maio de 2012, instituiu a Comissão Nacional da Verdade, com o objetivo de investigar as graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 1946 e 1988, apurar as circunstâncias e autoria desses fatos, e promover o direito à memória e à verdade como forma de reparação histórica às vítimas. Dois anos depois, essa iniciativa se desdobrou em comissões estaduais e municipais.

Essas comissões têm desempenhado importante função no esclarecimento de violações de Direitos Humanos: investigando mortes, desaparecimentos e práticas de tortura cometidas por agentes do Estado. Ao conferir visibilidade às memórias sensíveis locais, elas abriram um campo de intensas disputas simbólicas, configurando aquilo que pode ser descrito como uma “batalha da memória”.

Entretanto, nos últimos anos, justamente em reação ao avanço desse trabalho de memória e verdade, observou-se o crescimento de grupos negacionistas e revisionistas, empenhados em desqualificar ou, mesmo, promover o apagamento dessas narrativas.

Esse movimento tem impactado diretamente o ensino de História, sobretudo entre estudantes do Ensino Médio, para quem grande parte dessas memórias permanece desconhecida.

Em Volta Redonda, a Comissão Municipal da Verdade cumpriu papel decisivo ao investigar, no âmbito local, diversas violações ocorridas neste período, sobretudo casos de tortura na cidade vizinha de Barra Mansa, onde funcionava o 22º Batalhão de Infantaria do Exército, responsável por vigiar e reprimir a classe trabalhadora da região durante a ditadura.

O trabalho desenvolvido pela Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda foi frutífero e ainda apresenta amplo potencial de aprofundamento, sobretudo no que se refere ao

que Pereira (2015) denomina “guerra de memórias”. Para o autor, essas guerras são constituídas pelas interrogações que o presente dirige ao passado, especialmente a passados traumáticos. Contudo, com a interrupção das comissões da verdade durante o governo Bolsonaro, narrativas negacionistas sobre a repressão ditatorial ressurgiram com força, intensificando processos de “enquadramento das memórias” (Pollak, 1989). Nesse contexto, a atuação do Estado contribuiu para estimular distorções e falseamentos acerca do período ditatorial, reforçando leituras que minimizam ou justificam a violência perpetrada.

Para o ensino de História a partir de memórias silenciadas, torna-se fundamental considerar a perspectiva de Pollak, para quem a memória é um campo de disputas marcado por tensões entre lembrança e esquecimento. O autor afirma que “as memórias são sempre atravessadas por relações de poder, estando ligadas ao controle sobre o passado e à luta por legitimidade no presente” (Pollak, 1989, p.04).

Essa abordagem é essencial para compreender como determinados grupos, especialmente os historicamente marginalizados, têm suas experiências deliberadamente ocultadas.

No caso da ditadura empresarial-militar, as memórias dos trabalhadores reprimidos se inserem nesse processo de silenciamento, de modo que seu resgate constitui uma ação política e pedagógica. Trata-se não apenas de revelar injustiças passadas, mas também de fortalecer uma consciência histórica crítica entre as gerações atuais, filhos e netos de trabalhadores perseguidos, que muitas vezes desconhecem sua própria história.

Desse modo, este trabalho também se insere na reflexão sobre memórias esquecidas e memórias coletivas sob a “perspectiva do conflito”, conforme propõe Pollak (1989). As memórias são continuamente manipuladas, disputadas e ressignificadas, e, por isso, trabalhar com memórias sensíveis no ensino de História permite redefinir o jogo político atual, marcado por disputas de narrativas que, lamentavelmente, têm levado muitos jovens a admirar um período repressor cujo impacto atingiu diretamente seus próprios antepassados.

Resgatar e valorizar relatos ocultados pela história oficial possibilita compreender de que maneira o autoritarismo moldou o cotidiano das comunidades, bem como evidenciar lutas, resistências e sofrimentos que contribuíram para a formação da identidade local.

Trabalhar com memórias locais desmistifica narrativas hegemônicas que invisibilizam trabalhadores como sujeitos históricos. Ao fazer isso, destaca a importância desses indivíduos nas disputas por direitos e justiça. Além disso, ao aproximar os estudantes da história de suas localidades, essas memórias fortalecem o senso de pertencimento e estimulam uma reflexão crítica sobre continuidades e rupturas entre passado e presente, contribuindo para a defesa da

democracia e da justiça social em um cenário marcado pelo avanço do negacionismo e da desinformação.

As reflexões teóricas desenvolvidas ao longo deste primeiro capítulo foram importantes para compreender a centralidade dos temas sensíveis no ensino de História e, de modo particular, trazer à tona os processos de silenciamento que incidem sobre as memórias da classe trabalhadora na cidade de Volta Redonda.

A partir desse embasamento teórico, torna-se possível avançar, no próximo capítulo, para as discussões da história local de Volta Redonda e seu recorte no período autoritário, identificando as memórias sensíveis que emergem desse passado e que, apesar de silenciadas, permanecem vivas nos espaços, nas trajetórias e nas narrativas dos sujeitos locais.

Essa reconstrução histórica não se limita à coleta de informações, mas se orienta pela intenção pedagógica de reconhecer esses vestígios como potenciais lugares de memória que poderão subsidiar a metodologia de aulas de História, especialmente por meio de percursos, visitas e práticas educativas desenvolvidas com a proposta pedagógica de –aulas-passeios nos próprios lugares de memórias sensíveis da cidade.

Portanto, o debate teórico aqui proposto não apenas fundamenta o enfoque nos temas sensíveis, como também oferece as ferramentas necessárias para que o ensino de História possa promover a ressignificação das memórias locais, fortalecendo uma consciência crítica capaz de enfrentar as narrativas negacionistas que têm ganhado espaço no cenário contemporâneo.

Assim, ao articular teoria, memória e prática pedagógica, este trabalho reafirma a importância de ensinar História a partir das experiências silenciadas e dos conflitos do passado, contribuindo para a formação de sujeitos comprometidos com a democracia, os Direitos Humanos e a justiça social.

CAPÍTULO 02: A CIDADE DO AÇO E SUAS MEMÓRIAS SENSÍVEIS

*“Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de chumbo”*

(Samba de Enredo da Mangueira 2019.)

O presente capítulo busca situar historicamente a cidade de Volta Redonda como um espaço marcado por múltiplas camadas de “memória sensível”, tomando como eixo central a relação entre história local, conflitos sociais e processos de silenciamento.

Esta escolha de recorte não é aleatória: ela é parte de minha trajetória pessoal e formativa, como pessoa natural desta cidade, professor de História e pesquisador; carrego comigo as marcas, percepções e inquietações produzidas por esse território. Ao articular minha experiência com a investigação acadêmica, compreendo que a memória da “Cidade do Aço” ultrapassa narrativas celebratórias e revela tensões profundas que atravessam a vida dos sujeitos que nela habitam.

Assim, o capítulo inicia-se com uma reflexão historiográfica sobre Volta Redonda, destacando como a cidade foi representada e interpretada ao longo do tempo, seja pela historiografia local, seja por estudos de maior escopo sobre industrialização, trabalho e o período da repressão de governos militares no Brasil.

A seguir, apresenta-se um breve histórico que reconstrói a transformação do antigo povoado formado na curva do rio Paraíba do Sul na cidade que viria a se consolidar como um dos principais polos industriais do país. Essa trajetória das origens rurais à urbanização acelerada, vinculada ao projeto desenvolvimentista do Estado, constitui o pano de fundo sobre o qual emergem memórias sensíveis, disputas sociais e práticas de poder.

Posteriormente, o texto discute a formação de Volta Redonda como “Cidade do Aço”, analisando como o projeto da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) moldou a vida econômica, urbana e política do município. Esse percurso histórico permite compreender, de um lado, a construção simbólica da cidade como emblema do progresso nacional; de outro, a constituição de um espaço marcado pela forte presença do Estado, pelo controle das relações de trabalho e pela vigilância sobre os trabalhadores.

Essa centralidade da indústria e do aparato estatal ajuda a explicar a forma como a cidade vivenciou os anos de chumbo, período em que a aliança entre setores militares e empresariais operou de modo estratégico para reprimir mobilizações sindicais e restringir formas de participação política. Nesse contexto, o conceito de “golpe de classe” emerge como

chave interpretativa para evidenciar os interesses articulados entre a ditadura e a direção da CSN na contenção dos movimentos operários locais.

Por fim, o capítulo se debruça sobre a transição democrática e suas contradições em Volta Redonda, mostrando como, mesmo diante da abertura política nacional, práticas autoritárias persistiram no âmbito da relação entre trabalhadores, empresa e Estado.

O episódio emblemático do ano de 1988, no qual três operários foram mortos durante uma greve, será apresentado como um marco de ruptura e, simultaneamente, de continuidade autoritária, revelando como a cidade ainda convivia com resquícios de uma “ditadura tardia”. Este evento, que se inscreve no repertório de “memórias sensíveis” da cidade, expõe tanto os limites da redemocratização quanto a resistência e a luta por direitos promovidas pelos trabalhadores.

2.1 O trabalho com memória sensível em Volta Redonda

O termo “memória sensível” não se constitui como uma categoria teórica formalmente unificada, mas sim como uma expressão polissêmica mobilizada em diferentes campos do saber, como a psicologia, a filosofia e a sociologia do patrimônio.

Em uma dimensão acadêmica, o conceito é utilizado para descrever memórias que envolvem tanto os sentidos e emoções intensas quanto eventos traumáticos e delicados.

No âmbito da história e dos direitos humanos, a “memória sensível” frequentemente associada ao termo “patrimônio sensível” ou “patrimônio incômodo” refere-se a narrativas e locais que evocam violações, tragédias e injustiças históricas, como a escravidão e os regimes ditatoriais, exigindo uma postura de reflexão crítica e reparação simbólica.

A fundamentação teórica deste campo repousa em autores clássicos que estabeleceram as bases para o entendimento das disputas narrativas.

Jacques Le Goff explora profundamente a relação entre história e memória em sua obra homônima. Para ele, a história não se reduz à memória, mas a utiliza como fonte. O historiador deve usar métodos críticos para confrontar as lembranças, seletivas e muitas vezes manipuladas, com documentos e vestígios para estabelecer os fatos históricos (Le Goff, 1990).

Henry Rousso um dos fundadores do *Institut d'Histoire du Temps Présent* (IHTP), defende que a história do tempo presente tem suas próprias especificidades metodológicas, como a proximidade dos eventos, a abundância de fontes (incluindo testemunhos orais e arquivos ainda em formação) e a forte pressão da memória coletiva e das questões sociais contemporâneas. “*Vichi um passé qui ne passe pas*”, título de um livro que ele escreveu em coautoria com Éric Conan, publicado em 1994. A expressão, que pode ser traduzida como

“Vichy, um passado que não passa”, refere-se à dificuldade da França em lidar, após a Segunda Guerra Mundial, com a memória e a história do regime de Vichy (1940-1944) e sua colaboração com a Alemanha Nazista.

Maurice Halbwachs, pioneiro no estudo da memória coletiva, demonstra como os grupos sociais preservam lembranças que, muitas vezes, divergem das versões oficiais do Estado. Tais estudos podem ser analisados nas obras *Les Cadres Sociaux de la Mémoire* (1925) e *La Mémoire Collective* (edição *post mortem* de 1950).

Essa perspectiva é ampliada por Pierre Nora (1993), cujo conceito de "lugares de memória" (*lieux de mémoire*) permite identificar monumentos e arquivos que cristalizam a identidade de um grupo.

Contudo, na vertente sensível, esses lugares são lidos sob a ótica de Paul Ricoeur, que em sua obra “A Memória, a História, o Esquecimento” propõe o "trabalho de memória" como um imperativo ético para lidar com traumas passados e evitar o esquecimento negligente ou a repetição da dor (Ricoeur, 2007).

A resistência das memórias invisibilizadas ganha contornos fundamentais nas obras de Michael Pollak e Walter Benjamin. Pollak introduziu o conceito de "memórias subterrâneas", que são aquelas mantidas em silêncio por grupos marginalizados em oposição a uma "memória oficial" hegemônica (Pollak, 1989).

Benjamin defende que a memória deve servir como ferramenta de justiça para os vencidos, de modo a subverter a história tradicional escrita sob a ótica dos vencedores. O filósofo argumenta que a escrita da História deve se voltar para a experiência daqueles que foram silenciados pela narrativa oficial — os “sem nome”, os esquecidos. Estas ideias são apresentadas em sua obra central: *Über den Begriff der Geschichte* (Sobre o conceito de história, publicado postumamente em 1940), cuja tese IX aborda a história dos vencidos.

A categoria “trabalho de memórias”, é um eixo central da importante obra “*Los trabajos de la Memoria*” (2002), da socióloga e pesquisadora argentina Elizabeth Jelin, também ligada ao campo das memórias sensíveis. Ela analisa os vestígios das ditaduras das décadas de 60 a 80, e nos processos pela restituição dos direitos civis na década de 90, no contexto dos processos de democratização atual do Cone Sul.

No cenário brasileiro, a pesquisa de Ecléa Bosi destaca-se ao trabalhar as narrativas de grupos fragilizados, como idosos e classes populares, priorizando a escuta sensível e o impacto psicossocial das lembranças, esta autora é, por isso, uma das referências centrais do presente trabalho. Em *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, a pesquisadora trabalha com narrativas sensíveis de grupos fragilizados (Bosi, 1994).

Interconectados a essa categoria das memórias sensíveis, emergem conceitos como a memória traumática, focada no impacto psíquico de violências extremas, e o "dever de memória", que se apresenta como uma obrigação ética da sociedade civil.

Essas noções dialogam diretamente com a Justiça de Transição, campo que busca a verdade e a reparação após períodos de autoritarismo. Assim, a memória sensível abrange desde os sentidos imediatos até as emoções profundas, consolidando-se como um recurso necessário para a compreensão de feridas históricas ainda abertas.

A pertinência da categoria “memórias sensíveis” justifica-se plenamente ao ser aplicada ao contexto histórico-espacial de Volta Redonda, uma cidade cujos marcadores temporais revelam a presença de "temas sensíveis" da História, conforme delineado no capítulo anterior.

A operacionalização metodológica da pesquisa, que inclui a seleção e análise de fragmentos dessas memórias locais, bem como a construção de uma proposta pedagógica de aulas-passeio, com uso dessas memórias e lugares sensíveis de Volta Redonda, será objeto de aprofundamento no próximo capítulo.

2.2 Sou de Volta Redonda

Eu nasci na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro. Cidade conhecida como “Cidade do Aço”. Sou filho de pais operários, cresci inserido no ambiente das lutas sociais e comunitárias. Desde muito cedo, a comecei participar das chamadas Comunidades Eclesiais de Base (Cebs)⁹ que caracterizavam o modelo de organização da Diocese de Barra do Piraí – Volta Redonda¹⁰ e que tinha à frente como bispo, Dom Waldyr Calheiros de Novaes, histórico bispo que liderou a Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda (1966-1999), que ficou nacionalmente conhecido pelos seus enfrentamentos na defesa dos Direitos Humanos durante o período da

⁹ As Cebs se constituem um novo modo de ser Igreja que fez a opção preferencial pelos pobres. Nem todos os participantes vivem em condições de pobreza, mas o direito dos pobres centraliza a sua espiritualidade e discussão.

¹⁰ A Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda é uma divisão territorial da Igreja Católica Apostólica Romana no estado do Rio de Janeiro. Foi criada em 4 de dezembro de 1922 a partir da Bula Pontifícia *Ad Supremum Apostolicae Sedis*, do Papa Pio XI. Seu vasto território foi desmembrado da Diocese de Niterói. Com a ereção da Diocese, no dia 23 de julho de 1923. Em 26 de janeiro de 1965 foi aprovado por um Concílio Consistorial reunido na cidade de Roma o pedido feito pelo então bispo, Dom Agnelo Rossi, no ano de 1959, acerca da Extensão da então Sé para a cidade de Volta Redonda. A partir deste momento, a cidade de Barra do Piraí e a cidade de Volta Redonda passam a ser a Sé da Diocese. Daí deriva o nome de Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda. No dia 8 de abril de 1965, Dom Altivo Pacheco Ribeiro transfere a parte administrativa da Diocese para a cidade de Volta Redonda e a partir deste momento, de acordo com a Bula Consistorial de 26 de janeiro de 1965. Em 1978, no terreno destinado pela Companhia Siderúrgica Nacional para a construção da Co-catedral Diocesana, o Bispo Dom Waldyr Calheiros de Novaes instala a Cúria Diocesana de Barra do Piraí-Volta Redonda.

Ditadura Empresarial-Militar no Brasil e também por sua forte atuação junto aos trabalhadores na Região do Sul Fluminense.

Conhecido como "bispo dos operários", Dom Waldyr sempre se destacou na defesa dos Direitos Humanos e no apoio às lutas de resistência da cidade durante os períodos da Ditadura e da redemocratização, incluindo a emblemática greve de 1988 que resultou na morte de três operários. Ele representou uma forte resistência durante o período ditatorial e posteriormente sua atuação somou forças a muitos movimentos sociais.

Uma questão histórica e socialmente sensível na região sempre demandou atenção: a forma como Dom Waldyr era comumente designado, nas narrativas locais, como o 'bispo vermelho'. Essa alcunha funcionava como um atributo estigmatizante, sugerindo uma atuação clerical comunista e subversiva.

Segundo D. Waldyr “seu nome foi difamado pelo 22º Batalhão de Infantaria Motorizado (BIMtz), sediado em Barra Mansa, que o apontava como o responsável pela subversão em todo Vale do Paraíba”.¹¹

Dom Waldyr Calheiros de Novais foi um dos bispos pioneiros ao enfrentar a Ditadura Empresarial-Militar no Brasil e se tornar um símbolo de resistência em Volta Redonda, deixou um legado profundamente marcado de apoio às suas causas, mas também de tentativas de negação e desqualificação por parte de setores conservadores que apoiavam o regime.

Sua atuação em defesa dos Direitos Humanos e da classe operária posiciona-se como uma referência histórica imprescindível para o ensino de temas sensíveis na disciplina de História. Através da valorização da memória local e do resgate das lutas protagonizadas por trabalhadores e suas comunidades, é possível sensibilizar as novas gerações, em grande parte filhos e netos daqueles que foram defendidos por Dom Waldyr, para o entendimento das conexões entre passado e presente.

Esse esforço pedagógico não apenas preserva o legado de Dom Waldyr, bem como de toda história de resistência dos trabalhadores e suas memórias sensíveis locais, mas também oferece uma oportunidade de conscientizar os jovens estudantes sobre a importância da luta e da preservação do direito à memória e dos Direitos Humanos pela justiça social, consolidando uma formação cidadã pautada no reconhecimento das resistências históricas

A recente instabilidade democrática do Brasil, que tem início no processo de *impeachment*, em 2016, e culmina na ascensão de governos de extrema direita, consolidou um cenário marcado pelo avanço de narrativas negacionistas sobre a repressão e as violações de

¹¹ Jornal Foco Regional – Sul Fluminense 1 a 7 de agosto de 2011, p. 5.

Direitos Humanos. Tal conjuntura, que reverbera diretamente no ambiente escolar e influencia a percepção histórica dos estudantes, justifica a proposição desta dissertação no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHIST/UFRRJ). Este trabalho assume, portanto, o caráter de enfrentamento às distorções historiográficas que comprometem o ensino de História na atualidade.

A presente pesquisa propõe-se a mobilizar as memórias sensíveis de Volta Redonda no âmbito do ensino de História, visando conferir visibilidade às lutas e às violações de direitos enfrentadas pela classe trabalhadora local.

Este segundo capítulo objetiva apresentar uma síntese histórica do município de Volta Redonda, com foco na análise dos lugares de memórias sensíveis. Tais espaços são examinados a partir das experiências dos trabalhadores e trabalhadoras, cujas vivências estão intrinsecamente ligadas tanto às origens da cidade quanto, sobretudo, às tensões e conflitos oriundos do período da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil.

Busca-se revelar, por meio desta pesquisa, contradições e silenciamentos que atravessaram a luta operária nesse período e que, muitas vezes, permanecem desconhecidos pelas novas gerações, inclusive nos espaços escolares.

Ao evidenciar essas histórias ocultas com os estudantes do ensino básico, pretende-se ressaltar a relevância da História Local e da História da Classe trabalhadora como via de aproximação dos estudantes com os temas sensíveis da História, e, dessa forma contribuir para a formação crítica e cidadã e para a preservação da memória social diante dos esquecimentos impostos pelo regime autoritário, promotor de violências de Estado e violações de Direitos Humanos na esfera local.

2.3 Volta Redonda em uma perspectiva historiográfica

A cidade de Volta Redonda apresenta uma trajetória histórica singular que a posiciona como um importante objeto de estudo para a historiografia brasileira.

Reconhecida por abrigar a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), cuja fundação em 1941 marcou profundamente sua estrutura social, econômica e urbana, a cidade tornou-se um símbolo do desenvolvimento industrial no Brasil. Diversas pesquisas já abordaram aspectos centrais de sua história, como os impactos do processo de industrialização, os movimentos operários que marcaram a luta por direitos trabalhistas e os desafios enfrentados na transição para o período pós-industrial.

É de fundamental importância destacar uma breve análise historiográfica que busque integrar essas contribuições acadêmicas, enfatizando como a construção histórica da cidade

reflete dinâmicas regionais e nacionais e oferece subsídios para novas interpretações e perspectivas.

Em um trabalho publicado com o título de “Desenvolvimento trabalho e cidadania – Baixada e Sul Fluminense” (Fortes; Ramalho, 2012), organizado pelos professores José Ricardo Ramalho e Alexandre Fortes, encontramos um balanço historiográfico da cidade de Volta Redonda. O artigo ‘Desenvolvimento, trabalho e cidadania: um olhar sobre a evolução da produção acadêmica’ escrito por Alexandre Fortes, Eduardo Ângelo da Silva e Leonardo Ângelo da Silva inicia a análise abordando os estudos sobre a industrialização e a formação do operariado.

Volta Redonda originou-se na década de 1940 sob o signo do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas, materializado na fundação da CSN. Desde o início, a configuração socioespacial da cidade estabeleceu o operariado como seu principal ator social, tornando a identidade trabalhadora o elemento fundante das dinâmicas políticas e culturais da região. Fortes, Silva e Silva destacam que, os primeiros trabalhos que abordaram a história de Volta Redonda tiveram suas origens nas Ciências Sociais, e foram trabalhos acadêmicos pioneiros na produção de pesquisa sobre a classe operária. De acordo com os pesquisadores, foi na década de 1980 que se difundiu a produção de trabalhos de historiadores sobre o movimento sindical e operário no Brasil.

As análises de cunho sociológico e urbanístico foram pioneiras, e destacou-se nesse contexto “o papel da cidade como um importante polo de movimentos sociais, da Igreja Católica progressista e do “novo sindicalismo”” (Fortes; Ramalho, 2012 p.250). As pesquisas tiveram início na agitada década de 1980, e este primeiro ciclo foi concluído entre o final desta e início da década de 1990. Nesses trabalhos foram analisados uma intrincada rede de processos históricos existentes na constituição e no desenvolvimento da localidade e sua relação com os contextos históricos mais amplos.

Os autores Fontes e Lamarão escreveram um artigo ensaístico intitulado ‘Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina?’ Eles, que são mestres em planejamento urbano e regional pela UFRJ, traçaram a vinculação histórica entre a cidade de Volta Redonda e a CSN, como forma de identificar quais condicionamentos estiveram subjacentes a tal relação e implicaram a conformação da cidade em função das necessidades da usina. A tese central desses autores propõe que “o processo de urbanização de Volta Redonda teria ocorrido em concordância com as necessidades de ampliação física, de circulação de capital e de reprodução da força de trabalho da CSN” (Fortes; Ramalho, 2012 p. 250).

Em 1989, Morel publicou sua tese de doutorado em sociologia. Nesse trabalho, a autora estudou a “formação e gestão dos trabalhadores da CSN, demonstrando como a constituição desta siderúrgica, no período entre 1941 e 1968, exigiu um esforço e controle (interno e externo à fábrica) sobre seu operariado” (Fortes; Ramalho, 2021, p251). O Fortes e Ramalho afirmam que:

A estratégia adotada a fim de decifrar efetivar este controle seria a construção da ideia de uma família siderúrgica, segundo a qual, O Estado deveria ser percebido como tutor da sociedade e construtor da nação, e o atendimento às reivindicações operárias como dádivas (Fortes; Ramalho, 2012, p. 251).

No ano de 1989, foi publicada a revista *Arigó* pelo sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, tendo à frente, como coordenadora do Centro de Memória Sindical, a historiadora e professora Jessie Jane Vieira de Souza. A revista contém diversos ensaios, entre os quais, os resultados da pesquisa de Jessie Jane, sobre a igreja católica local; há também um texto de Cláudia Virgínia Cabral de Souza e um artigo da própria Regina Morel sobre a formação e o disciplinamento de trabalhadores da CSN.

Os textos que compuseram a revista *Arigó* “ultrapassaram o período populista em direção aos anos ditatoriais e expuseram estudos exclusivamente dedicados a novos temas, presentes na atmosfera de lutas sociais dos anos 1980, como os conflitos em torno da constituição do espaço social local e a atuação da Igreja Católica na cidade” (Fortes; Ramalho, 2012 p. 252).

O trabalho desenvolvido pela revista *Arigó*, assim como as análises de Morel, parte da compreensão da ação dos trabalhadores em seu contexto histórico, considerando-os como sujeitos ativos e inseridos em uma dinâmica de inter-relações com outros atores sociais presentes no processo. Essa perspectiva dialoga com a abordagem proposta por Fortes e Ramalho (2012), que enfatiza a importância de analisar a experiência operária articulada às múltiplas dimensões sociais, políticas e culturais que a constituem.

As pesquisas produzidas na década de 1990 sobre Volta Redonda se dedicaram aos estudos do “novo sindicalismo”, cuja identidade é concebida precisamente na contraposição ao chamado período “populista”, no qual consideravam que existiam direções sindicais que representavam sérios limites à ação, por estarem enquadradas num sindicalismo burocrático que surgiu sob a influência das campanhas de sindicalização corporativas (Fortes; Ramalho, 2012, p.253).

Nessa vertente está o trabalho de Graciolli, no qual ele enfatiza o novo período vivido nos anos de 1980, caracterizado pelo fato de que o movimento sindical brasileiro e da cidade

ganhavam “outros contornos, mais combativos e de maior agudeza no que se relaciona à mobilização dos trabalhadores” (Fortes; Ramalho, 2012 p.253). As obras desse período, como a de Vilma Mangabeira intitulada: “Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda” se caracterizam por avaliar que:

(...) mesmo quando o sindicato não tenha permanecido inteiramente passivo ao longo das décadas de 1940 e 1950, e tenha liderado movimentos importantes em defesa do reconhecimento dos direitos concedidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), há o argumento de que seus dirigentes o organizaram segundo normas estabelecidas pelo Ministério do Trabalho e relegaram a um segundo plano a militância direta e a organização dos trabalhadores (Mangabeira *apud* Fortes; Ramalho, 2012 p. 253).

Outro trabalho realizado foi o de Lask, em 1991 (Ordem e Progresso: a estrutura de poder na cidade operária da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, 1941-1964). O autor trata da política paternalista da CSN, forjada dentro de um ideário da empresa simbolizado pela família siderúrgica, e esclarece como a influência da cultura fabril ali formada não gerava apenas a idealização da empresa, mas também estratégias de sobrevivência e formas de interação, por meio das quais a transformação da classe trabalhadora influenciava a urbanização local.

A dissertação de Cláudia Virgínia Cabral de Souza em 1992 intitulada: “Pelo espaço da cidade: aspecto da vida e do conflito urbano em Volta Redonda”, também parte da “combinação entre trabalhadores, CSN, loteadores, especuladores e interesses político-partidários para a construção de uma análise do espaço urbano de Volta Redonda” (Souza, 1991 *apud* Fortes; Ramalho, 2012, p.253)

Pesquisas realizadas no ano 2000 como a tese de doutoramento de Edgar Bedê (Pedagogia do mundo do trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: americanismo, compromisso fordista e a formação da classe operária em Volta Redonda), revisitam o período “populista” e o “compromisso fordista”. Para Bedê, as mobilizações operárias locais no período teriam se destacado por seu caráter pedagógico. Os trabalhos realizados nesse período enfocaram temas diversos tais como:

os trabalhadores como agentes históricos [...]. [...] emancipação da cidade, a complexidade do paternalismo na fábrica, o ambiente extra fabril, as interações entre grupos sociais e a política clientelista. Estas obras mostram-se abertas a uma visão mais matizada e a um exame mais criterioso sobre a vida política local, sem resumir a uma polarização entre “poder popular” e “partidos manipuladores”(Fortes; Ramalho, 2012 p. 255).

Nesse período também, além das revisões populistas, surgiram alguns estudos de caráter mais histórico que se voltaram para a análise do papel mobilizador da Igreja Católica nos anos ditatoriais (Costa; Pandolfi; Serbin, 2001; Soares, 2001).

Outros buscaram superar a perspectiva que privilegia o espaço fabril enquanto campo primordial de articulação das lutas, lançando um olhar mais apurado sobre os laços estabelecidos entre os movimentos populares e o movimento operário, ou, em outros termos, entre o mundo urbano e fabril (Dias, 2003; Santana, 2006; Granda 2009; Silva, 2010). Conforme Fortes e Ramalho:

Cabe lembrar que ambos os campos temáticos mencionados acima estão interligados, devido ao fato da Igreja Católica progressista local, ao construir sua relação com a população periférica a partir dos anos finais da década de 1960, em especial através da constituição das Comunidades Eclesiais de Base, ter corroborado para a construção do movimento popular (Fortes; Ramalho, 2012 p. 258).

No artigo “Novas e velhas questões: revisando a historiografia sobre Volta Redonda (RJ)” Raphael Jonathas da Costa Lima revisa a literatura acadêmica sobre a cidade industrial de Volta Redonda, abordando temas como a relação capital-trabalho, a ideologia modernizadora de Getúlio Vargas, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a construção do espaço urbano, as transformações do sindicalismo brasileiro e o impacto do neoliberalismo. Eventos marcantes como a greve de 1988, a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a desmobilização sindical também são analisados.

O autor destaca quatro eixos temáticos: o perfil do trabalhador e transições sindicais, a relação entre a CSN e o projeto de cidade, a interação entre sindicato e sociedade civil, e inovações teóricas sobre os anos 1990. A literatura referente a Volta Redonda frequentemente utiliza dicotomias para explorar as mudanças na cidade e no sindicalismo, como "velho" e "novo sindicalismo" e "estatização" *versus* "privatização" (Lima, 2010).

Além disso, o texto aborda o papel da Igreja Católica, especialmente sob a liderança de Dom Waldyr Calheiros, na formação de movimentos sociais e na redemocratização. No artigo de Lima, a privatização da CSN é vista como um divisor de águas que marca o declínio do sindicalismo combativo e o surgimento de novas questões, como a ambientalização dos conflitos e a transformação da cidade em um centro regional de serviços.

Lima conclui que, apesar da riqueza de estudos sobre Volta Redonda, há lacunas na análise de temas como a relação entre prefeitura e movimentos sociais, gestão compartilhada, e a reorientação da identidade da cidade após a privatização. Ele sugere a necessidade de ampliar a agenda de pesquisa para explorar essas questões.

Alejandra Estevez (2013), em seu trabalho “Projetos católicos e movimentos sociais: a diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda (1966-2010)”, investigou a atuação de líderes católicos na Diocese de Volta Redonda/ Barra do Piraí. Atualmente suas pesquisas concentram-se no domínio das investigações sobre História Social do Trabalho, Ditadura Militar no Brasil, Memória Social, Ação Coletiva, Movimentos Sociais e Direitos Humanos. Alejandra analisa a experiência da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda durante os bispados de Dom Waldyr Calheiros de Novaes (1966-99) e Dom João Maria Messi (1999-2010), sobretudo na cidade de Volta Redonda.

Alejandra aponta que a Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda teria sido marcada, nesse período, pela incorporação do projeto da Teologia da Libertação e fez um grande investimento no desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), bem como de alguns movimentos católicos e pastorais sociais. Daí resultará um significativo ativismo político que, em tempos democráticos, refletirá na presença marcante de católicos no movimento sindical e popular da cidade de Volta Redonda, forjando um *habitus* de politização e intervenção na esfera pública, que deixa raízes até os dias atuais.

Paulo Célio Soares (2019), em “Encontros e confrontos na frágua: Igreja, esquerdas e militares em Volta Redonda (1967-1979)”, discute as relações estabelecidas entre a Igreja Católica, os grupos de políticos das esquerdas e os militares na cidade de Volta Redonda entre 1967 a 1979, durante a ditadura militar. Nesse período a Igreja local, de acordo com as orientações do Concílio Vaticano II (1962-65) e da Conferência Episcopal de Medellín (1968), e ancorada na Teologia da Libertação, desenvolveu uma ativa política de defesa dos direitos humanos, colocando-se contra as arbitrariedades cometidas pela ditadura e aproximando-se de grupos opositores do regime.

Em Cidade “vigiada” do Aço: dominação autocrático-burguesa, repressão militar e resistência popular-sindical em Volta Redonda (1984-1990), as pesquisas de Marcos Aurélio Ramalho (2021) concentram-se nas greves da CSN, nas formas de controle operário e nas repercussões da repressão militar na cidade durante a década de 1980, ele analisa episódios de resistência sindical, experiências de poder popular e a atuação do Estado contra movimentos sociais; temas abordados em sua tese e em artigos nos quais definiu posições como “Contrarrevolução preventiva e ditadura ‘tardia’” em Volta Redonda.

Leonardo Ângelo (2022), no livro “Uma cidade em preto e branco, relações raciais, trabalho e desenvolvimentismo em Volta Redonda (1946-1988)”, constrói uma importante análise das relações de trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional e aprofunda questões a

respeito da racialização silenciada pela História Local, faz isso explorando as questões raciais e a exclusão da classe trabalhadora da cidade do aço.

A obra intitulada “Waldyr Calheiros, Dom e Profecia: Entre o Báculo, as Estrelas, o Aço e a Botina” constitui uma contribuição historiográfica para a compreensão da trajetória biográfica e pastoral de Dom Waldyr Calheiros de Novaes. Escrita em coautoria pelo historiador Luiz Henrique de Castro Silva e pelo professor Hugo Leonardo Pereira Borba, o livro analisa a atuação sociopolítica do bispo, destacando seu papel fundamental na defesa dos direitos humanos e na articulação do catolicismo social frente aos desafios impostos pelo contexto industrial e pelo regime militar. Na obra, autores examinam a simbiose entre a autoridade eclesiástica e o engajamento popular que marcou o episcopado de Dom Waldyr.

Portanto, o panorama historiográfico de Volta Redonda é marcado por investigações que privilegiam a dialética das relações sociais. A vasta bibliografia examinada destaca como as dinâmicas locais demonstram que a configuração do espaço urbano é fruto de dinâmicas históricas complexas, demarcadas por constantes conflitos entre os diferentes estratos sociais que o compõem.

2.4 Volta Redonda um breve histórico das origens: de um povoado da curva do rio à Cidade do Aço

As terras nas quais está localizada hoje a Cidade de Volta Redonda foram território dos indígenas Puris-Coroados¹² e sua ocupação remonta a meados do Século XVIII quando desbravadores que chegaram da Fazenda Santa Cruz buscavam ouro e pedras preciosas e, denominaram de Volta Redonda uma curiosa curva do Rio Paraíba do Sul que corta o território.

Até o final desse século já se registrava incipiente agricultura de subsistência desenvolvida pelos povoadores pioneiros vindos da região de “Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre da Paraíba Nova”, atual Resende, e posteriormente essas terras passaram a fazer parte do município de Barra Mansa, criado em 1832.

Nas primeiras décadas do século XIX a região foi ocupada definitivamente pelas lavouras de café e as terras de Volta Redonda, ao longo de todo esse século, participaram ativamente do “Ciclo do Café” - que ocupou todo o vale do Rio Paraíba do Sul (paulista, fluminense e mineiro) e constituiu-se no sustentáculo econômico e político do Império do Brasil.

¹²Os Puris foram um grupo indígena, atualmente considerado extinto, que habitava os estados brasileiros do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Sudeste de Minas Gerais. Também chamados coroados, foram os primeiros habitantes do Vale do Paraíba.

Durante os meados do século XIX, em virtude do ciclo cafeeiro, foi formado o Arraial de Santo Antônio da Volta Redonda, onde hoje é o histórico bairro de Niterói, primeiro núcleo urbano de Volta Redonda e que na época tinha uma forte atividade comercial com o funcionamento de balsas que escoavam o café pelo Rio Paraíba do Sul. De acordo com Roberto Guião de Souza Lima:

com a construção de uma ponte de madeira sobre o Rio Paraíba em 1864, o porto fluvial, que já existia à sua margem esquerda, passou a escoar também a produção de café das fazendas da margem direita, o que incrementou o seu movimento e ampliou o arraial. A expansão desse núcleo, no espaço e no tempo, trouxe, entre outras melhorias, a instalação de uma agência de correios, de escolas, de hospedarias, de outras casas de comércio e de outros serviços, tendo como marco representativo a inauguração da estação ferroviária em 1871 (Lima, 2004 p.17).

Ao período do café sucedeu, já no início do século XX, a pecuária leiteira. Esta atividade não teve a relevância do ciclo anterior, embora tenha sido uma alternativa economicamente importante, pois Barra Mansa, com o concurso das terras volta-redondenses, chegou a ser a maior bacia leiteira do Brasil.

A partir da década de 1940 a pecuária leiteira foi substituída pelo aço com a construção de uma usina metalúrgica e de todo o entorno urbano, inclusive instalações de serviço e lazer, necessárias para abrigar os operários e técnicos que iriam operar a indústria. O aço representou o terceiro momento econômico de Volta Redonda e “um meio de garantir ao incipiente capitalismo brasileiro alguma capacidade de autodeterminação” (Mendonça, 1986 p.28).

Até a chegada da instalação da usina na década de 1940, Volta Redonda¹³ fazia parte do município de Barra Mansa como seu oitavo distrito, suas terras pertenciam a grandes proprietários rurais e sua paisagem era tipicamente marcada pela presença de trabalhadores rurais. Com o projeto da siderurgia, este espaço assumiria assim traços marcantes de uma identidade industrial e operária. Quanto ao local para a realização do projeto siderúrgico há algumas controvérsias. Para Waldyr Amaral Bedê¹⁴:

foi graças a poderosa influência política do então Interventor do Estado do Rio de Janeiro, comandante Ernani do Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas, Volta Redonda, 8º Distrito do município de Barra Mansa, é escolhida como lugar que vai abrigar a futura usina do Aço da Companhia Siderúrgica Nacional. Trata-se de uma

¹³ Volta Redonda – Cidade situada na mesorregião do Sul Fluminense que é uma das suas mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, na mesorregião do Sul Fluminense, Volta Redonda está localizada na mesorregião do Vale do Paraíba Fluminense, cortada de oeste para leste pelo rio Paraíba do Sul, sendo o responsável pelo nome desta cidade, devido ao acidente geográfico em seu curso que forma uma curva quase redonda. Daí o nome da cidade “*Flumen Fulmini Flexit*”, ou seja, “o rio ante o raio dobrou-se”.

¹⁴ Waldyr Amaral Bedê - Professor de História renomado na região Sul Fluminense. Foi sindicalista entre 1960 e 1963. Demitido da CSN com o golpe militar de 1964. Foi preso e acusado de atividades subversivas. Foi preso novamente em 1968 por causa do Ato Institucional nº5 (AI-5) em função de trabalhos que realizava com Dom Waldyr Calheiros na Diocese de Barra do Piraí - Volta Redonda.

escolha eminentemente política, visto que contaria consideráveis conveniências técnicas, como a desejável proximidade das fontes de matéria primas ou de um porto fluvial ou marítimo, mas possui eletricidade e água em abundância-vistas para produção siderúrgica e é servida por uma estrada de ferro, ainda que em deploráveis condições (Bedê, 2004, p.35).

Alberto Costa Lopes destaca que:

a opção pelo Vale do Paraíba seria, finalmente, o cumprimento da premonição de antigos estudiosos dos problemas siderúrgicos do país, como Cincinato Braga e João Pandiá Calógeras. Braga referia-se ao Vale do Paraíba como o futuro vale do Ruhr do Brasil, numa referência à próspera região industrial alemã. (...) Há registro também de um projeto de indústrias inglesas para montagem de uma usina no mesmo lugar da atual, em Volta Redonda. A lembrança dessas antevistas vinha reforçar a imagem do projeto como a concretização épica de um real factível que só agora se revelava (Lopes, 1993. p. 46-47.).

Havia também uma preocupação estratégica com a segurança nacional, por parte dos militares, de que o local da construção da siderúrgica fosse afastado da costa marítima, visto que, o projeto se dava no exato momento em que o mundo era assolado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

O Relatório da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, documento redigido na época analisou que “colocada atrás da Serra do Mar, a usina necessitará apenas de defesa antiaérea, ficando inteiramente ao abrigo da artilharia naval”.¹⁵

Para Rui Moreira, além destes fatores, há outra forma de olhar esta escolha: “como Volta Redonda nasce para representar o progresso, nada mais adequado que transformar uma área cafeeira decadente em um espaço demograficamente novo, a partir da industrialização” (Moreira, 2003, p.140)

Ao estabelecer Volta Redonda como o local para a construção da CSN, uma antiga fazenda da era do café foi desapropriada. No dia 25 de março de 1941, o Decreto-Lei nº237, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que apresentava a assinatura do Governador Ernani do Amaral Peixoto, estabelecia no seu artigo nº1:

ficam desapropriadas por Utilidade Pública os terrenos e as benfeitorias descritas nas plantas anexas, rubricadas pelo Secretário de Viação e Obras Públicas, cuja propriedade é atribuída aos Senhores Nelson Marcondes Godoy e Carlos Augusto Rassis (sic), destinados à instalação da Usina Siderúrgica Nacional de Volta Redonda, Vila operária conexa, logradouros públicos, construção de edifícios públicos e organização de serviços públicos, previstas ainda a sua expansão futura (Rio de Janeiro, 1941 *apud* Costa,1991p.48).

Volta Redonda passou a ser conhecida como a “Cidade do Aço”, devido à presença da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), também chamada de Usina Presidente Vargas, criada

¹⁵ Relatório da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional. p. 9.

pelo Decreto-Lei nº.3.002, de 30 de janeiro de 1941¹⁶., dentro do projeto nacional-desenvolvimentista do presidente Getúlio Vargas, e se despontando assim como marco da industrialização de base no Brasil.

Jessie Jane destaca que, toda malha urbana de Volta Redonda é montada pela empresa, com o suporte de sabres diversos. Cidade e fábrica crescem juntos, numa mesma projeção hierárquica: “cada macaco no seu galho” (Souza 1989, p.13).

Existia uma relação entre a estruturação dos novos bairros que surgiam e a hierarquização no interior da CSN. Morel destaca essa estruturação do espaço da cidade esclarecendo que:

(...) as casas foram planejadas segundo 7 tipos diferentes, variando em localização, tamanho e comodidades, destinadas a engenheiros, mestres, contramestres e operários(...) em Volta Redonda a estruturação espacial reproduzia, com a cumplicidade da topografia, a hierarquia da empresa. Inscrevia-se assim no espaço urbano, a hierarquia da Companhia, prescrevendo a cada um o seu lugar: as mansões nas colinas, com uma bela vista sobre o rio Paraíba do Sul, para os diretores; logo abaixo, os gerentes e engenheiros; perto da fábrica, supervisores técnicos e pessoal de escritório, e, mais adiante os bairros operários (Morel,1989, 3v, p. 69).

Volta Redonda não foi apenas geograficamente definida do ponto de vista urbano, foi socialmente elaborada pelo controle empresarial, naquilo que pode ser definido como *company-town*. Conforme Graciolli:

as *company-town* são cidades ou regiões controladas por uma empresa, com dupla perspectiva, ou seja, de um lado, suprir, com razoável grau de garantia, as necessidades de força de trabalho, através da fixação desta pelo fornecimento de moradia e, por outro, estender o domínio da empresa ao âmbito privado dos trabalhadores, por meio de vários mecanismos de disciplinamento (Graciolli, 1997 p. 28).

A publicação da revista “Em guarda”, editada pelo *Bureau* de Assuntos Interamericanos do governo dos Estados Unidos, produzida durante a Segunda Guerra Mundial, destacou a visão de Getúlio Vargas sobre o empreendimento. Em uma de suas notas, lê-se o seguinte: “Volta Redonda será um marco da civilização brasileira, um exemplo tão convincente, que afastará todas as dúvidas e apreensões acerca de seu futuro, instituindo no Brasil um novo padrão de vida e um novo futuro digno de suas possibilidades.”¹⁷

Marilena Chauí, aponta que a construção mítica da nação brasileira está colocada no nível das representações homogeneizantes que os brasileiros fazem do país e de si mesmos. Essa representação permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na

¹⁶ Decreto Lei nº3002 de 30 de Janeiro de 1941, criando a Companhia Siderúrgica Nacional autorizando a construção de uma usina em Volta Redonda segundo os estatutos da CSN, aprovados a 9 de abril de 1941, considerada a data oficial da fundação da companhia.

¹⁷ Revista “Em Guarda”, nº3- Ano III, Bureau de Assuntos Interamericanos, Washington, 1944, p. 22-23.

indivisibilidade da nação e do povo brasileiro, e, em outros momentos, perceber a divisão social e política sob a forma dos amigos da nação e dos inimigos a combater, “combate que engendrará ou conservará a unidade, identidade e indivisibilidade nacionais” (Chauí, 2000, p.7).

O mito é então entendido não só no sentido etimológico do termo (*mythos* – narração pública de feitos lendários de uma comunidade), mas também em sentido antropológico, como uma espécie de narrativa utilizada para explicar, entender, ou ainda justificar determinada realidade, solução imaginária para tensões, conflitos e contradições “que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” (Chauí, 2000, p.08).

Jessie Jane também destaca que é nesse contexto que o projeto Companhia Siderúrgica Nacional será pensado. “Além das articulações político-financeiras que o tornavam viável, um outro debate será travado: com que braços o projeto seria construído” (Souza, 1989, p.10).

O modelo de empreendimento exigia mão-de-obra qualificada que o Brasil não tinha na época da construção da grande usina. Dessa forma, o recrutamento de milhares de trabalhadores foi feito principalmente na Zona da Mata de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Em sua maioria, homens que trabalhavam com atividades agrícolas, com a pecuária, acostumados à enxada, analfabetos e sem qualificação profissional para o trabalho na indústria. Foram assim usados como braços na construção civil e muitos destes homens vinham em busca de melhores condições de vida, alimentando talvez uma utopia de grande transformação social.

Veiga e Fonseca descrevem como era feito o recrutamento daqueles que eram denominados “arigós”¹⁸:

caminhões saíam vazios de Volta Redonda e se dirigiam para a Zona da Mata onde recrutavam homens, com ou sem família para irem construir a usina. Eram os agregados das fazendas, pessoas muito pobres e analfabetas, com forte influência da Igreja Católica, mas que preservaram também vários traços de sua cultura negra. E assim chegavam milhares e milhares de pessoas a Volta redonda – eram os pioneiros, os bandeirantes da industrialização. Ao agenciador desta mão-de-obra a CSN pagava por cabeça. O caminhão parava em frente ao antigo Escritório Central da CSN. Os homens desciam, vários não tinham sobrenome e eram batizados na hora pelo agenciador. Passavam pelo médico, tiravam a roupa que era lavada e guardada num saco, tomavam banho, cortava-se seus cabelos e recebiam uma roupa nova da CSN. Era sem dúvida um verdadeiro rito de passagem. Tinham agora se tornado novos homens, tinham sido introduzidos em outro mundo; o mundo fabril ordenado pelo relógio de ponto e pela lógica do capital e do lucro (Veiga e Fonseca, 1988 p.17-18).

Volta Redonda, nesse aspecto, exemplifica a ideia de Thompson que na introdução da obra A Formação da Classe Operária Inglesa afirma que “a classe operária não surgiu tal como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se” (Thompson, 1987, p.09).

¹⁸Arigó é um pássaro de arribação, ou seja, que vai e não volta. O termo foi usado em alusão aos homens que vieram de suas terras para construir a CSN e nunca mais voltaram para suas localidades de origem.

Então, a classe apresenta-se como fenômeno histórico, além de caracterizar-se como um conjunto de pessoas em oposição a outro com objetivos diferenciados. Já a consciência de classe “é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais” (Thompson, 1987, p.10)

Thompson entende como erro a definição de classe social como coisa, como construção teórica negativa, pois defende a ideia de classe social a partir do homem histórico, inserido no processo de formação social e cultural num determinado tempo.

Edmundo de Macedo Soares e Silva¹⁹, em sua obra intitulada “O ferro na História e Economia do Brasil”, analisou o papel da mão-de-obra que construiria o marco da siderurgia no Brasil:

os homens que vieram construir Volta Redonda “espontaneamente” ou “recrutados” em seus estados, eram bisonhos, quase sempre mal tratados, completamente ignorantes do que seria uma usina siderúrgica. Vieram como teriam ido para um garimpo procurar trabalho ganhando o que eles julgavam ser uma boa remuneração. Em geral só conheciam quatro ferramentas: a enxada, a foice, o machado e o facão. Como produtores de energia, além deles, sabiam que existia o boi, o cavalo e muare; a eletricidade era para eles uma força misteriosa, ignorada dos lugares do interior do país (Silva, 1972, p. 38).

Destacamos assim que ser recrutado para trabalhar na CSN, no período de sua construção, equivalia à prestação de serviço militar obrigatório por parte dos jovens. De acordo com Morel:

(...) pelo Decreto-Lei nº 4937, de 9 de novembro de 1942, as pessoas pertencentes a fábricas consideradas de interesse militar não poderiam largar o serviço por mais de 8 dias, sob pena de serem considerados desertores. A CSN estava incluída dentre elas: ser seu empregado significava servir às Forças Armadas e colaborar na defesa da pátria (Morel, 1989, 3v, p. 84/87.).

Jessie Jane também reforça que dentro dessa visão ocorre, assim, o início de um processo de disciplinamento desses trabalhadores:

a CSN foi construída dentro de uma visão extremamente autoritária, onde a figura do trabalhador era vista, apenas, como uma peça a ser burilada. O trabalho de formação profissional será no sentido de transformar esses camponeses em trabalhadores industriais dentro de uma visão que já vinha sendo articulada pelo Estado, na qual o

¹⁹ Edmundo de Macedo Soares e Silva - ou simplesmente Macedo Soares (Rio de Janeiro, 1901 - Rio de Janeiro, 1989) foi um militar, engenheiro e político brasileiro. Com diversos membros de sua família tendo ocupado cargos importantes na política brasileira, ingressou, em 1918, na Escola Militar do Realengo (predecessora da Academia Militar das Agulhas Negras), tendo tomado parte do movimento militar contra o governo do presidente Epitácio Pessoa em 1922, cuja eclosão inaugurou o ciclo de revoltas tenentistas. Após esse levante, ficou preso até o ano de 1925 no presídio da Ilha Grande, no litoral fluminense, quando conseguiu fugir, partindo então para o exílio na Europa. Após se formar em Engenharia na França e tendo se especializado em metalurgia, voltou ao Brasil após a anistia dada após a Revolução de 1930. Após o seu retorno, começou a participar de debates sobre a implantação da siderurgia nacional e, em 1931, passou a integrar a Comissão Militar de Estudos Metalúrgicos e posteriormente a Comissão Nacional de Siderurgia, ligada ao Ministério da Guerra. Com o começo da construção da CSN, Macedo Soares é nomeado para ser o seu diretor-técnico, desde o início das obras em 1942 até seu término e entrada em funcionamento no ano de 1946, comandando, em conjunto, a construção de parte da cidade de Volta Redonda.

trabalho era o caminho da riqueza e da obtenção da cidadania. Na realidade, construir trabalhadores industriais nada mais era do que mecanizá-los, atrelá-los às máquinas. A máquina é um instrumento de disciplina e permite ver concretamente seus efeitos. Materialmente, no espaço da usina, modifica o emprego do tempo; psiquicamente, no nível do corpo do trabalhador (...), a máquina introduz um novo tipo de disciplina ao trabalho (Souza, 1989 p.14).

Para o general Macedo Soares a maior dificuldade seria: “Como transformar alguém semianalfabeto, vindo das massas rurais em operário capaz de servir e operar equipamentos industriais modernos?” (Silva, 1972 p.38). Para a CSN a tarefa era a “adaptação do homem rural ao meio urbano, isso implicava sua educação profissional e sua submissão à disciplina imposta pelo relógio de ponto, à lógica do capital e do lucro” (Souza, 1989 p.14).

A implementação da usina requeria uma estrutura que não atendesse somente ao espaço ocupado pela fábrica, mas também, o entorno, no qual naturalmente cresceria a cidade de Volta Redonda, como reforça Jessie Jane:

o modelo de vila operária implantado em Volta Redonda se diferencia das experiências anteriores, principalmente das indústrias têxteis no início do século. É um modelo importado dos Estados Unidos da América e terá como ponto central seu caráter hierarquizado, porém, harmonioso do ponto de vista do planejamento urbano. Os bairros repetiam a hierarquização existente no mundo da fábrica. Desta maneira, a CSN consegue fixar e imobilizar a mão-de-obra necessária (Souza, 1989 p.14).

A cidade do aço ficou dividida em duas partes: uma parte à margem direita do rio Paraíba do Sul, onde desenvolveu-se o núcleo urbano, estabelecido dentro do projeto de implantação da usina e apelidado de cidade nova; na outra parte, separada pela fábrica, ficava a cidade que não dispunha de serviços, diferentemente da parte planejada, e que foi apelidada de cidade velha - essa parte situava-se à margem esquerda do rio no lado do antigo bairro de Niterói, núcleo urbano originário da cidade, e de grandes loteamentos formados pela desintegração das antigas fazendas como a Retiro e a São João Batista.

É bom salientarmos que os antigos habitantes, trabalhadores rurais e os operários que não foram aproveitados para os quadros da CSN, foram deslocados para essa margem esquerda, onde mais tarde, nos períodos de expansão da usina ocorreram as lutas sociais e os conflitos pela posse da terra em ocupações e lutas por moradia que deram origem, assim, aos bairros mais periféricos da cidade, sem planejamento urbano e sem atendimento básico por parte dos poderes públicos.

A cidade e a empresa nasceram nessa simbiose e conforme enfatiza Calife:

o espaço se fez dual. A vida na cidade operária tinha ritmo e qualidade totalmente distintos dos encontrados na outra Volta Redonda, que crescia sem cuidados com a ocupação sem os serviços públicos adequados, em precárias condições de habitabilidade (Calife, 2000 p.58).

O início dos trabalhos de construção que se deu em 1942 mudou radicalmente a vida e as características da localidade, pois nesse ano “a CSN, já empregava 6.154 trabalhadores, portanto mais do que o dobro dos habitantes do “distrito”, ocupados na construção da usina e da cidade”(Calife, 2000, p.49).

A estrutura espacial da margem direita da cidade foi projetada de tal forma a delimitar as estruturas de classe do lugar e a correlação de forças. De acordo com Calife:

foi prevista uma cidade linear, com desenho simples e equilibrado, e funções bem articuladas. A área central, ocupada pelo centro comercial, desenvolve-se paralelamente à usina e concentra-se a infraestrutura: creche, hospital, ambulatório, escola, cinema, clube, restaurante para operários, hotel para empregados solteiros e viajantes sendo o mais importante deles o Hotel Bela Vista, localizado no alto da cidade. Também praças e serviços públicos como correio, polícia e bombeiro. Em torno do centro comercial se colocam a usina de um lado, e do outro a “Vila Santa Cecília” (bairro destinado aos técnicos e operários especializados). Ao fundo, o “Conforto” (bairro para operários não especializados) e, em frente, num plano bem elevado, o bairro dos engenheiros. Esta disposição permite que os três bairros residenciais tenham acesso rápido, ao centro comercial e à usina. (...) As casas foram planejadas segundo sete tipos diferentes variando a localização, tamanho e comodidades destinadas a engenheiros, mestres, contramestres e operários. (...) O planejamento reproduziu fielmente na cidade a estratificação funcional e salarial existente na produção: a operários, técnicos e engenheiros, couberam bairros diferentes quanto a localização, ao tamanho dos lotes e aos tipos de residência (Calife, 2000 p.51 e 52).

Cabe esclarecer que todo esse cenário foi acentuado durante os processos de expansão que foram realizados durante a segunda metade da década de 1950 e no início dos anos de 1960. Com esses novos empreendimentos, um intenso fluxo migratório fluía para a cidade, fato que levava à multiplicação de loteamentos oficiais e clandestinos. Nos momentos em que havia a liberação da mão de obra, assistia-se a um incremento de ocupação de morros. Para Fontes e Lamarão:

o processo de ocupação de Volta Redonda gerou uma malha urbana descontínua e rarefeita, com grandes vazios e áreas urbanas enquistadas, subindo os morros e instalando-se em pequenas áreas de baixada. Não apenas as características físicas definiram tal ocupação, mas também, e principalmente, o fato de as melhores terras estarem nas mãos da CSN e de alguns fazendeiros (Fontes; Lamarão, 1986, p.15-23).

A usina buscava cada vez mais introduzir no imaginário da emergente classe operária de Volta Redonda sua impressão paternalista de relação familiar entre a empresa e a cidade, da ótica populista acentuada na visão de dádiva e benefícios concedidos pelo Estado, como destaca Morel e Mangabeira

A CSN vangloriava-se de oferecer "o mais alto padrão já realizado no Brasil, em prol dos operários de uma grande indústria, permitindo-lhes uma vida condigna". Planejada segundo as modernas cidades industriais americanas, Volta Redonda pretendia ser o símbolo por excelência da integração da "família expressão pela qual os documentos da diretoria da CSN designavam os laços que deveriam ligar os trabalhadores à empresa. Assim, adotando uma política de gestão da força de trabalho com traços a Companhia controlava também a cidade, administrando uma série de

serviços urbanos (transportes, cooperativa de abastecimento, hospital, escolas), além de construir moradias para seus empregados - qualitativamente diferenciadas, segundo os distintos níveis hierárquicos da empresa. A concessão de benefícios sociais - sempre apresentados como "dádiva" - estendia-se à família operária, sendo este um dos pontos sobre os quais a empresa procurou construir sua legitimidade. Tratando-se de uma empresa estatal, esses mecanismos tinham uma conotação própria, pois além de constituírem uma estratégia de fixação da força de trabalho, desempenhavam também um papel político importante: reforçavam os laços corporativos entre os trabalhadores e a Companhia e, por extensão, entre esses e o Estado (Morel; Mangabeira, 1994 p.106).

O desordenamento no processo de crescimento da cidade criou um abismo ainda maior entre as “duas” Voltas Redondas, a cidade velha dirigida pela Prefeitura de Barra Mansa e a cidade nova administrada pela CSN e seus funcionários.

Entre a década de 1950 e 1960 a população de Volta Redonda cresceu 146%, enquanto entre 1947 e 1960 todo contingente de trabalhadores cresceu apenas 18%.

Para Morel, com a expansão demográfica e o crescimento dos setores industrial e de serviços, surgiram novos interesses e conflitos. A CSN vai deixando de ser “dona” da cidade (Morel, 1989, p.27). O movimento em defesa da emancipação e as alianças e confrontos posteriores com a Prefeitura de Barra Mansa colocaram novos agentes em cena, na disputa política pelo controle do município. O contexto político de colapso do populismo, imprimindo forte repressão aos sindicatos e a configuração de um Estado autoritário marcaram o fim de um ciclo.

No final de 1945, cerca de 80% da Usina já estava terminada. Em junho de 1946, foi inaugurada a usina com o vazamento da primeira “corrida de aço”.²⁰

Não podemos deixar de evidenciar que nessa relação orgânica, o mundo da fábrica teve influência sobre a sociabilidade dos moradores da cidade. Segundo Graciolli:

do time de futebol à formação odontológica, atrito na vizinhança, o cotidiano dos operários era, em suas várias esferas, controlado pela Companhia. O aluguel da casa era deduzido do salário, na própria folha de pagamento, e correspondia a um valor muito abaixo em relação àquele existente no mercado imobiliário da época. A moradia ocupava lugar singular na ideia da família siderúrgica, uma vez que atrelava ainda mais o espaço extra usina à Companhia (Graciolli, 1997 p.32).

Assim, Volta Redonda deixava de ser uma cidade com uma dinâmica social baseada no ruralismo, para transformar-se em uma cidade predominantemente operária. Dentro dessa lógica, a CSN assume papel central na vida social da cidade. Segundo Santana:

a construção da usina, que teve início em 1941, mudaria a vida do antigo povoado de Volta Redonda para sempre. A chegada de uma enorme quantidade de trabalhadores para o empreendimento de diversos lugares do país marcaria este processo. A cidade e a usina se desenvolvem juntas. Podemos dizer mesmo que a construção da usina

²⁰Ferro-gusa – ferro em estado líquido produzido no alto-forno corre por canaletas até à aciaria onde é transformado em aço através da adição de alguns elementos químicos como carbono, manganês, silício, nióbio etc.

determinaria dali por diante, o desenvolvimento da cidade de forma umbilical (Santana, 2005 p.4).

Esse novo espaço que se configurava na região Sul Fluminense, apresentava Volta Redonda como um cenário de crescimento da classe trabalhadora, atraindo o proletariado de vários cantos do país para a região, e sendo assim, era forte o controle da empresa no estabelecimento de medidas disciplinares aos trabalhadores que chegavam ao novo “eldorado do progresso brasileiro”. A empresa exercia esse controle por meio do Departamento de Segurança da Usina (DSU) e com aparato das Forças Armadas na região, na figura do 1º Batalhão de Infantaria Blindada do Exército-1ºBIB²¹ (1950-1973) e do 22º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército-22º BIMtz (1973-1999), sediados na cidade vizinha de Barra Mansa RJ, conforme (Graciolli,1997; Morel,1989).

O aumento da população local e de seu protagonismo estratégico com a siderurgia brasileira no projeto de desenvolvimento econômico do Brasil, levaram ao processo de emancipação política de Volta Redonda em relação a Barra Mansa, são então distrito tornou-se município em 17 de julho de 1954. Esse movimento se deu por interesse de forças econômicas locais e de proprietários das antigas terras rurais dos ciclos anteriores à industrialização; estes que passaram de proprietários do mercado imobiliários local e maçônicos, a emancipadores da mais nova cidade do Sul Fluminense, Volta Redonda.

Os anos 50 no Brasil foram marcados por ambiguidade. Enquanto havia nas fábricas um espaço para organização e demandas por melhores condições de trabalho, os trabalhadores se organizaram em sindicatos para lutar por melhores condições de trabalho, salários justos e redução da jornada de trabalho; ao mesmo tempo, porém, crescia a vigilância e o controle ideológico sobre os trabalhadores, sobretudo dentro de um contexto da Guerra Fria. Essa década foi marcada por um aumento no número de greves no contexto nacional e por uma maior visibilidade dos sindicatos perante a opinião pública.

O segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) foi marcado por um contexto de crescimento econômico com tensões sociais, em um Brasil que vivia a transição para uma industrialização mais acelerada e uma urbanização crescente. As greves operárias tornaram-se

²¹O 1º Batalhão de Infantaria Blindada (1º BIB) de Barra Mansa funcionou entre 1950 e 1973, sendo um quartel com um passado marcante, inclusive por casos de violações de direitos humanos durante a ditadura militar, com investigações recentes que trouxeram à tona o "crime do 1º BIB", revelando torturas de soldados. A área do antigo quartel hoje abriga o Parque da Cidade e é foco de projetos de memória, visando preservar essa história e transformá-la em um espaço de reflexão. Após sua desativação, funcionou ali o 22º Batalhão de Infantaria Motorizada (BIMtz) até 1991, e hoje o local é parte do "Parque da Cidade" (espaço administrado pelo Município de Barra Mansa RJ).

mais frequentes, especialmente nos centros industriais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e, de forma significativa, Volta Redonda, sede da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), passou a ser cada vez vigiada diante das mobilizações do sindicato dos metalúrgicos. Este presente desde a fundação da usina nos anos 40, com membros de oposição ligados ao Partido Comunista, que já atuava em células de militância em Barra Mansa, cidade que abrigou importantes indústrias antes da construção da CSN, como bem destaca Morel e Mangabeira:

O surgimento do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda está associado à atuação do grupo Socorro Vermelho, como ficou conhecida a campanha de mobilização organizada pelo Partido Comunista - PC em âmbito nacional seguindo as determinações da Conferência da Mantiqueira: de 1943, de luta centrão fascismo. Daí emergiu uma comissão provisória para a criação da Associação Profissional dos Metalúrgicos de Barra Mansa que, em 1945, recebeu a Carta Sindical. Surgiu, então, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Barra Mansa, Volta Redonda, Resende e Barra do Piraí. Com o apoio da diretoria da Companhia, o Sindicato nasce com características de sindicato-empresa, atendendo, naquele momento, à fórmula corporativa de controle do movimento dos trabalhadores (Morel; Mangabeira, 1994 p.107).

Dessa forma dentro dos sindicatos que eram corporativistas e dentro de um contexto populista mais para conservador, os militantes comunistas tiveram um papel relevante enquanto oposição a diretorias de tendência mais governista e menos combativas- como nos períodos 1951-55 e 1957-63.

Entre 1951 e 1953, a classe operária movimentou o país com reivindicações por reajustes salariais, melhores condições de trabalho e o cumprimento da legislação trabalhista em grandes mobilizações. As greves tinham como pano de fundo a inflação crescente e a defasagem do salário-mínimo do governo Vargas. Setores estratégicos, como metalúrgicos, ferroviários e portuários, participaram ativamente.

2.5 Volta Redonda: nos anos de uma Ditadura Empresarial Militar

Como discutido anteriormente, a evolução histórica de Volta Redonda (RJ) é indissociável da trajetória da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), um dos marcos da industrialização brasileira no século XX. Instituída em 1941 sob a égide do Estado Novo de Getúlio Vargas, a CSN converteu o município em um polo operário estratégico e símbolo do projeto nacional-desenvolvimentista. Todavia, sob a égide das tensões políticas que deflagraram o Golpe de 1964, a cidade e a usina tornaram-se palcos centrais da reconfiguração das relações entre Estado, capital e trabalho.

As contradições inerentes ao sistema de dominação tornaram-se patentes em diversas frentes nos anos 1960, culminando na ruptura institucional de 1964. Nesse contexto, o distrito, originalmente concebido como uma cidade operária, transformou-se, na década subsequente ao Golpe Civil-Militar, em um palco efervescente de atuação de grupos e instituições de cunho

operário, eclesiástico, político e social. Tal dinâmica marcou profundamente a 'Cidade do Aço', que vivenciou os 'anos de chumbo' caracterizados por intensa repressão à classe trabalhadora.

De acordo com o informe público "A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura", publicado pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF/Unifesp), a conexão entre a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e o aparelho repressivo é histórica. O documento, que contou com a colaboração de pesquisadores do Sul Fluminense, destaca: “A relação orgânica entre ambas se estabeleceu desde a formulação e a implementação do primeiro Plano Siderúrgico Nacional, ainda sob o Estado Novo, e da formação de um complexo militar estatal nas décadas de 1950 e 1960.” (CAAF/UNIFESP, 2022, p. 86).

A usina não apenas simbolizava o avanço técnico-industrial, mas também representava um investimento direto do Estado em infraestrutura pesada, com forte apoio e interesse das Forças Armadas.

Para os militares, o domínio da produção de aço era vital para a soberania nacional, especialmente em um contexto de guerra mundial e disputas geopolíticas. No artigo “CSN de mãos dadas com a violência de Estado”, a pesquisa demonstra:

Em tempos de guerra, a CSN foi considerada de interesse militar, o que, segundo o decreto 4937/1942, não permitia com que um trabalhador se ausentasse por mais de 8 dias, sob pena de ser considerado um desertor. “Ser seu empregado significava servir às Forças Armadas colaborar na defesa da pátria” (ARIGÓ, 1989: p. 29). Além disso, ainda sob justificativa do estado de guerra, a jornada de trabalho era de 10 horas diárias e os trabalhadores das empresas civis consideradas de “segurança nacional”, como era o caso da siderúrgica nacional, tinham suspensos seu direito de férias. Esse sistema de dominação possuía traços marcantes desmilitarização. Além de empresa exemplar, a CSN deveria produzir um novo tipo de trabalhador: saudável, capaz e disciplinado. (CAAF/UNIFESP, 2022, p.86)

Desde as origens de sua fundação em 1941, a CSN esteve entrelaçada com os interesses estratégicos das Forças Armadas, que viam na siderurgia um elemento central da segurança nacional. A escolha do local, o investimento em infraestrutura e a própria administração da empresa refletiam essa visão. A presença militar se fazia sentir não só na lógica da segurança física do empreendimento, mas também na vigilância ideológica e no controle do operariado, que crescia em número e em organização ao longo das décadas seguintes. Volta Redonda tornou-se, assim, uma cidade-modelo do Brasil industrial, mas também um território de atenção constante das elites estatais e militares.

Na década de 1950, a cidade de Volta Redonda, consolidou-se como um dos principais polos industriais do Brasil em função da expansão da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Nos anos 50, a siderúrgica passou por um processo significativo de ampliação de sua capacidade produtiva, o que impactou diretamente a dinâmica urbana e social de Volta Redonda. O aumento

da produção de aço demandou maior força de trabalho, promovendo um intenso fluxo migratório e contribuindo para o crescimento populacional da cidade. Esse período marcou a transformação de Volta Redonda de um núcleo urbano ainda em formação para um centro industrial de grande importância, com forte presença do Estado e características típicas do modelo de cidade operária.

Já os anos 60, sobretudo no governo do presidente João Goulart, (1961-1964) principalmente após 1963, foram marcados por intensas tensões políticas e sociais, sobretudo a partir da apresentação das Reformas de Base, que incluíam propostas de transformação estrutural da sociedade brasileira em áreas como educação, tributação, sistema eleitoral e, em especial, a reforma agrária.

Essa última ganhou centralidade nos debates do país, ao propor o enfrentamento do poder concentrado do grande latifúndio, buscando democratizar o acesso à terra e reduzir as desigualdades no campo, o que mobilizou fortemente tanto os trabalhadores rurais quanto os setores urbanos organizados. O apoio da classe trabalhadora, articulada por meio de sindicatos e com respaldo político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ampliou a presença popular nas ruas em defesa das reformas, configurando um momento de articulação das lutas sociais.

O Comando Geral dos Trabalhadores²² (CGT) constituiu-se, no início da década de 1960, como um dos principais instrumentos de articulação da classe trabalhadora brasileira, reunindo distintas correntes políticas que, apesar de divergências internas, convergiam em torno da defesa das Reformas de Base propostas por João Goulart. Sob sua estrutura, comunistas, progressistas vinculados ao PTB, nacionalistas e setores socialistas encontraram um espaço de unidade de ação, articulando mobilizações que extrapolavam as pautas sindicais estritamente corporativas e avançavam para um projeto de transformação social mais amplo.

Essa convergência expressava tanto a crescente politização da classe trabalhadora urbana quanto a capacidade de articulação entre partidos e movimentos sociais, que viam no CGT um canal de pressão popular capaz de influenciar a agenda política nacional. Entretanto, esse protagonismo operário e a aproximação entre correntes de esquerda e nacionalistas despertaram fortes resistências de setores conservadores e alimentaram a percepção das elites civis e militares de que o governo Goulart caminhava rumo a uma radicalização.

²²O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) foi uma organização intersindical brasileira, criada em agosto de 1962, com o objetivo de orientar e coordenar o movimento sindical no país, e que foi desarticulada pelo golpe militar de 1964. Liderando e articulando grandes mobilizações, o CGT teve papel central na luta por reformas sociais e na defesa das liberdades democráticas no período pré-golpe de Estado em 1964.

Conforme destaca o relatório final da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda:

Na arena sindical, o PCB atuou de forma decisiva na criação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), principal agência política de mobilização da classe operária pelas reformas de base. Com relação ao governo João Goulart, o CGT, sob orientação do PCB, tratou de combater os setores <conciliatórios> de alguns Ministérios e apoiar os setores nacional-reformistas de outros ministérios do governo. As pressões aumentaram com o crescimento do movimento sindical, levando João Goulart a assumir posições cada vez mais à esquerda e apoiar o movimento das Reformas de Base (Volta Redonda, 2015, p.32).

Somam-se também a esse cenário as mobilizações de setembro de 1963; protagonizadas por suboficiais e sargentos da Marinha e da Aeronáutica, essas mobilizações revelaram-se um ponto de inflexão no processo de desgaste do governo João Goulart. Motivados pela exclusão constitucional que lhes restringia direitos políticos, como a inelegibilidade a cargos eletivos, esses segmentos militares de baixa patente organizaram manifestações e greves, reivindicando maior reconhecimento e participação no espaço público.

O movimento rompeu a disciplina tradicional das Forças Armadas, abalando a hierarquia e expondo fragilidades na autoridade do governo diante do estamento militar. Embora Goulart buscasse equilibrar-se entre atender parte das demandas e manter o apoio dos altos comandos, o episódio foi amplamente explorado pelas forças conservadoras e pela imprensa, que o apresentaram como sinal de anarquia e incapacidade do presidente de preservar a ordem institucional. Dessa forma, a mobilização dos sargentos e suboficiais não apenas aprofundou a crise de legitimidade do governo, como também reforçou a narrativa golpista de que o país caminhava para a desordem e a subversão.

As propostas de Reformas de Base apresentadas por Goulart provocaram forte reação dos setores conservadores da sociedade, incluindo empresários, proprietários rurais, parte da Igreja Católica, a grande imprensa e segmentos das forças armadas, que passaram a ver nas mobilizações populares uma ameaça à ordem vigente e à manutenção de seus privilégios, acirrando o clima de polarização que culminaria mais tarde no golpe de 1964.

O projeto nacionalista das Reformas de Base defendidas por João Goulart, que visava enfrentar estruturas arcaicas como a concentração fundiária, o sistema tributário regressivo e a dependência econômica externa, entrou em choque direto com a lógica da política hemisférica dos Estados Unidos expressa na sua política de cooperação econômica para América Latina como estratégia anticomunista do contexto da Guerra Fria denominada “Aliança para o Progresso”²³.

²³A Aliança para o Progresso (*Alliance for Progress*) foi um programa de cooperação econômica e social proposto pelo presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, em 1961, para a América Latina. O objetivo era promover

Enquanto Goulart propunha uma modernização social acompanhada de democratização do acesso à terra e maior soberania econômica, a Aliança norte-americana buscava fomentar reformas limitadas que assegurassem estabilidade política e manutenção da ordem social dentro de um quadro de dependência, reforçando os vínculos entre o Estado brasileiro e o capital internacional e, ao mesmo tempo, ao controle imperialista.

Nesse contexto, emergiram no Brasil instituições como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)²⁴ e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)²⁵, financiados por empresários nacionais e estrangeiros e que funcionaram como verdadeiros aparatos ideológicos de mobilização conservadora conforme Dreifuss:

O IBAD funcionava como uma verdadeira central de propaganda e financiamento, articulando recursos de empresas nacionais e estrangeiras para intervir diretamente no processo político-eleitoral, com o objetivo de derrotar as forças nacionalistas e populares (Dreifuss, 1981, p. 245).

Tais instituições vão representar muito, do que no contexto da ditadura aproximaram o capital empresarial do regime ditatorial:

Os recursos financeiros que sustentavam o complexo IBAD/IPES provinham de industriais e banqueiros, grandes comerciantes e latifundiários agroexportadores e pecuaristas. Além disso recebia contribuições de empresas transnacionais norte-americanas principalmente e recursos da *Central Intelligence Agency* (CIA) através da embaixada dos EUA. Na divisão social do trabalho dessa conspiração civil-militar contra as reformas de base, o IPES era a ‘cabeça’ e o IBAD as ‘mãos e os pés’. A ideologia orgânica da nossa ordem Estatal burguesa baseada no desenvolvimentismo associado era difundida pelo IPES (Volta Redonda, 2015 p.34).

Através da difusão de propaganda anticomunista, do financiamento de candidaturas parlamentares e da elaboração de diagnósticos econômicos alinhados ao capital privado, essas entidades reforçaram a lógica de uma ordem estatal burguesa e atuaram como instrumentos fundamentais na deslegitimação do governo Goulart e na preparação do terreno político e social que conduziria ao Golpe de 1964, um golpe de classe e de amparo de setores empresariais ligados ao grande capital estrangeiro.

o desenvolvimento e combater a influência comunista na região através de ajuda financeira e técnica, visando melhorar as condições de vida da população, a democratização e a reforma social. No entanto, o programa foi marcado por desequilíbrios de poder e interesses geopolíticos, acabando por favorecer governos alinhados aos EUA e sendo encerrado em 1969.

²⁴ O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi um *think tank* anticomunista fundado em 1959 por empresários, com financiamento de empresas multinacionais e da CIA dos EUA, para desestabilizar o governo de João Goulart e preparar o terreno para o golpe militar de 1964. O IBAD financiou campanhas políticas e infiltrou-se em movimentos populares, operando em conjunto com seu braço editorial, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES).

²⁵ O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) foi uma organização brasileira criada em 1961 que desempenhou um papel crucial na preparação do terreno para o golpe militar de 1964. O IPÊS, composto por empresários e militares de alta patente, atuou como um centro de articulação política e ideológica, disseminando propaganda anticomunista e desestabilizando o governo de João Goulart.

A produção de materiais de propaganda, campanhas políticas e a articulação com lideranças locais visavam neutralizar a influência do sindicalismo combativo, que se fortalecia na esteira das Reformas de Base e das mobilizações nacionais da classe trabalhadora.

A CSN, como empresa estatal e polo industrial central, tornou-se alvo direto dessas estratégias de controle, e por isso foi submetida a uma vigilância mais rígida e a práticas de repressão contra lideranças operárias consideradas “subversivas”.

Em Volta Redonda, as tensões políticas nacionais refletiram-se de maneira direta no cotidiano da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), espaço de concentração de uma classe operária organizada. Os debates em torno das Reformas de Base e, sobretudo, da reforma agrária, somados às mobilizações sindicais urbanas, ecoaram entre os trabalhadores da usina, que historicamente reivindicavam melhores salários, condições de trabalho e maior participação política.

Esse cenário despertou preocupação tanto na direção da empresa quanto entre setores militares e empresariais, que viam em Volta Redonda um foco potencial de agitação social capaz de ameaçar a ordem fabril e o projeto de desenvolvimento dependente do capital

2.6 Um Golpe de classe em Volta Redonda: uma aliança Militar e Empresarial

Em 31 de março de 1964, o Brasil sofreu um golpe de Estado que implantou uma ditadura Empresarial-Militar no Brasil, esse episódio resultou em um golpe que depôs o presidente João Goulart e instaurou um regime autoritário que durou 21 anos: tendo sido marcado pela suspensão de direitos políticos, censura à imprensa, perseguição, prisão, tortura e morte de opositores, além da promulgação de Atos Institucionais que ampliaram os poderes do Executivo.

O regime ditatorial contou com a colaboração de setores civis e empresariais, interessados em frear avanços sociais e trabalhistas, e recebeu apoio imperialista dos Estados Unidos, que temiam o fortalecimento de projetos nacionalistas e de esquerda no país.

Os governos comandados por generais militares se sucederam da seguinte forma: Castelo Branco (1964-1967), que iniciou a institucionalização autoritária; Costa e Silva (1967-1969), sob quem foi decretado o AI-5; a Junta Militar (1969), Médici (1969-1974), período de maior repressão e do chamado “milagre econômico”; Geisel (1974-1979), que iniciou a “abertura lenta, gradual e segura” em meio à crise econômica; e Figueiredo (1979-1985), último

general, responsável pela Lei da Anistia²⁶ e pela transição pactuada que levou ao fim da ditadura e à redemocratização.

A Cidade Volta Redonda viveu os reflexos diretos desse período de repressão, e expôs as marcas das opressões do Estado representado pela aliança entre a CSN e as forças armadas sobre a classe trabalhadora, base fundamental da identidade da cidade, e dos demais setores de oposição ao regime. Mesmo após término do período de repressão, a cidade viveu sob os resquícios e heranças ditatoriais na transição democrática brasileira.

Esta análise ancora-se no referencial teórico de Alejandra Luisa Magalhães Estevez sobre a cooperação entre o setor empresarial e a ditadura no Brasil. Mobiliza-se, especificamente, seu estudo sobre a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) para perscrutar os nexos entre o capital e o aparato repressivo. Apoiada em achados da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a pesquisa de Estevez demonstra como a atuação da CSN viabilizou a repressão laboral e as violações de direitos humanos, com profundos impactos sócio-políticos em Volta Redonda.

A CSN, desde sua fundação, manteve estreita relação com as Forças Armadas, empregando militares em cargos de direção e criando o Departamento de Segurança da Usina (DSU), que monitorava e reprimia trabalhadores. Durante a ditadura, a empresa forneceu informações aos órgãos repressivos, facilitou prisões e perseguições, e implementou estratégias antigrevistas. A repressão incluiu demissões, prisões, torturas e despejos de famílias operárias, além de destruir a memória sindical.

Os estudos sobre a relação entre empresas e ditadura no Brasil tiveram origem na história econômica e política, para os quais a obra clássica de René Dreifuss (1981) é uma referência fundamental. Inspirado no materialismo histórico-dialético e na teoria do Estado de Gramsci, Dreifuss analisou a organização do empresariado brasileiro, sua articulação com o capital internacional e as Forças Armadas, especialmente a partir do IPES, destacando o Golpe de 1964 como um “golpe de classe” que beneficiou diretamente empresas e empresários. Corroboramos com a visão de Alejandra em sua análise da obra de Dreifuss:

O autor, partindo do método do materialismo histórico-dialético e inspirado na teoria do Estado de Gramsci, investiga a conformação do empresariado brasileiro nos anos 1960, suas formas de organização e articulação com o capital internacional e as Forças

²⁶ A Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, sancionada pelo General João Batista Figueiredo (1979-1985) conhecida como Lei de Anistia, foi um dispositivo central no processo de abertura política brasileira. Embora tenha permitido o retorno de exilados e a recuperação de direitos políticos para opositores, a lei foi estruturada sob o princípio da reciprocidade, estendendo o perdão aos agentes do Estado responsáveis por violações de direitos humanos. Na historiografia, é analisada como um marco da “transição pactuada”, que buscou promover o esquecimento jurídico sobre os crimes do regime em favor de uma suposta conciliação nacional.

Armadas, sobretudo no interior do Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais (IPES), onde elaborava suas ideias e propostas de reestruturação do Estado das políticas públicas. Como resultado, traçou um panorama dos setores econômicos interessados no Golpe de Estado, um golpe de classe, e identificou empresas e empresários que tiveram participação direta no Golpe e beneficiaram-se financeiramente no contexto ditatorial(Estevez,2 024 p.5).

Pesquisadores anteriores, como Cardoso (1964), Moniz Bandeira (1975) e Ianni (1981), já haviam apontado o favorecimento da burguesia nacional e internacional pelas políticas do Estado, tendência intensificada durante o regime militar.

No século XXI, impulsionados pelo legado da Comissão Nacional da Verdade, esses estudos ganharam novo fôlego, com a produção historiográfica que aprofundou a análise dos vínculos ideológicos e materiais entre militares e empresários.

As pesquisas recentes evidenciam como tais conexões se consolidaram em diferentes setores da economia, cuja abrangência alcança sistema financeiro e bancário e chega às comunicações, ao patronato rural, à construção civil e à infraestrutura; isso revela a amplitude da participação empresarial na sustentação e nos lucros gerados pelo regime autoritário conforme (Starlin,1986; Assis, 2001; Moraes, 2016; Gonçalves, 2016; Bortone, 2013;2018 Lemos, 2018; Vasconcelos, 2020).

Consonante à discussão teórica do capítulo anterior, a categoria de Ditadura Empresarial-Militar permite compreender o Golpe de 1964 não apenas como uma ruptura institucional conduzida pelas Forças Armadas, mas como um projeto político de classe, articulado entre setores militares e empresariais interessados em conter o avanço das lutas sociais e garantir a manutenção de seus privilégios. Tal perspectiva revela a dimensão civil do golpe e de sua sustentação, e mostra que o regime autoritário serviu como instrumento para viabilizar a modernização conservadora do país em benefício do grande capital.

No caso de Volta Redonda, cidade operária marcada pela presença da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), essa lógica traduziu-se em repressão sistemática ao movimento sindical, perseguição às lideranças trabalhistas e intensificação do controle sobre a classe trabalhadora.

A compreensão da Ditadura Empresarial-Militar em Volta Redonda passa pela análise do papel da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) como agente de repressão política no período. A empresa, ao lado das Forças Armadas “de mãos dadas”, buscou neutralizar a mobilização sindical e sufocar as demandas operárias, alinhando-se aos interesses do regime.

Nesse sentido, como afirma Alejandra Estevez, “a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) [...] teve papel ativo na repressão voltada contra a classe trabalhadora e as famílias operárias da região sul fluminense” (Estevez, 2024, p.8).

Esse processo repressivo se deu através do Plano de Segurança da Usina, plano esse articulado mesmo antes do Golpe, entre o diretor industrial da usina em conjunto com o 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) e a Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN²⁷.

Assim o aparato repressivo em Volta Redonda estruturou-se por meio de um Plano de Segurança da Usina, articulado precocemente ainda no período anterior ao golpe entre a diretoria industrial da CSN, o 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) - sediado na cidade de Barra Mansa RJ - e a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende. Essa coalizão institucional estabeleceu no Sul Fluminense um cinturão de vigilância sistemática sobre a classe trabalhadora, consolidando uma simbiose entre a gestão empresarial e as forças militares para o controle social no território.

2.7 Um Golpe de repressão imediata na classe trabalhadora em Volta Redonda

Os relatórios finais na Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda (CVM) ressaltam que o processo do Golpe Civil-Militar de 1º de Abril de 1964 teve em Volta Redonda um dos principais pontos estratégicos de derrubada do governo de João Goulart, período em que ocorreu uma forte repressão sobre uma organizada tentativa de resistência ao Golpe, evidenciada nos arquivos dos IPM²⁸-CSN, também destacada nos relatos em forma de entrevistas concedidas posteriormente à Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda; tais relatos foram feitos por operários que viveram a experiência de repressão, pois o movimento grevista de resistência ao golpe envolveu departamentos como a Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM) e outros departamentos da usina, a Rádio Siderúrgica e a Sede do Sindicato dos Metalúrgicos, como destaca o relatórios CMV:

O processo do Golpe Militar de 1º de abril de 1964 teve, em Volta Redonda, um dos principais pontos estratégicos de derrubada do governo João Goulart e neutralização da resistência ao golpe. A ativação da repressão e a tentativa de desencadeamento da resistência operária podem ser reveladas tanto nos documentos do IPM-CSN

²⁷A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) é uma escola de ensino superior do Exército Brasileiro, situada na cidade fluminense de Resende RJ. É a única escola formadora de Oficiais de carreira das Armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações, do Quadro de Material Bélico e do Serviço de Intendência do Exército.

²⁸Durante a ditadura brasileira, o Inquérito Policial Militar (IPM) era um procedimento investigatório sigiloso, de caráter instrução provisória e inquisitorial, conduzido pelas forças militares ou civis para apurar crimes militares e sua autoria. Sua finalidade era reunir elementos que pudessem embasar a acusação e a ação penal, mas também era usado como ferramenta de repressão política, permitindo a instauração de processos sem o devido contraditório e a defesa.

(1569/64), como também na memória social daqueles que viveram diretamente essa experiência coletiva. No dia 1º de abril de 1964, o movimento operário atuou em três focos de resistência ao golpe: na rádio, na Usina e na sede do Sindicato. Na Rádio Siderúrgica Nacional, ocorreu a resistência ao Golpe na onda da <Cadeia da Legalidade> da Usina Nacional até 16h20min; Na Usina, como anteriormente foi analisado, a resistência desencadeou movimento grevista, com adesões coletivas e individuais significativas, principalmente na FEM, no DOP e no DRM, além de dezenas de operários que não entravam para trabalhar naquele dia (Volta Redonda, 2015 p. 47).

A produção acadêmica baseada nos relatórios da Comissão Municipal da Verdade evidencia a profundidade histórica das forças militares em Volta Redonda. Mais do que uma reação pontual a 1964, tratava-se de uma rede de militares tecnocratas articulada desde o Estado Novo e atravessada pela experiência da Segunda Guerra. Esse processo culminou, nos anos 1960, em um sofisticado aparelhamento estatal voltado ao controle estratégico e à vigilância da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Assim, com a implantação do Golpe em 1964, essas relações de repressão a qualquer forma de oposição e às mobilizações dos operários já estariam preparadas.

A partir desse aparelhamento, iniciaram os processos de instauração dos inquéritos policiais militares, os IPM como o citado acima o de n.º 1569/64, para que de dentro da usina se iniciasse uma investigação das tentativas de greves e resistência, sob o pretexto da “Subversão” e dentro da narrativa que bradava no período. Nesse contexto, iniciaria uma dura perseguição política praticamente em todo o entorno da região próxima a Volta Redonda: da área central da irradiação de lutas operárias até as cidades vizinhas. O Golpe causou fortes impactos nas mobilizações das organizações operárias em Volta Redonda e de toda a região Sul Fluminense. De acordo com Estevez e Lima:

A “gestapo” da CSN, como foi rapidamente apelidada pelos operários, estaria presente em cada seção da usina, nas reuniões e assembleias do sindicato, segundo relatos dos trabalhadores. Um exemplo dessa conexão com as Forças Armadas ocorreu quando, no dia do Golpe de 1964, as principais lideranças que se destacavam no cenário de Volta Redonda já estavam devidamente identificadas, facilitando o posterior trabalho de perseguição e prisão dos trabalhadores (Estevez e Lima, 2015 p.6).

Os trabalhadores aliados a lideranças sindicais foram identificados por meio de listas criadas pela CSN e, em seguida, presos por militares por suposta atividade subversiva; assim se deu o início das variadas violações de Estado contra a classe trabalhadora em Volta Redonda. A vigilância da empresa identificava os operários que, posteriormente, entravam em listas de demissões; dessa forma a CSN forneceu dados de seus trabalhadores para facilitar ações repressivas que, posteriormente, durante o regime ditatorial, resultariam em múltiplas formas de violações aos direitos humanos, incluindo tortura e assassinatos de operários, militantes partidários e dirigentes sindicais.

No trabalho ‘CSN de mãos dadas com a violência de Estado’ do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense -Universidade Federal de São Paulo (CAAF/UNIFESP), os autores apresentam dados sobre as demissões e aposentadorias compulsórias:

A presidência da empresa ordenou aos diretores e chefes de seção fornecimento de informações sobre seus subordinados que estivessem envolvidos em atividades consideradas “nocivas ao interesse do país” e da CSN, contendo nome, matrícula, remuneração e tempo de serviço. De acordo com essa determinação, então, foi produzida uma relação de presos envolvidos no movimento grevista de 1º de abril. Tal lista subsidiaria, pouco depois, o processo de demissão de 77 trabalhadores aposentadoria compulsória de outros 12 funcionários. Estes últimos eram trabalhadores estáveis com mais de 10 anos de serviços prestados à empresa, alguns com mais de 20 anos. Vale destacar que dois deles haviam sido diretores sindicais, o que nos permite inferir o caráter político da decisão (CAAF/UNIFESP, 2022, p.91).

Diversos trabalhadores atingidos pela aposentadoria compulsória haviam participado do histórico Comício das Reformas, realizado por João Goulart em 13 de março de 1964, na Central do Brasil. A identificação deles nesses eventos serviu de subsídio para que a direção da empresa sistematizasse listas de nomes e posteriormente encaminhadas aos órgãos de repressão militar para fins de perseguição política.

A ofensiva contra o movimento sindical em Volta Redonda culminou na ocupação militar do Sindicato dos Metalúrgicos. Após o cerco à sede e a apreensão de arquivos, o presidente da categoria, Lima Neto, foi detido e levado ao 1º BIB, tendo sido a primeira liderança operária presa localmente após a ruptura institucional. Os interrogatórios que se seguiram integraram o IPM n.º 159/64, instrumento jurídico-militar utilizado para processar trabalhadores acusados de atividades subversivas.

A institucionalização da repressão em Volta Redonda ganhou contornos jurídicos com a instauração de Inquéritos Policiais Militares (IPMs), que visavam criminalizar a organização dos trabalhadores. O rigor desse processo e o impacto sobre as lideranças locais são descritos da seguinte forma:

Como resultado do IPM, 58 trabalhadores foram presos em seus locais de trabalho, nas entidades sindicais e até mesmo em suas residências, nos dois meses subsequentes ao Golpe, dando mostras da colaboração direta da direção da empresa quanto ao fornecimento dos endereços de seus funcionários, número de matrícula e outros dados pessoais para que as forças militares pudessem executar as detenções. Da lista de presos indiciados, apenas 23 foram apontados como lideranças (marcados com um L), o que demonstra que a perseguição empresarial se dirigiu massivamente contra os trabalhadores da usina, independentemente de serem classificados como lideranças ou não. Os presos foram encaminhados ao 1º BIB ou à AMAN, lá permanecendo em média de 1 a 6 meses, em regime de incomunicabilidade nos primeiros dias (CAAF/UNIFESP, 2022, p.91).

É muito importante destacar que muitas dessas primeiras vítimas de violações do Golpe não foram posteriormente anistiadas, dados apontam para 190 vítimas; vítimas que foram violadas dias após a implantação do Golpe, e que mesmo com a absolvição posterior, sofreram

as terríveis marcas de não poderem ser reempregadas devido a influência do poder da CSN e dos militares. Essas pessoas tiveram seus direitos de trabalhadores violados e tiveram de enfrentar os danos econômicos e sociais junto a suas famílias.

A partir dos registros da Comissão Municipal da Verdade, observa-se que o operariado local foi o alvo primário das rupturas impostas em 1964. Este cenário de violações iniciais permite descortinar uma política de Estado repressiva e sistêmica que, ao impactar variados grupos sociais, transformou-se em um marco traumático e estruturante da memória histórica de Volta Redonda.

Com o intuito de detalhar essa dinâmica, o encerramento deste capítulo dedicar-se-á a exemplificar outros casos de desrespeito aos direitos humanos, de modo a deixar claro as consequências da ditadura tanto na realidade local quanto no contexto expandido do Sul Fluminense.

Para além de exemplos de violações do operariado, a Comissão Municipal da Verdade (CMV) catalogou outros casos emblemáticos que expõem a pluralidade de atores sociais atingidos pela violência estatal em Volta Redonda. Apresenta-se, a seguir, um panorama geral dessas ocorrências, priorizando sua relevância histórica em detrimento de um detalhamento exaustivo neste momento. O objetivo desta síntese é preparar o terreno para o capítulo seguinte desta dissertação, no qual esses casos de violação de direitos humanos serão articulados à proposta de elaboração de circuitos de 'aulas-passeios'. Tais circuitos pretendem mobilizar lugares e memórias sensíveis da classe trabalhadora de Volta Redonda, conectando-os ao ensino de História e à abordagem de temas sensíveis.

Um segundo caso marcante foi o indiciamento do chamado Grupo dos 11. O Grupo dos 11 Companheiros foi uma proposta de Leonel Brizola²⁹ que, após a vitória da Rede da Legalidade, como governador do Rio Grande do Sul em 1961, teve uma iniciativa de organização popular e de resistência diante da instabilidade política do período que antecedeu o Golpe Civil-Militar de 1964.

Brizola utilizava a Rádio Mayrink Veiga, no final do ano de 1963 e nos primeiros meses de 1964 para divulgar e mobilizar os grupos dos onze em todo país. Sua proposta consistia em formar núcleos de base com 11 membros cada, espalhados por bairros, fábricas e áreas rurais, com o

²⁹Leonel Brizola (1922-2004). Governador do Rio Grande do Sul e posteriormente deputado federal, foi a principal liderança política de sustentação ao governo João Goulart pela ala esquerda do PTB. Liderou a Campanha da Legalidade em 1961 e, em 1964, foi um dos defensores mais enfáticos da resistência institucional e popular contra o golpe militar, sendo cassado e exilado logo nos primeiros dias do novo regime.

objetivo de mobilizar trabalhadores, estudantes e camponeses em defesa das Reformas de Base do governo João Goulart (reforma agrária, educacional, urbana, tributária e bancária).

Brizola defendia que esses grupos funcionassem como uma espécie de células de propostas políticas, capazes de pressionar as elites e garantir a implementação das reformas sociais e estruturais. Em síntese, o Grupo dos 11 representou uma tentativa de organização popular autônoma diante da ameaça das forças conservadoras, expressando o radicalismo político de Brizola e o clima de polarização social e ideológica da época.

Em Volta Redonda, após o desfecho do Golpe de 1964 com a repressão aos trabalhadores por determinação do Diretor do Departamento de Polícia Social (DPS) da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, instaurou-se um Inquérito Policial para apurar as responsabilidades criminais contra a Lei de Segurança Nacional (Lei 1802 de 5 de janeiro de 1953). Cumpriram seis meses de prisão, três dos cinco acusados de participação do grupo dos 11 que também ficaram marcados na chamada “lista suja” para que não fossem mais empregados.

Um terceiro caso destacado refere-se ao IPM N°7478/64, relacionado às “atividades subversivas” do PCB na Região Sul-Fluminense, o 1º BIB da cidade de Barra Mansa arrolou 61 pessoas em um inquérito que investigava uma organização estruturada com financiamento e atividades dos membros do PCB na região, membros das cidades de Barra Mansa, Volta Redonda, Barra do Piraí e Pinheiral (Piraí). Todas estas pessoas foram acusados de crime contra a Segurança Nacional e considerados “Subversivos de alta periculosidade” (Granda, 2021).

Destaca-se que dentre as pessoas indiciadas nesse IPM encontravam-se líderes de importância nacional: Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Wladimir Pomar, que foram condenados a dez anos de prisão.

Percebe-se assim a importância política da região e de suas estratégias de mobilização com o campo industrial de trabalhadores, monitorados pelas forças repressoras no processo de consolidação da Ditadura Empresarial-Militar, iniciada com o Golpe de 64.

2.8 Um bispo em defesa da classe trabalhadora

Para compreender a dinâmica das violações e resistências ora discutidas, torna-se imprescindível voltar a destacar o papel de Dom Waldyr Calheiros de Novais. A presença do bispo na historiografia local é marcante, especialmente por sua liderança frente aos conflitos sociais que permearam a relação entre a Igreja Católica, a classe trabalhadora e o aparato repressivo. Dom Waldyr Calheiros de Novais, um bispo católico, nascido em Murici (AL), teve

sua formação marcada pela tradição católica e pela influência da renovação pastoral que se intensificava no contexto do Concílio Vaticano II e na Conferência Latino-Americana de Medellín, na qual a Igreja da América Latina declarava sua opção pelos pobres. Foi bispo auxiliar do Rio de Janeiro de 1964-1966. Passou a residir na cidade de Volta Redonda a partir do ano de 1966, tendo sido o quinto bispo da Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda.

Dom Waldyr destacou-se por sua defesa intransigente dos trabalhadores, dos sindicatos e dos Direitos Humanos. Ficou conhecido como o “bispo dos operários”, pois abriu a Igreja local, no espírito do Concílio Vaticano II e da implantação das Comunidades Eclesiais de Base, para o diálogo com os movimentos populares, denunciou as violações da Ditadura Civil-Militar na Região Sul Fluminense, acolheu perseguidos políticos, apoiou greves e criticou abertamente a repressão policial.

Durante os anos mais duros da ditadura, sofreu perseguições, foi vigiado pelos órgãos de segurança e alvo de inquéritos militares. Ainda assim, denunciou as diversas violações de Direitos Humanos e mortes em quartéis militares da região.

No momento pós ditadura, período da redemocratização, destacou-se notoriamente no “Massacre de Volta Redonda” (1988), quando três operários da CSN foram mortos pelo Exército durante uma greve. Sua atuação o consolidou como símbolo da Igreja progressista brasileira, associado pastoralmente à Teologia da Libertação e à defesa dos pobres. Dom Waldyr permaneceu à frente da diocese até 1999 e faleceu em 2013, deixando um legado de luta pela justiça social, pela democracia e pelos direitos humanos.

Anteriormente à chegada de Dom Waldyr, a Igreja local de Volta Redonda não apresentava características de enfrentamento ou denúncias frente as questões de violação. Na figura do bispo anterior, Dom Altivo Pacheco, a igreja se demonstrava mais conciliadora aos poderes locais constituídos e mais voltada as suas questões internas.

As posturas pastorais foram se modificando com o novo estilo pastoral de Dom Waldyr e assim despontaram novos grupos e movimentos eclesiais mais ligados à nova forma de atuação da Igreja Católica local: dentro das propostas de abertura do Concílio Vaticano II. Portanto, os seguintes episódios corresponderão de certa forma com as novas relações de enfrentamento de questões entre a Igreja local e as repressões de Estado implementadas pelas Forças Armadas.

Dentre os grupos que surgiram a partir da nova forma de ser, podemos destacar alguns que já vinham apresentando uma proposta de abertura para as questões sociais, mesmo antes da chegada de Dom Waldyr, porém sem muito apoio do bispo anterior, são eles: Juventude Operária Católica (JOC), Associação Católica Juvenil (ACJ), Comunidade Jovens Cristãos

(CJC), Juventude Agrária Católica (JAC) e a Juventude Diocesana Católica (JUDICA), que marcaria uns dos primeiros embates entre a Igreja e as forças da repressão na região.

No ano de 1967, quatro jovens ligados à JUDICA foram responsáveis por jogarem panfletos pelas ruas de Volta Redonda, denunciando as contradições econômicas, as carestias sociais do Brasil; estes quatro jovens utilizavam uma Kombi, que estava no nome da diocese. Militares em patrulha tiveram acesso ao panfleto e em seguida prenderam os jovens, que foram indiciados através do IPM 1.407/67, presos por 30 dias sem direito a comunicação no 1ºBIB em Barra Mansa; a Kombi também foi apreendida e o episódio da prisão dos jovens colocou a Diocese e o bispo em posição de conflito com o Exército .

Nas vésperas do 1º de maio de 1968 houve um outro exemplo, agora envolvendo dois militantes da Ação Popular (AP) em Volta Redonda. O IMP nº 576/68 foi instaurado em 1968 pelo 1º Batalhão de Infantaria Blindada como parte da repressão militar contra militantes da organização Ação Popular, movimento de inspiração cristã e socialista que atuava fortemente junto a estudantes, operários e setores da Igreja em Volta Redonda e na região.

No mesmo ano de 1968, veio a imposição do Ato Institucional nº 5, o AI5; em 13 de dezembro desse mesmo ano, houve um endurecimento do regime e o aumento das violências que culminaram em desaparecimentos, aumento de casos de torturas e assassinatos por todo o país. Tudo isso deixava claro que o peso da violência de Estado aumentava sobre os movimentos de resistência, sindicatos, estudantes, setores da Igreja progressistas e intelectuais. Alguns setores da resistência optaram pela radicalização por meio da luta armada como forma de derrubar o regime.

Na cidade de Volta Redonda, a exemplo das greves de Osasco e Contagem, com a vitória da “Chapa Azul” o sindicato buscava o caminho para assumir a direção; esta chapa fora apoiada por intelectuais locais, militantes do PCB e da AP, e pelo próprio Dom Waldyr Calheiros, contudo a chapa foi desmantelada e esta seria a terceira intervenção que o sindicato dos metalúrgicos sofrera, dessa vez, porém, sob os efeitos do AI.5.

Ocorreu então a “Operação Gaiola” que, de uma só vez, prendeu 40 pessoas, dos quais 10 sindicalistas, 11 pessoas presas nos primeiros IMPS da CSN, bem como membros do PCB e pessoas ligadas ao movimento “Justiça e Paz” da diocese, como artistas de teatro, intelectuais e um estudante. Conforme destaca Granda:

Após serem presos e ficarem incomunicáveis por um certo tempo no 1ºBIB em Barra Mansa, finalmente receberam uma visita de Dom Waldyr. Depois de prestarem depoimentos, foram sendo postos em liberdade. Três dos libertados por tentarem reassumir a direção do sindicato causaram a ira do comandante do 1ºBIB. O primeiro a ser preso foi levado para o batalhão em Barra Mansa e barbaramente torturado na

instalação chamada de “Arquivo” com choques e afogamento, tendo sido inclusive amarrado e lançado ao rio Paraíba do Sul (Granda, 2021, p.298).

O IPM n.853/69 tentou incriminar Dom Waldyr Calheiros e 16 padres próximos ao seu trabalho na diocese, este seria o sétimo caso de violação dos Direitos Humanos acarretado pelo caso anterior. Dom Waldyr visitou na prisão o operário Genival Luiz da Silva, terrivelmente torturado nas instalações do 1º BIB, comprometendo definitivamente a sua relação com o comandante do primeiro batalhão o com o coronel Armênio Pereira Gonçalves. A partir deste momento, a Diocese como instituição e a pessoa de Dom Waldyr travariam diversos embates e conflitos, nos quais o religioso se tornaria uma figura de grande enfrentamento direto às forças repressivas da região.

O capítulo subsequente apresentará de maneira mais aprofundada alguns episódios específicos que configuram as chamadas 'memórias sensíveis' e seus respectivos marcos espaciais em Volta Redonda. Todavia, precede a essa análise a necessidade de resgatar o emblemático gesto de resistência de Dom Waldyr Calheiros: sua recusa categórica em celebrar a missa comemorativa ao aniversário do Golpe de 1964, ato que simbolizou a ruptura de setores da Igreja local com a narrativa oficial do regime.

A tensão entre a diocese e o aparato repressivo intensificou-se por ocasião das comemorações do vigésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A representação teatral realizada na Igreja de Santa Cecília foi alvo de intervenção militar, culminando no encarceramento dos atores sob a justificativa de subversão. Diante desse cenário, Dom Waldyr Calheiros autodeclarou-se preso no 1º BIB de Barra Mansa e usou sua autoridade eclesiástica como moeda de troca para garantir a soltura dos integrantes do espetáculo.

Os próximos exemplos demonstram ainda mais as violações de Direitos Humanos, agora já nos anos 70, e casos que deixaram marcas profundas das formas de violência de Estado em Volta Redonda. Tais episódios apontam para a continuação das práticas de torturas e o cometimento de assassinatos: c o IPM nº 65/70 investigou a prisão e tortura de jovens militantes da Juventude Operária Católica (JOC).

2.9 Tortura e morte no quartel como tema sensível

Um impactante tema sensível na História de Volta Redonda está relacionado ao IPM nº 17/72 . Prisões, Torturas, Mortes e Ocultação de Cadáveres no 1º BIB relatadas na Comissão Municipal da Verdade; trata-se do assassinato de quatro soldados no quartel do 1º BIB, na cidade de Barra Mansa em 1972, destacando como esse espaço foi um verdadeiro palco de violações aos Direitos Humanos, conforme também destaca Poll e Lamdim:

Dentro do 1º BIB, há um local chamado de “Arquivo”, por ex-presos políticos. Construído em 1969, o local, que conta com um salão, duas celas surdas e sanitários, foi construído justamente com o intuito de isolar os presos políticos da ditadura, ainda mais por encontrar-se afastado cerca de 300 metros das instalações principais do batalhão e intercalado por ruas e prédios. Devido à localização e distância, todos os sons produzidos no interior do “arquivo” eram inaudíveis em seu exterior (Centro De Memória Do Sul Fluminense, 2019). O local funcionou como palco de violações de Direitos Humanos até o ano de 1972 (BEDÊ, 2015), quando foi transformado em 22º Batalhão de Infantaria Motorizada - 22º BIMtz devido aos graves escândalos de torturas e mortes, como o assassinato de quatro soldados nas dependências do batalhão. Renomear o batalhão também parece ter sido uma estratégia para impor esquecimento aos fatos ocorridos no local (Poll e Lamdim, 2021, p.57).

Os soldados que foram mortos sob tortura eram residentes da cidade de Volta Redonda e prestavam serviço na unidade militar da cidade vizinha, Barra Mansa. O caso chama a atenção pelo fato de que os torturados e assassinatos eram agora membros das fileiras militares e filhos de trabalhadores da CSN. Conforme Serbin, os fatos se deram da seguinte forma:

sob a alegação de estarem investigando uso ilegal de drogas, oficiais do Serviço de Informações no 1º BIB detiveram os soldados Geomar Ribeiro da Silva, Juarez Monção Virote, Roberto Vicente da Silva e Wanderley de Oliveira. Os quatro morreram de uma variedade de tortura. Tinham apenas dezenove anos. Os assassinos algemaram suas vítimas, socaram-nas com as mãos enluvadas, chicotearam-nas com cintos e fios elétricos, furaram suas unhas, queimaram seus dedos, bateram nelas com um cano de ferro e uma palmatória com dimensões de um tacape de índio, aplicaram-lhes choques elétricos, submeteram-nas ao suplício das latinhas e usaram uma prensa manual para esmagar os pés dos soldados e as cabeças de Vicente e Geomar. Para encobrir o crime, simularam uma cena de fuga, afirmando Wanderley e Monção desertaram após terem matado os outros dois. Na realidade, os criminosos decapitaram o corpo de Wanderley e o jogaram dentro de uma represa; queimaram e despejaram o corpo de Monção em Bananal, estado de São Paulo (Serbin, 2001, p. 358).

A denúncia pública proferida por Dom Waldyr Calheiros foi o fator determinante que impediu o ocultamento das execuções, compelindo o Exército a instaurar investigações sobre a prática sistemática de tortura em suas dependências. Ao analisar o episódio, Kenneth Serbin destaca a gravidade do fato de as Forças Armadas torturarem e executarem seus próprios membros. Para o autor, o caso do quartel de Barra Mansa tornou-se um marco da ditadura ao revelar as fissuras e a violência desmedida do aparato repressivo, que não poupava sequer as fileiras militares.

A cidade que fora nomeada como de “aço,” viveu marcas oficiais de controle e vigilância. Volta Redonda foi declarada uma Área de Segurança Nacional (ASN) pelo decreto-Lei nº1.273 de 1973, medida tomada durante os duros anos da Ditadura Empresarial-Militar, que resultou na suspensão da eleição direta para prefeito na cidade, que passou a ser nomeado pelo governo estadual, visando garantir o controle da cidade e da usina, os prefeitos nomeados neste período foram chamados de prefeitos biônicos e essa condição de Área de Segurança Nacional foi mantida até o ano 1985.

2.10 Volta Redonda: uma transição democrática em face de uma ditadura tardia no massacre a três operários mortos em 1988

A transição democrática brasileira, conduzida a partir do final da Ditadura Empresarial-Militar, foi marcada pela ideia de uma “redemocratização tutelada”, isto é, controlada pelas próprias Forças Armadas e por setores civis aliados ao regime. Longe de representar uma ruptura imediata com o autoritarismo, esse processo se estruturou no lema da “abertura lenta, gradual e segura”, tese formulada ainda no governo Geisel (1974-1979), que buscava garantir que a mudança ocorresse sob o controle dos militares e sem riscos de responsabilização pelos crimes cometidos durante os anos de repressão.

Assim, a volta das liberdades políticas e a reorganização da sociedade civil ocorreram de forma progressiva limitada, impondo ao processo democrático marcas da tutela autoritária que condicionaram tanto a Constituição de 1988 quanto as lutas por memória, verdade e justiça no Brasil.

A saída dos militares do poder, consolidada com a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985 e após sua morte, a posse de José Sarney, deixou o Brasil em uma situação de profunda crise econômica. O país carregava uma pesada dívida externa, fruto da política de endividamento dos anos 1970, e enfrentava uma inflação descontrolada, que corroía salários e gerava instabilidade social. Politicamente, a transição foi marcada pela vigência da Lei da Anistia de 1979, formulada de modo a garantir silenciamento e impunidade aos agentes da repressão, ao mesmo tempo em que simbolizava uma conciliação entre grupos políticos para evitar rupturas mais profundas.

Nos anos seguintes, já sob governos civis, o país passou a experimentar uma guinada rumo ao neoliberalismo, especialmente a partir da década de 1990, com a adoção de políticas de abertura econômica, privatizações e ajustes fiscais. Assim, a redemocratização brasileira se deu em um contexto ambíguo: recuperava-se a vida democrática, mas sob os limites herdados de um autoritarismo não plenamente enfrentado, e de uma economia profundamente fragilizada que impactava profundamente as condições materiais da classe operária brasileira e impulsionava os abismos gigantescos da desigualdade social que assolaria o país.

Nesses anos iniciais da transição democrática destacamos também as origens do "novo sindicalismo". Este foi um movimento sindical brasileiro surgido nas greves do ABC Paulista em 1978, marcado pela autonomia em relação ao Estado e aos partidos políticos, forte organização de base, combate ao imposto sindical e ao peleguismo³⁰. O novo sindicalismo

³⁰ O termo “**peleguismo**” deriva da palavra “pelego” — a pele de carneiro colocada entre a sela e o lombo do cavalo para amortecer o atrito e tornar a montaria mais confortável para o cavaleiro. No contexto político-sindical

representou uma ruptura com o sindicalismo anterior, mais paternalista e preso à estrutura corporativista, e foi fundamental na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT).

O artigo com a pesquisa publicada “Informe Público” *in* “CSN de mãos dadas com a violência de Estado”, produzido por diversos pesquisadores do Sul Fluminense, destaca os ciclos de greves que demarcarão a história da classe operária em Volta Redonda frente ao período da chamada transição democrática com a continuidade da repressão e do aparelhamento entre a CSN e o Estado, relação que cultivava resquícios dos autoritarismos e violações aos direitos da classe trabalhadora. Assim destaca a pesquisa:

O ciclo de greves operárias, que se inicia em 1979, com a chamada greve dos Peões, e se estende até 1993, momento da privatização da empresa, constitui um dos contextos mais conhecidos, devido à efervescência do movimento sindical e, em consequência, à virulência da ação repressiva que culminaram em diversas violações aos direitos humanos praticadas por ação direta da empresa, das Forças Armadas e do poder executivo (CAAF/UNIFESP, 2022, p.99).

A greve dos Peões, nos anos 1979, marcou o início desse ciclo, apresentando um elemento inédito até aquele momento, ela trouxe a articulação de trabalhadores terceirizados e não dos funcionários diretos da CSN. Essa greve reuniu os trabalhadores das empreiteiras que prestavam serviço para a CSN e estavam com suas remunerações atrasadas; eles eram submetidos a péssimas condições de trabalho - como comida estragada, forte vigilância dos locais de trabalho e do acampamento onde ficavam alojados, bem como à inclusão de seus nomes em “listas sujas”.

Anterior à Greve de 1988, outras cinco intervenções militares ocorreram no interior da usina (1979, 1984, duas greves em 1986 e 1987).

A marcante e emblemática Greve de 1988, se destacou nesse período por causa do assassinato de três operários no interior da CSN, devido à ação do Exército e sobretudo pela forte mobilização que envolveu toda a cidade. Esta greve se inseriu em um contexto mais amplo por causa do forte apoio das Comunidades Eclesiais de Base (Cebs) e dos Movimentos Populares que representavam uma base muito importante do Novo Sindicalismo e se conectavam com sindicatos de diversas categorias

Diante deste cenário, Granda (2021) interroga se Volta Redonda ainda vivia a Ditadura Civil-Militar continuamente tardia mesmo no período de redemocratização e destaca que:

brasileiro, a expressão surgiu durante o governo de Getúlio Vargas para designar os líderes sindicais que, em vez de representarem genuinamente os interesses dos trabalhadores, atuavam como intermediários para amortecer os conflitos entre a classe operária e o Estado (ou o patronato).

apesar da força da greve com a intervenção das tropas do 22ºBIMtz a direção do sindicato convenceu a categoria A encerrar o movimento argumentando com a Vitória da capacidade de organização. Nas greves dos anos subsequentes por campanha salariais específicas e/ou em greves gerais contas desastrosas políticas econômicas do governo de José Sarney, o exército interveio violentamente. Isso resultava da atuação conjunta da direção da empresa (com anuência de Brasília) com o 22ºBIMtz. Destacamos aqui a continuidade da atuação da ASI/CSN com todos esses episódios mesmo quando a cidade deixou de ser entre "área de segurança nacional" em 1985. Pergunta-se: em Volta Redonda a ditadura civil militar continuava tardiamente? (Granda, 2021, p.304).

O trágico episódio da invasão do Exército e da tropa de choque da Polícia Militar nas dependências da CSN, com tanques de guerra, bombas, fuzis e metralhadoras, resultou no assassinato, em 9 de novembro de 1988, de três operários no interior da usina: William Fernandes Leite, Valmir Freitas Monteiro e Carlos Augusto Barroso, os dois primeiros baleados de fuzil e Barroso teve seu crânio esmagado por coronhadas de fuzil. Em consonância com a tese de Granda (2021), afirmamos ser essa ação violenta do Estado brasileiro em continuidade uma ditadura tardia uma contradição tendo em vista o tão recente do lançamento da Constituição Federal de 1988.

A Cidade parou! Os movimentos sociais de base e as comunidades eclesiais sob a liderança de Dom Waldyr Calheiros organizaram grandes mobilizações frente a esse duro golpe no interior da chamada “Nova República”, o início histórico da redemocratização brasileira que mantinha as velhas repressões autoritárias aos trabalhadores deste país.

Posteriormente, mais três greves envolveriam os trabalhadores da CSN (1990, 1992 e 1993), dando mostras dos embates estabelecidos entre trabalhadores, empresa e Estado, que culminaram em uma série de violações dos direitos dos trabalhadores e de suas famílias.

A Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda elencou um total de 14 casos de violações, sendo o 13º caso a morte suspeita do prefeito Juarez Antunes, que havia marcado a trajetória da luta operária como grande liderança sindical através da Central Única dos Trabalhadores - CUT; ele foi deputado federal constituinte pelo PDT e eleito prefeito municipal no final de 1988, no entanto, após dois meses da posse como prefeito, ele sofreu um grave acidente automobilístico que foi fatal. A Comissão indicou que as investigações de sua morte fossem revistas, pelo fato de seu nome e do nome de Dom Waldyr figurarem em listas de execução dos grupos pós ditadura, os chamados de esquadrão da morte.

O último caso, diz respeito ao ocorrido em 1º de maio de 1989: Volta Redonda viveu um episódio marcante de violência simbólica com a implosão do monumento em homenagem aos três operários mortos na greve da CSN de 1988, erguido na Praça Juarez Antunes e projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. A ação, realizada com artefatos explosivos pelo Exército, ocorreu no dia do Trabalhador, e representou, desta forma, uma violenta maneira de apagar da

memória coletiva um símbolo de resistência e luta da classe operária local. Este atentado contra a memória local revelou os resquícios do autoritarismo mesmo após o fim formal da ditadura e deixou evidente as tensões entre trabalhadores, e as forças ocultas do Estado, que davam continuidade às violações de direitos.

Na década de 1990, Volta Redonda vivenciou um período de profundas transformações, marcadas pela adoção das pautas neoliberais no Brasil, com a inclusão as Companhia Siderúrgica Nacional no Plano Nacional de Desestatização do então Presidente Fernando Collor; como um grande impacto concretizou-se a privatização da CSN. O processo foi concluído sob a gestão do Presidente Itamar Franco, através de um leilão realizado em abril de 1993. Esse processo resultou em desemprego em massa, precarização das relações de trabalho e enfraquecimento do movimento sindical, na cidade historicamente combativo. Ao mesmo tempo, a retração da atividade industrial e a falta de alternativas econômicas contribuíram para o aumento das desigualdades sociais e da violência urbana, configurando um novo cenário de tensões e desafios para os trabalhadores e para a própria identidade operária de Volta Redonda.

O processo de privatização da CSN, sob a égide do neoliberalismo dos anos 1990, representou uma ruptura traumática na trajetória social de Volta Redonda. O novo modelo econômico colapsou a capacidade de resistência do sindicalismo combativo, promovendo uma retração das lutas populares que outrora desafiavam as estruturas de poder. Essa erosão do capital político do operariado facilitou a ascensão de uma subjetividade conservadora e individualista. Como resultado, observa-se uma despolitização latente na malha social, cujos efeitos de precarização e perda de horizontes emancipatórios ecoam na configuração política e nos conflitos de memória que atravessam a cidade atualmente.

Conclui-se que, ao percorrer a trajetória histórica de Volta Redonda tendo como recorte suas origens e sua relação com a implantação da CSN e chegando às transformações ocorridas nos anos 1990, buscou-se evidenciar como a “Cidade do Aço” foi um espaço marcado por contradições, tensões sociais, políticas e, sobretudo, por experiências traumáticas vividas nos anos da Ditadura Empresarial-Militar do Brasil.

Mais do que um simples recorte cronológico, este panorama permitiu compreender como o desenvolvimento econômico empresarial, em parceria com a repressão política do Estado brasileiro e posteriormente com a continuidade repressiva pós-ditadura, somados às pautas neoliberais impactaram profundamente a vida da classe operária e deixaram profundas marcas na memória coletiva da cidade.

O panorama histórico aqui delineado revela as marcas da violência de Estado e as tensões sociais que em Volta Redonda não se restringem ao passado; elas permanecem inscritas

no tecido urbano, nos monumentos e nas narrativas que, embora muitas vezes silenciadas por discursos conservadores contemporâneos, demandam ressignificação.

Considerando esse panorama, o capítulo subsequente volta-se ao exame das memórias sensíveis da classe trabalhadora e à identificação de seus respectivos lugares de memória, elementos centrais para a compreensão das disputas narrativas em Volta Redonda.

No terceiro capítulo deste trabalho, apresentaremos o embasamento teórico e metodológico que permitem articular os conceitos de “Memórias Sensíveis”, “Lugares de Memória” e “Aula-Passeio”.

A partir dessa tríade conceitual, apresenta-se a elaboração de um circuito de itinerários pedagógicos pelos espaços de memória selecionados em Volta Redonda, configurando a proposta de “Aula de História na rua”.

Essa proposição pedagógica, cerne desta dissertação, visa instrumentalizar o ensino de História por meio da experiência sensível e da ocupação do espaço urbano, transformando a cidade em um laboratório vivo de investigação histórica e de reafirmação das identidades coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras.

A proposta central consiste na elaboração de um circuito de aulas-passeios como estratégia metodológica para o ensino de História.

Assim, ao abordar esses temas sensíveis, busca-se aproximar os estudantes das experiências locais, estimulando-os a realizar uma reflexão crítica sobre o nexos entre memória, espaço e identidade social, com vistas a uma consciência histórica comprometida com a defesa dos Direitos Humanos.

CAPÍTULO 03: VER É LEMBRAR E LEMBRAR É AGIR – MEMÓRIAS SENSÍVEIS E LUGARES DE MEMÓRIAS NA AULA PASSEIO DA CIDADE DO AÇO

“Se compreender é impossível, conhecer é necessário, porque o que aconteceu pode voltar. As consciências podem ser novamente seduzidas e obscurecidas: as nossas também.”

(Primo Levi em: *É isto um homem?* 1988)

Em 2014, a Câmara Municipal de Volta Redonda aprovou, por unanimidade, o Projeto de Lei, de autoria do então vereador José Jerônimo, que propunha a alteração denominativa da ponte entre os bairros Aterrado e Niterói. A substituição do nome do ex-presidente Emílio Garrastazu Médici pelo de Dom Waldyr Calheiros constitui um desdobramento das políticas de memória e verdade, atendendo às recomendações da Comissão Municipal da Verdade local em articulação com o Ministério Público Federal.

A alteração legislativa foi impulsionada por um abaixo-assinado que reuniu mais de 2.300 assinaturas, de acordo com o Jornal A Voz da Cidade. Ao endossar a proposta, o MPF reiterou o caráter de reparação simbólica às vítimas e à sociedade civil frente ao período ditatorial. A substituição oficial da placa ocorreu em 2023, consolidando um ato de justiça de transição no município. Segundo o Jornal A Voz da Cidade (2023):

Ao ser informado sobre a recolocação da placa, o autor da indicação em 2014, o Procurador da República (MPF), Júlio Araujo, agradeceu e lembrou da luta do bispo Dom Waldyr Calheiros em favor dos necessitados não só em Volta Redonda, mas em toda a região. “Agradecemos os parlamentares que fizeram a indicação e ao Executivo pela confecção e instalação da placa. Também ao engenheiro Jerônimo, servidor, ex-vereador, autor da lei da mudança do nome da ponte. Agradecemos a todos os envolvidos nessa mudança”, concluiu o procurador (A Voz da Cidade, 1º de nov., 2023).

A renomeação da ponte que liga dois lados da cidade com diferenças históricas e sociais configura uma importante medida de justiça de transição no âmbito local. A substituição da nomenclatura — que anteriormente exaltava um expoente dos 'anos de chumbo', período de intensa repressão no município — pelo nome de Dom Waldyr Calheiros simboliza uma inversão narrativa. Enquanto o antigo patrono representava o aparato estatal violento, o bispo notabilizou-se pela resistência e denúncia das violações de direitos humanos.

Entretanto, a defasagem de nove anos entre a aprovação do projeto (2014) e sua execução (2023) revela as resistências e obstáculos burocráticos enfrentados pelas políticas de memória no Brasil, onde a reparação simbólica frequentemente tramita com lentidão perante as instâncias do Estado.

3.1 O ocultamento das memórias sensíveis: impunidade e esquecimento

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei n.º12.528, de 18 de novembro de 2011, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff e instituída formalmente em 16 de maio de 2012; seu objetivo consistia em apurar as graves violações de direitos humanos que ocorreram no Brasil entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, período que abrange a Ditadura Empresarial- Militar e o início da redemocratização.

A Comissão formulou 29 recomendações para que o Estado pudesse promover justiça com relação aos crimes ocorridos no período, reparar simbólica, financeira e psicologicamente as vítimas e reformar suas instituições, aperfeiçoando a democracia e visando a não repetição das violações de direitos humanos que ocorreram no período.

Como parte da fragilidade da transição democrática no Brasil, há o exemplo de que a articulação de políticas de reparação histórica desencadeou tensões que comprometeram a estabilidade do mandato de Dilma Rousseff. A trajetória da ex-presidenta, marcada pela resistência à ditadura militar e pela experiência direta como uma vítima da violência de Estado, foi instrumentalizada pela oposição de extrema-direita por meio de narrativas deslegitimadoras.

Ao rotulá-la de 'terrorista' e empregar estratégias de violência política de gênero, esses setores catalisaram um processo de erosão democrática que culminou no desfecho de 2016.

O processo de impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, fundamentou-se em acusações de "pedaladas fiscais", mas foi marcado por um clima de intensa polarização política e controvérsias sobre a natureza jurídica do afastamento. Durante a votação na Câmara dos Deputados, o caráter técnico deu lugar a discursos ideológicos inflamados, exemplificados pelo voto do então deputado Jair Bolsonaro. Ao dedicar sua decisão à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, reconhecido pela Justiça como torturador durante a ditadura militar e responsável por abusos contra a própria Dilma, Bolsonaro protagonizou um dos momentos mais simbólicos de afronta aos direitos humanos e às instituições democráticas no plenário.

Na América do Sul, países como Argentina, Chile e Uruguai se destacaram por seus processos de justiça de transição, resultando na condenação de ex-agentes e oficiais das ditaduras militares. Esses processos envolveram julgamentos, reconhecimento de responsabilidade estatal e reparações simbólicas e financeiras às vítimas

Nas últimas décadas, a historiografia e a sociologia brasileiras têm observado a ascensão de segmentos sociais que articulam discursos de matriz autoritária e apoiam projetos políticos de inclinação neofascista, os quais frequentemente promovem a revisão apologética da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985).

Discute-se, nesse cenário, se a manutenção da impunidade amparada pela interpretação extensiva da Lei de Anistia de 1979, que dificultou a responsabilização jurídica de agentes do Estado por violações de direitos humanos, constitui um fator determinante para a atual escalada antidemocrática no país.

A Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, a Lei de Anistia, foi promulgada pelo General-Presidente João Batista Figueiredo após uma votação acirrada no Congresso Nacional, consolidando-se com uma margem estreita de 206 votos favoráveis contra 201.

O dispositivo legal contemplou indivíduos punidos por atos de exceção no período entre 1961 e 1979, entre eles parlamentares, religiosos, estudantes, sindicalistas, funcionários públicos e militares, mas também, agentes do Estado brasileiro que praticaram crimes de tortura e assassinatos nos porões da ditadura.

O benefício da lei que se estendeu aos agentes do Estado, responsáveis por crimes de tortura e execuções sumárias, estabeleceu uma equivalência jurídica entre vítimas e perpetradores, com isso, a referida lei institucionalizou a impunidade dos agentes que instrumentalizaram o aparato estatal para a violação sistemática de direitos fundamentais. Conforme a lei:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).

§ 1º Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.

§ 3º Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º (Brasil, 28 de ago.,1979).

Contudo, a persistência de 'feridas abertas' no tecido social brasileiro evidencia as limitações dessa conciliação imposta. A institucionalização da anistia recíproca engendrou um hiato na memória institucional e social do país, uma vez que a omissão jurídica não implica o apagamento dos fatos históricos. Conforme pondera Sussekind, “a história não apaga o que oculta”(2009, p.8), sugerindo que o silenciamento oficial das violações de direitos humanos não exige a sociedade de lidar com os resquícios autoritários que subjazem à redemocratização.

Esse ocultamento da memória leva ao fortalecimento de uma cultura de impunidade que beneficia aqueles que cometeram crimes contra os direitos humanos, ao mesmo tempo em que

deixa traumas e sofrimentos intransponíveis para aqueles que foram vitimados pelo regime autoritário implantado no Brasil.

Muitos continuam esperando pela possibilidade de enterrarem seus mortos, outros esperam indenização e reconhecimento por parte do Estado brasileiro dos crimes cometidos sob sua responsabilidade. Além disso, documentações produzidas pelos órgãos repressivos do Estado foram destruídas sistematicamente, outras guardadas em arquivos de instituições do Estado sob a insígnia de secreto (caráter eterno) e algumas ainda estão em arquivos particulares de ex-agentes da repressão.

Havia, desde a metade da década de 1970, uma mobilização nacional que clamava pela anistia ampla, geral e irrestrita. A lei não contemplou as pessoas condenadas por terrorismo, assalto e sequestro, no entanto, favoreceu os militares, incluindo os responsáveis pelas práticas de tortura. Desta forma, não houve investigação dos agentes dos órgãos de segurança envolvidos em atos ilegais contra presos políticos. É como se toda memória pudesse ser apagada sem o devido ajuste de contas com seu passado recente.

A professora Maria Guiomar da Cunha Frota comenta a transição democrática no Brasil, demonstrando como esse processo não alcançou, entre a maioria da sociedade brasileira, a importante temática do direito à verdade e à justiça:

A transição brasileira é caracterizada como uma transição lenta e gradual marcada por medidas pontuais liberalizantes implementadas a partir de meados da década de 1970, como eleições diretas para os governos estaduais, reforma partidária e lei de anistia. Essa transição culminou numa eleição indireta para presidente definida pela conciliação de forças representantes dos dois espectros, do ditatorial e do democrático. Este formato da transição inviabilizou a inclusão das reivindicações por verdade e justiça na agenda dos primeiros governos eleitos por via direta, pelo voto. Embora grupos de familiares e organizações de direitos humanos tenham lutado por um formato de anistia que possibilitasse a volta dos anistiados e a soltura dos presos políticos, o resultado foi uma lei restrita e que incluía a anistia para agentes das forças repressivas responsáveis pelas violações de direitos humanos, torturas, mortes e desaparecimentos. A temática do direito à verdade e à justiça não alcançou a opinião pública mais ampla (Frota, 2017, p.07).

Entretanto, mesmo com mais de sessenta anos decorridos desde o Golpe no Brasil (1964), há uma recusa por parte dos personagens em ver seus nomes atrelados a essa “página infeliz de nossa história”, como passagem de uma memória desbotada, como lembra bem o poeta Chico Buarque em sua canção *Vai Passar*, lançada em 1984.

Um passado que não foi submetido a uma revisão crítica e sistemática projeta vestígios indeléveis sobre o presente. A negligência institucional em relação ao legado autoritário fomenta um ambiente no qual grupos políticos institucionalizados sentem-se encorajados a articular discursos golpistas como alternativas viáveis, subvertendo os princípios fundamentais da democracia e da soberania popular. Sob essa perspectiva, a ausência de políticas de memória

eficazes não apenas silencia as vítimas, mas fragiliza o pacto democrático contemporâneo, permitindo que o autoritarismo remanescente atue como um vetor de instabilidade e de afronta às conquistas históricas da cidadania brasileira.

Considerando a conjuntura política brasileira contemporânea: em que medida uma proposta pedagógica centrada na análise das memórias traumáticas e da violência de Estado pode contribuir para a formação da consciência histórica de estudantes da Educação Básica, partindo das experiências de repressão vividas no espaço local durante o regime ditatorial?

Torna-se imperativo compreender as redes de significados que circundam esse domínio historiográfico, bem como as especificidades das operações didáticas no ensino de História. O objetivo central deste trabalho de pesquisa reside em estabelecer uma interlocução entre a produção historiográfica contemporânea sobre passados sensíveis e as práticas docentes, priorizando a mobilização dessas memórias como dispositivos pedagógicos eficazes para a compreensão do tempo presente.

Este capítulo tem, portanto, objetivo de discutir o conceito de memórias sensíveis e sua relevância para o ensino de História, destacando como o trabalho com essas memórias difíceis pode contribuir para a formação crítica dos estudantes do ensino básico ao problematizar experiências de silenciamento, violência e resistência.

Pretende-se articular essa reflexão ao debate sobre os lugares de memória nos quais a sociedade elabora sua relação com o passado; lugares estes compreendidos como espaços carregados de significados e disputas.

Nesse sentido, o capítulo pretende apresentar o mapeamento dos lugares de memória sensíveis de Volta Redonda vinculados à repressão da classe operária durante a Ditadura Empresarial-Militar, de modo a fundamentar a proposta de uma aula-passeio de História que permita aos alunos vivenciar, reconhecer e questionar essas marcas históricas no espaço local, relacionando-as às dimensões nacionais do período e fortalecendo a valorização da História local como eixo de ensino e aprendizagem.

O estudo com as memórias sensíveis de um passado de repressão em Volta Redonda revela-se como um caminho propício para a construção de aprendizagens que ultrapassem a mera transmissão de fatos históricos, mas que valorizem as memórias e trajetórias de mulheres e homens trabalhadores, membros de movimentos sociais e representantes da cidade do aço, possibilitando ao estudante refletir criticamente sobre as marcas de violência de Estado, silenciamentos e resistências inscritas no passado recente do Brasil, bem como se perceber como parte desta identidade local de resistências e enfrentamentos a modelos antidemocráticos.

Ao trazer para a sala de aula essas experiências dolorosas, traumáticas e sensíveis, cria-se um espaço de diálogo que não apenas resgata vozes e trajetórias marginalizadas e silenciadas, mas também orienta uma reflexão sobre a necessidade permanente de defesa dos direitos humanos e da valorização dos princípios essenciais da democracia e da justiça social, na busca por dignidade social e a participação cidadã.

O professor Enrique Serra Padrós enfatiza importantes dimensões da luta pela memória, que é multifacetada e envolve aspectos históricos, políticos, pedagógicos, éticos e sociais. A recuperação da história é essencial para entender os limites da repressão estatal e a necessidade de justiça.

A dimensão política envolve a análise das estruturas que surgiram durante a ditadura e suas implicações na democracia. A dimensão pedagógica é crucial para conectar gerações e evitar o esquecimento das lutas contra a repressão. A dimensão ética aborda a necessidade de punir crimes de Estado e garantir que a história não se repita. A dimensão social reflete a continuidade de práticas autoritárias e a impunidade que ainda persiste (Padrós, 2012 p.71).

Em última análise, mobilizar memórias sensíveis no Ensino de História implica converter o saber historiográfico em uma prática pedagógica comprometida com a formação da consciência ética e cidadã. Tal abordagem transcende a mera recordação do trauma; ela estabelece um compromisso com os estudantes, projetando um futuro democraticamente seguro. Ao mesmo tempo, essa prática assume um caráter reparador, confrontando as violações do passado para viabilizar a consolidação de uma sociedade que reconheça suas feridas como condição necessária para a sua própria superação.

3.2 Memórias sensíveis

A memória é o resultado de diversas experiências e envolve não apenas aquilo que lembramos pessoalmente, mas aquilo que a sociedade também considera como importante de ser lembrado ou de ser esquecido. Le Goff assim define o que é memória:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. (Le Goff, 1990, p. 476).

A memória produz significados para nossa história pessoal e pode auxiliar nosso relacionamento com o mundo e com outras pessoas. Ela exige esforço e trabalho e constrói o modo como sentimos e entendemos nossas experiências pessoais.

A memória individual é indissociável dos grupos sociais nos quais o sujeito está inserido. Nesse sentido, a construção de identidades coletivas fundamenta-se em memórias

compartilhadas e estruturadas a partir de experiências comuns. A memória deve ser entendida como uma construção social, moldada nas interações entre sujeitos, grupos e instituições ao longo do tempo.

A memória configura-se como um território de tensões, no qual o lembrar e o esquecer são objeto de constantes negociações. Esse processo dinâmico não apenas preserva legados, mas também evidencia as fraturas e as transformações que moldam a trajetória coletiva.

Nesse sentido, a memória ultrapassa a esfera da vivência pessoal e passa a desempenhar um papel fundamental na construção das identidades sociais, na transmissão de valores culturais e na elaboração de sentidos sobre o passado. Ao ser compartilhada, narrada e simbolicamente representada, a memória não apenas preserva experiências, mas também orienta ações no presente, reforçando sua dimensão política e pedagógica em diversas experiências sociais.

Ao contrário da história, a memória é um fenômeno subjetivo e socialmente construído. Ela é a manifestação viva das identidades, operando sempre em um terreno de disputas entre o que se escolhe recordar e o que se relega ao esquecimento. Já a história busca constituir-se como um campo de conhecimento crítico e científico, que analisa o passado de forma metodológica e contextualizada, incorporando tanto os registros quanto os silêncios produzidos ao longo do tempo. Enquanto a memória se ancora na afetividade, no espaço das emoções e no pertencimento, a história procura um distanciamento analítico e método e transforma lembranças em objeto de investigação.

“Penso que a história é bem a ciência do passado, com a condição de saber que este passado se torna objeto da história, por uma reconstrução incessantemente.(Le Goff(1990,p.25)

Pierrri Nora, também destaca como podemos entender que ao contrário da História, a memória busca examinar o passado, sem direcioná-lo à posteridade. Como nos esclarece Nora (1993), estes campos não são sinônimos, mas ao contrário, opõem-se:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulneráveis a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais (Nora, 1993, p.9).

Assim é importante destacarmos que não é possível concebemos a memória sem introduzi-la em um confronto de forças e sem entendermos também que, antes de qualquer coisa, a memória é um mecanismo de poder.

Maurice Halbwachs estabeleceu o conceito de "memória coletiva" para demonstrar que o ato de recordar e localizar lembranças é indissociável dos contextos sociais. Segundo o autor, a reconstrução do passado não ocorre no vácuo, mas baseia-se em marcos sociais que conferem

sentido à experiência. Assim, a memória transcende a esfera puramente individual, uma vez que as lembranças de um sujeito estão intrinsecamente ligadas aos grupos nos quais ele se insere

Ao tratar do processo de rememoração em outro momento, o sociólogo destaca o papel fundamental da memória coletiva:

Uma ou mais pessoas juntando suas lembranças conseguem descrever com muita exatidão fatos ou objetos que vimos ao mesmo tempo em que elas, e conseguem até reconstituir toda a sequência de nossos atos e nossas palavras em circunstâncias definidas, sem que nos lembremos de nada de tudo isso (Halbwachs, 2013, p. 31).

Uma vez feita uma prévia discussão teórica sobre o conceito e a diferença entre a memória e a história, delimitaremos aqui o conceito de “memórias sensíveis”. Elas serão abordadas nesse trabalho como instrumento metodológico da proposição didática que será apresentada após conclusão desse capítulo; o mesmo conceito será explorado como tema sensível, na centralidade da nossa aula de história e em campo direto nos espaços de memórias sensíveis em Volta Redonda; cabe esclarecer que esta temática está relacionada ao componente curricular Ditadura-Empresarial-Militar no Brasil (1964-1985).

As memórias sensíveis são definidas como aquelas memórias que se referem às lembranças ligadas a experiências traumáticas, violentas ou silenciadas, que permanecem como marcas incômodas no tecido social e desafiam as formas tradicionais de transmissão da memória histórica, bem como das memórias silenciadas e marginalizadas.

Essas memórias são memórias traumáticas, dizem respeito a episódios de repressão, violações de direitos humanos e sofrimentos coletivos que, muitas vezes, foram marginalizados pelos discursos oficiais. Ao serem trazidas ao espaço público e ao ensino de História, as memórias sensíveis não apenas resgatam vozes silenciadas, mas também promovem a reflexão crítica sobre os processos de exclusão e violência, e contribuem para a formação de uma consciência histórica comprometida com a justiça social, com os valores democráticos de uma sociedade e com a defesa dos Direitos Humanos. “As memórias traumáticas são aquelas que trazem sofrimento aos que passaram por violência e maus-tratos contra seus corpos e mentes” (Santos, 2021,p.297).

Reconhecemos que o trabalho com as memórias sensíveis é um exercício desafiante, porém diante das dificuldades enfrentadas no atual contexto de ameaças à manutenção do Estado Democrático de Direito no Brasil, se faz muito necessário esse trabalho com as memórias sensíveis de um passado recente e difícil de nosso país, e com um passado traumático e autoritário recente, ainda não claramente entendido pelas novas gerações de grande parte dos estudantes brasileiros. Um trabalho de memórias ajuda a reparar lacunas de silêncios que podem

ter gerado o obscurantismo na formação da “consciência histórica” de parte significativa da sociedade brasileira sobre seu passado com marcas autoritárias.

A categoria “trabalho de memórias” é um eixo central da importante obra *Los trabajos de la Memoria*, da socióloga e pesquisadora argentina Elizabeth Jelin, também ligada ao campo das memórias sensíveis. A professora, que além de promover a pesquisa nas áreas de direitos humanos, memórias da repressão, cidadania, movimentos sociais e família, também tem se dedicado a formar pesquisadores no campo das memórias da repressão política do Cone Sul.

Em *Los trabajos de la Memoria* (2002), Jelin analisa os vestígios das ditaduras na América do Sul da década de 60 a 80 e nos processos de restituição dos direitos na década de 90, no contexto dos processos de democratização atual do Cone Sul.

Seu trabalho destaca o caso da ditadura Argentina, em paralelo com os casos do Uruguai e do Chile, tocando alguns pontos de comparação com a ditadura do Brasil. Sua pesquisa também aborda o tema do Holocausto como momento paradigmático para o estudo das memórias da violência e da repressão política, fazendo um percurso pela Guerra Civil Espanhola.

Elizabeth Jelin é a autora que vem nos indicar a categoria “trabalho” para o campo das memórias e assim explica sua proposta:

Por qué hablar de trabajos de la memoria? El trabajo como rasgo distintivo de la condición humana pone a la persona y a la sociedad nun lugar activo y productivo. [...] Referirse entonces a que la memoria implica ‘trabajo’ es incorporarla al que hacer que genera y transforma el mundo social (Jelin, 2002, p. 14).

Para a autora, o trabalho da memória deve integrar-se ao fazer cotidiano, constituindo-se como um distintivo da condição humana e como um vetor de mudança. Nesse sentido, corroboramos com a proposta de Jelin ao adotar a perspectiva das 'memórias sensíveis' em Volta Redonda, visando articular o conhecimento histórico à transformação social.

Jelin constrói sua análise metodológica e propõe ferramentas para interpretar e contextualizar esquecimentos, silêncios e “buracos” da memória da repressão; isso deve ser feito tanto no meio dos movimentos de direitos humanos, das organizações da sociedade civil, quanto através do movimento “nunca mais”, dos processos judiciais contra os repressores das ditaduras e das transformações legais, judiciais e executivas dos Estados em transições para a democracia. Enfim, no contexto social de um passado que não quer passar, pois a memória insiste na sua presença.

Segundo Jelin, a memória é produzida quando há sujeitos que compartilham uma mesma cultura e agentes sociais que tentam materializar os diversos significados de um passado em variadas atividades culturais pensadas como transmissores da memória, como exemplo

desses transmissores há livros museus ou filmes. Assim, o estudo de memórias envolve referências a lembranças e esquecimentos, narrativas e atos, silêncios e gestos e, também, a lacunas e fraturas.

Este trabalho exercita a memória sobre as violações cometidas contra a classe trabalhadora em Volta Redonda, resgatando trajetórias de resistência em seus lugares de ocorrência. Mediante a realização de aulas-passeio, promove-se o contato dos estudantes com um passado sistematicamente negligenciado, sublinhando a relevância dessas memórias sensíveis na compreensão e no enfrentamento dos desafios políticos da atualidade. Jelin reforça:

Los hechos del pasado y la ligazón del sujeto con esse pasado, especialmente en caso traumáticos, pueden implicar una fijación, un permanente retorno: la compulsión a la repetición, la actuación, (acting-out), la imposibilidad de separarse del objecto perdido. La repetición implica um pasaje al acto. No se vive la distancia con el pasado, que reaparece y se mete, como un intruso e nel presente (Jelin, 2002, p. 14).

Há uma intromissão constante de certas violências do passado em nosso presente, como por exemplo a naturalização da violência policial do Estado no cotidiano das populações mais vulneráveis de nossas periferias, bem como o discurso violento e de ódio propagados por certos representantes políticos na atualidade, por isso selecionar as memórias sensíveis e os fatos históricos a elas relacionados no período ditatorial brasileiro, nos levaria a um exercício de reflexão com essas memórias para que seja possível analisar como um mal entendimento do passado contribui para processos de naturalização da violência do presente.

É preciso lembrar dos eventos traumáticos do passado, suas impunidades e silenciamentos e entender suas continuidades nas questões sensíveis do presente - ainda bastante violento - como marcas de repetição e ameaças aos direitos humanos, porém isso deve ser feito a partir das reflexões e operações com a memória em vista do compromisso de um futuro seguro e democrático que realmente apresente rupturas com os modelos repressivos do passado. Jelin nos ajuda a pensar nas continuidades e rupturas entre as ditaduras e nos frágeis regimes democráticos da atualidade.

Pensar no contexto atual significa pensar nos regimes democráticos fragilizados, em linhas de tensões políticas com as pautas de uma extrema-direita atual, que propõem políticas neoliberais com um forte apego ao mercado, uma forte violência policial com traços de penalização da pobreza e da etnicidade, com direitos civis ameaçados e com a discriminação das minorias. Neste contexto, cabe pensar nas continuidades e rupturas entre as ditaduras e os frágeis regimes constitucionais da atualidade.

Jelin nos recorda que não há uma única maneira de abordar a relação entre história e memória, e reforça a capacidade crítica que a memória pode ter no processo de investigação e

questionamento da história. Portanto, para nós as memórias sensíveis podem contribuir bastante para o estímulo da pesquisa científica no ensino de história como ferramenta de combate aos negacionismos e distorções referentes às violações do passado repressivo da ditadura brasileira. Conforme Jelin:

En síntesis, no hay una manera única de plantear la relación entre historia y memoria. Son múltiples niveles y tipos de relación. Sin duda, la memoria no es idéntica a la historia. La memoria es una fuente crucial para la historia, aun (y especialmente) en sus tergiversaciones, desplazamientos y negaciones, que plantean enigmas y preguntas abiertas a la investigación. En este sentido, la memoria funciona como estímulo en la elaboración de la agenda de la investigación histórica. Por su parte, la historia permite cuestionar y probar críticamente los contenidos de las memorias, y esto ayuda en la tarea de narrar y transmitir memorias críticamente establecidas y probadas (Jelin, 2002, p. 75).

Esse passado ditatorial recente, na visão da autora faz parte central da experiência do presente. O fato básico é que é impossível encontrar uma memória, uma visão e uma interpretação única do passado, pois para Jelin a luta política se dá sobre o sentido do passado e muitas vezes essa luta se coloca contra o esquecimento: “lembrar para não se repetir”.

A utilização de itinerários de aulas-passeio em espaços mapeados de memória em Volta Redonda permite aos estudantes o contato com a história da ditadura sob a perspectiva das memórias sensíveis, das “memórias subterrâneas”. Tais memórias são frequentemente situadas em zonas de silenciamento e disputa.

Nesse sentido, como destaca Michael Polak (1989), é preciso reconhecer as “memórias subterrâneas”, aquelas que resistem ao esquecimento imposto por instituições ou grupos dominantes e que, ao mesmo tempo, contestam versões oficiais da história. Michael Pollak destaca que:

As memórias subterrâneas não desaparecem, mas permanecem latentes, preservadas em grupos minoritários ou marginalizados. Em determinados contextos sociais e políticos, elas podem vir à tona, entrando em confronto com as narrativas dominantes e reconfigurando os sentidos atribuídos ao passado (Pollak, 1989, p. 6).

As memórias subterrâneas da ditadura Civil-Militar de Volta Redonda são vivas e, saindo da margem, podem confrontar diretamente os rasos discursos negacionistas sobre o mesmo período, por vezes disseminados entre nossos estudantes.

Esse trabalho passa pelo caminho das memórias esquecidas a partir da perspectiva dos conflitos que buscam reelaborar essas memórias coletivas em constante disputa; memórias sobre as quais parte da sociedade quer esquecer e conseqüentemente encaminhar situações de impunidade, e que, no entanto, parte da mesma sociedade deseja sejam lembradas para que não se repitam as violações e os abusos.

Trazer essas reflexões sobre a ditadura para a aula de História possibilita problematizar como diferentes sujeitos sociais –ex-presos políticos, torturados, familiares de desaparecidos, populações periféricas, sindicalistas, líderes religiosos – vivenciaram e narraram o período; essa prática amplia o debate para além das versões hegemônicas e permite que os nossos estudantes compreendam a memória como um espaço de disputa e construção social que promove importantes reflexões sobre a violação dos direitos humanos e naturalização da violência de Estado, e sobretudo a respeito de como esse processo contribuiu para a reprodução de narrativas que naturalizam as diversas violências do tempo presente.

3.3 Usos de memórias sensíveis no ensino de história

No campo do ensino de História, o uso das memórias como recurso pedagógico revela-se uma estratégia potente para ampliar a compreensão dos processos históricos. Tal abordagem permite articular experiências individuais e coletivas aos conteúdos escolares, conferindo sentido prático ao aprendizado.

Nesse contexto, busca-se transitar da perspectiva das memórias sociais para a das memórias sensíveis, com o intuito de transcender o processo formal da "ensinagem". O objetivo central dessas propostas reside em educar para a sensibilização e para a articulação de valores humanos, humanizando o objeto de estudo.

A incorporação dessas perspectivas possibilita, ainda, problematizar a relação intrínseca entre memória e poder. Ao favorecer que os estudantes compreendam o passado como um campo de tensões e múltiplas interpretações, estimula-se uma postura crítica diante da produção historiográfica, permitindo que os alunos se reconheçam como agentes históricos e herdeiros desses processos.

Atualmente, o diálogo entre Historiografia e Ensino de História busca superar as hierarquizações de valores legadas pelo passado. No Brasil, diversos grupos de pesquisa avançaram significativamente nessa correlação. Um exemplo notável é o grupo de pesquisadores que aprofunda o debate sobre reflexões entre teorias e práticas de ensino de história com a obra: "Ensino de História e Historiografia: narrativas, saberes e práticas", cujo seminário "O Valor da História Hoje" resultou em uma publicação fundamental que sintetiza os debates contemporâneos da área.

A obra analisada ao longo deste percurso acadêmico no Mestrado Profissional suscitou reflexões que vêm ao encontro de inquietações profundas da minha prática docente. No atual contexto da sala de aula, deparamo-nos frequentemente com narrativas negacionistas ou distorcidas sobre temas sensíveis, como a Ditadura Civil-Militar brasileira. O embate

manifesta-se no jogo de operações de memória, exemplificado por falas comuns de estudantes como: “Não, professor, meu pai diz o contrário: que a ditadura não era nada disso, era um período seguro e quem foi torturado era terrorista”.

Diante desse e de tantos outros cenários de confronto, experimentamos o desafio de ensinar História e seus temas sensíveis em meio a uma verdadeira "trincheira" de disputas políticas. Trata-se de enfrentar as instrumentalizações da memória elaboradas em defesa de regimes autoritários do passado recente do Brasil, isso exige do professor uma postura mediadora e, ao mesmo tempo, rigorosamente comprometida com a verdade histórica.

A centralidade das “questões sensíveis” no ensino de História foi o que impulsionou a concepção deste trabalho, especialmente no que tange às memórias de Volta Redonda durante o período ditatorial. Observa-se um crescente distanciamento entre esses eventos históricos e a nova geração de estudantes, que se encontram, muitas vezes, desconectados das memórias locais de resistência e repressão.

Simultaneamente a esse esvaziamento, nota-se um preocupante flerte dos jovens com projetos políticos difundidos em plataformas digitais, nas quais proliferam narrativas negacionistas articuladas pela extrema direita brasileira. Nesse cenário, influenciadores digitais atuam como agentes de discursos de ódio, instrumentalizando o passado para legitimar agendas autoritárias no presente. Assim, a pesquisa busca compreender como o ensino de História pode intervir nesse jogo de forças, reativando a memória sensível da cidade frente à desinformação programada.

Byung-Chul Han (2021) na obra “A crise da narração” problematiza o enfraquecimento da narrativa como forma de construção de sentido coletivo, apontando que a fragmentação e a superficialidade da informação no mundo contemporâneo comprometem a capacidade de elaborar experiências históricas de maneira compartilhada.

Essa perspectiva pode ser relacionada diretamente ao fenômeno do negacionismo histórico, que chega às salas de aula hoje sob a forma de discursos fragmentados, simplistas e, muitas vezes propagados por redes digitais, em confronto com o trabalho escolar de contextualização crítica.

Se a narrativa histórica, enquanto discurso interpretativo fundamentado, perde espaço para versões rasas e desconectadas do rigor historiográfico, os professores enfrentam o desafio de reafirmar a História como campo de produção de conhecimento crítico, tensionando memórias, documentos e interpretações para além do imediatismo informacional.

Assim, a crise da narração descrita por Han ajuda a compreender os obstáculos do ensino de História diante da circulação de negacionismos que colocam em disputa a própria legitimidade da disciplina.

O ensino de História, ao lidar com memórias sensíveis, apresenta-se como um campo de tensões que exige dos professores não apenas domínio de conteúdos, mas também sensibilidade diante das experiências sociais e afetivas que permeiam o passado.

Gil e Eugenio (2018), ao discutirem os temas sensíveis no ensino de História, ressaltam que esses conteúdos estão atravessados por disputas de sentido, pois mobilizam narrativas de violência, exclusão e desigualdade que continuam a reverberar no presente. “Acreditamos que a história escolar pode contribuir no tensionamento das condições que tornam possível o racismo, a violência e a desigualdade” (Gil; Eugênio, 2018 p.141).

Nessa mesma direção, Seffner e Pereira (2018) destacam que o grande desafio para os docentes consiste em articular tais memórias com os princípios de uma educação em direitos humanos, garantindo a liberdade de ensinar e o direito de aprender, sem perder de vista a dimensão ética do trabalho pedagógico.

Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner, em “Ensino de História : passados vivos e educação em questões sensíveis”, destacam o respaldo da Constituição de 1988 para a abordagem na aula de história dos temas sensíveis conforme a liberdade de ensinar do professor. “A aproximação que desejamos entre a educação em história e em direitos humanos não é fortuita, pelo contrário, atende a um conjunto de dispositivos legais que, a partir da Constituição Federal de 1988, indicaram essa obrigatoriedade”, afirmam Seffner e Pereira (2018, p. 17).

Trabalhar com memórias sensíveis em sala de aula implica reconhecer que o passado não se encerra, mas é constantemente reatualizado em disputas de sentido. Nesse contexto, cabe ao docente mediar espaços de diálogo que promovam a reflexão crítica e o respeito à pluralidade de experiências, reafirmando o compromisso da educação com a defesa dos direitos humanos.

Essa abordagem possibilita uma articulação produtiva entre a Historiografia e a Didática da História, uma vez que favorece o intercâmbio entre as interpretações acadêmicas e as vivências socioculturais dos sujeitos. Ao introduzir narrativas marcadas por silenciamentos e marginalizações, o professor estimula o confronto entre diferentes versões do passado, permitindo que o estudante compreenda o conhecimento histórico não como uma verdade neutra, mas como um campo atravessado por valores e interesses.

Essa abordagem alinha-se à perspectiva de Jörn Rüsen (2010) sobre a consciência histórica, entendida como a faculdade que permite ao sujeito orientar-se no tempo ao conferir sentido ao passado para compreender o presente e vislumbrar o futuro.

No entanto, a aplicação dessa premissa ganha contornos complexos quando o ensino de História se depara com "passados que não passam", como regimes ditatoriais, genocídios e processos de escravização.

Nesses casos, o desafio pedagógico consiste em conciliar a objetividade da dimensão cognitiva com a carga ética e emocional que tais temas evocam, exigindo uma didática que reconheça o peso das sensibilidades na formação do pensamento histórico.

Maria Auxiliadora Schmidt ressalta que:

trabalhar com passados traumáticos no espaço escolar implica reconhecer a complexidade das memórias e das representações sociais, exigindo do professor estratégias didáticas que articulem conhecimento histórico e formação cidadã. (Schmidt, 2015, p. 38).

Assumir esses desafios significa reconhecer que a História ensinada não pode se limitar à transmissão de fatos, mas deve contribuir para a construção de uma consciência histórica crítica, capaz de problematizar injustiças do passado e iluminar responsabilidades no presente.

Dessa forma, ao refletir os usos das memórias sensíveis no ensino de História, compreende-se que sua efetiva inserção no espaço escolar depende de um processo de transposição didática, capaz de transformar experiências sociais e narrativas de dor ou silenciamento em objetos de aprendizagem historicamente fundamentados.

A transposição didática é um conceito fundamental na pedagogia que explica como o conhecimento científico e acadêmico, produzido por especialistas em suas áreas, é transformado para ser ensinado em sala de aula. Yves Chevallard, assim define transposição didática:

Um conteúdo de saber que tenha sido definido como saber a ensinar, sofre, a partir de então, um conjunto de transformações adaptativas que irão torná-lo apto a ocupar um lugar entre os *objetos de ensino*. O ‘trabalho’ que faz de um objeto de saber a ensinar, um objeto de ensino, é chamado de *transposição didática* (Chevallard, 1991, p.39)³¹.

Esse movimento não significa atenuar a complexidade dos passados traumáticos, mas traduzi-los em conteúdos que articulem memória, historiografia e prática pedagógica, favorecendo a formação de uma consciência histórica crítica e sensível às múltiplas experiências humanas.

³¹Traduzido do original em francês: “Un contenu de savoir ayant été désigné comme savoir à enseigner subit dès lors un ensemble de transformations adaptatives qui vont le rendre apte à prendre place parmi les *objets d’enseignement*. Le ‘travail’ quid’un objet de savoir à enseigner fait un objet d’enseignement est appelé *la transposition didactique*”.

Assim, trabalhar com memórias sensíveis não apenas amplia o repertório historiográfico mobilizado em sala aula, como também contribui para a formação de sujeitos capazes de reconhecer a pluralidade das experiências humanas e os sentidos atribuídos à história na vida social e sobretudo constrói novos saberes escolares.

3.4 Os lugares de memórias.

Expandir o ensino de História para além das salas de aula formais permite que os lugares de memória atuem como mediadores de uma consciência histórica crítica. Nesses espaços, a história deixa de ser abstrata para se tornar palpável, possibilitando o trabalho com memórias sensíveis que confrontam as violações do passado. Essa abordagem busca não apenas o rigor informativo, mas uma formação humanizadora que promova a educação como barreira contra a repetição de períodos dolorosos da trajetória social.

A discussão que diz respeito aos lugares de memória da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985) no Brasil constitui um campo fértil para refletir sobre as relações entre História, memória e ensino da História.

Inspirada na concepção de Pierre Nora (1993), que entende os lugares de memória como construções materiais, simbólicas e funcionais, essa perspectiva permite compreender como monumentos, museus, marcos urbanos e práticas comemorativas se tornam espaços de disputa sobre o passado.

A construção de lugares de memória relacionados à Ditadura Empresarial-Militar no Brasil não se dá de forma linear ou consensual. “Ao contrário, tais processos são atravessados por disputas, resistências e negociações entre o Estado e movimentos sociais que buscam inscrever suas narrativas na esfera pública...” (Estevez; Almeida, 2021p.149).

A institucionalização de monumentos e marcos territoriais surge como uma resposta direta à negligência do Estado brasileiro em relação às violações de direitos humanos ocorridas durante a Ditadura Empresarial-Militar. Na ausência de justiça transicional plena, a ocupação do espaço público torna-se um ato de denúncia contra o silenciamento imposto sob torturas e desaparecimentos.

Conforme apontam Tavares e Dias (2024), tais estruturas transcendem a função estética para se consolidarem como suportes de memória sensível. Ao dar visibilidade às arbitrariedades do regime e prestar tributo às vítimas, esses lugares de memória buscam converter o trauma coletivo em uma ferramenta pedagógica, essencial para prevenir a reiteração de retrocessos autoritários e garantir a defesa intransigente dos direitos humanos.

Os suportes de memória podem ser coisas, objetos, prédios, paisagens, mas também rituais, festas, modos de fazer, narrativas orais, performances; ou seja, várias modalidades (materiais e imateriais) capazes de fazer lembrar, fazer despertar, ou evocar a memória perdida. A partir do contato com estes suportes, os sujeitos são capazes de lembrar, fazer associações e exercitar a memória como atividade produtiva (Abreu, 2016).

Assim, diante da ausência de restos humanos, da materialidade das vítimas, da sepultura, como honrar a memória dos mortos através do monumento tradicional? Como nomear essa ausência? Nesse ponto, os denominados antimonumentos³² e as fotografias se tornam importantes para restaurar simbolicamente a existência do ausente (Seligmann-Silva, 2016).

Lugar de memória e de consciência são dois importantes conceitos-chaves, eles foram elaborados por Quadrat e Silva (2021) que defendem a possibilidade de utilizar os dois conceitos em uma só formulação, isto é, um lugar de memória também deve ser (e servir como) um lugar de consciência.

O primeiro conceito, lugar de memória ou lugares de memória, foi cunhado e consagrado na historiografia pelo historiador Pierre Nora - quando coordenou a coletânea de textos *Les lieux de mémoire*, editada na França em 1984, e tem sido difundido nas últimas décadas a partir da perspectiva histórica. Tal conceito se tornou uma categoria que se aplicava a uma grande variedade de bens materiais urbanos para recordar um passado distante do contexto atual (Enders, 1993). Assim define Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar arquivos, de que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebre, notariar actos (sic), porque estas operações não são naturais. [...] Eles são bastiões que servem de apoio. Porém, se aquilo que eles defendem não se encontrasse ameaçado, também não teríamos tido a necessidade de os construir. Se vivêssemos verdadeiramente as recordações que encerram, eles seriam inúteis. E se, em contrapartida, também a história não se assenhorasse deles para os deformar, transformar, moldar e petrificar, não se tornariam lugares de memória (Nora, 2016, p. 57).

As cidades de Volta Redonda e Barra Mansa abrigam sítios históricos que se enquadram rigorosamente no conceito de lugares de memória, por terem sido cenários de violações de direitos humanos durante o regime ditatorial.

Atualmente, a compreensão a respeito desses espaços transcende a materialidade dos centros de detenção e incorpora áreas ressignificadas pela historiografia local. Tal ampliação

³²O antimonumento é uma forma de arte memorialística, surgida no pós-guerra, que desafia a lógica dos monumentos tradicionais de glorificação. Em vez de celebrar, ele provoca reflexão sobre traumas, ditaduras ou injustiças sociais, frequentemente com caráter temporário, interativo e contestador, funcionando como um alerta para a memória coletiva e o "trabalho de luto"

destaca o caráter conflituoso da memória: a recuperação desses lugares não é um processo neutro, mas o resultado de disputas e embates sociais que marcam a relação entre o trauma do passado e as demandas políticas do presente. Isabel Shafir (2012) enumera as diversas formas que os lugares de memória podem apresentar:

Monumentos, parques memoriais, muros com nomes, pedras com inscrições, placas, esculturas, fotografias, mosaicos, grafites, murais, antigos centros de detenção e tortura convertidos em casas de memória e/ou museus, esculturas de pedra, túmulos, lugar de devoção, locais onde ocorreram eventos violentos (alguns marcados materialmente e outros não), ruas com nomes de pessoas, datas ou eventos, o mesmo ocorrendo com salas, bibliotecas, teatros, hospitais, escolas etc. (Shafir, 2012, p. 13 – tradução nossa).

O segundo conceito-chave desenvolvido e utilizado pelo *International Coalition of Sites of Conscience*³³, organização mundial que reúne cerca de duzentos integrantes de mais de cinquenta países, é o de lugar de consciência ou lugares de consciência (sítios de consciência). Segundo essa organização, trata-se de um local de memória, como um sítio histórico, um museu local ou um memorial que impede que o apagamento do passado aconteça de modo a promover sociedade mais justas e humanas hoje; uma vez que mesmo com as melhores intenções, como promover reconciliação após o trauma, virar a página e apagar o passado pode impedir que as novas gerações aprendam lições críticas e destruir oportunidades para estabelecer a paz agora e no futuro.

Lugares de consciência proporcionam espaços seguros para recordar e preservar até as memórias mais traumáticas, como também permitem aos seus visitantes estabelecer ligações entre o passado e as questões contemporâneas relacionadas aos direitos humanos.

Corroborando com a argumentação acima, Soares e Quinalha (2011) expõem:

Os chamados Lugares de Memória (ou sítios de consciência) servem como mecanismo extrajudicial para reparação simbólica das vítimas da ditadura e da sociedade e têm um potencial que atinge também o Estado que, por meio da implantação e gestão desses locais (ou pelo apoio aos mesmos, no caso de uma iniciativa privada), pode expressar pública e oficialmente seu repúdio às violações cometidas por seus agentes cometidas e ao negacionismo (Soares; Quinalha, 2011, p. 80).

Esses lugares de memória, ao conformar o desejo de recordar de modo ativo o passado doloroso e dispor um aspecto pedagógico visando instruir e alertar quanto à recorrência de regimes ditatoriais, combina com o “lugar de memória e de consciência” consoante a proposta que intitula esta seção e ratificada por Soares e Quinalha.

³³A Coalizão Internacional de Sítios de Consciência (*International Coalition of Sites of Conscience* - ICSC) é uma rede global de locais históricos, museus e memoriais que se dedicam a promover os direitos humanos e a justiça social.

Entre os locais que compõem o roteiro das aulas-passeio desta pesquisa, dois lugares de memória destacam-se pela convergência com as elaborações teóricas discutidas. O primeiro é o Centro de Memória do Sul Fluminense Genival Luiz da Silva (CEMESF/UFF), cuja denominação homenageia o operário e preso político da ditadura em Volta Redonda e simboliza a resistência da classe trabalhadora.

Sediado no campus Aterrado da Universidade Federal Fluminense (UFF) e instituído em 2015, o Centro preserva um denso acervo documental da região, assegurando à sociedade o acesso ao direito à memória e à verdade. Intimamente vinculado ao CEMESF, o segundo ponto de destaque é o Museu do Trabalho e dos Direitos Humanos. Este espaço representa uma conquista histórica para o Sul Fluminense, consolidando-se como o primeiro museu de memórias sensíveis do período autoritário a ocupar as instalações de um antigo quartel do Exército Brasileiro. Conforme reportado pelo jornal Foco Regional acerca de sua inauguração em 03 de maio de 2024:

A inauguração do Museu do Trabalho e dos Direitos Humanos em Barra, representa um marco significativo na preservação da memória histórica da região. Localizado no Parque da Cidade, o museu ocupa o espaço que abrigou o antigo 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB), reconhecido como centro de repressão durante a ditadura militar. A cerimônia contou com a presença de autoridades como o procurador da República Julio José Araújo Júnior e o ex-presos político Edir Alves, além de representantes da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense (UFF). A historiadora Alejandra Estevez, coordenadora do Centro de Memória do Sul Fluminense Genival Luiz da Silva, destacou a importância do museu como "lugar de memória" e "sítio de consciência", ressaltando a relevância de espaços que homenageiam aqueles que lutaram pela democracia e justiça social. O projeto é resultado de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2016 entre o Ministério Público Federal (MPF) e a prefeitura de Barra Mansa. Desde sua inauguração, o museu tem recebido visitas de estudantes da região, promovendo a reflexão crítica sobre o passado autoritário e suas implicações no presente. (Jornal Foco Regional, 2024. Disponível em: <https://focoregional.com.br/Noticia/museu-do-trabalho-e-direitos-humanos-e-inaug>)

A importância desse espaço, dentro do enquadramento teórico de sítio de consciência, é reforçada pela professora Alejandra Estevez. O objetivo central da instituição transcende a guarda de acervos; trata-se de garantir o direito à verdade sobre as violações ocorridas naquele território. Ao posicionar-se como um antimonumento, o lugar rompe com a lógica da exaltação oficial para dar visibilidade às vítimas da ditadura no Sul Fluminense e promover uma necessária reparação simbólica.

Tais lugares, impregnados pelas memórias sensíveis e pelos traumas dos sobreviventes, funcionam como marcos de resistência e exigência por justiça. A resignificação desses espaços no contexto contemporâneo impõe uma postura de vigilância ética, transformando a memória em ação política preventiva. Sobre essa transição dos espaços de violência para espaços de

memória, Estevez e Almeida (2021) dialogam com as reflexões de Sarlo acerca da metamorfose dos sítios de terror:

Os “sítios do horror” se diferenciam dos demais lugares de memória, pois guardam uma íntima relação com o presente, devido ao significado afetivo que incorporam (para as vítimas diretas e indiretas), ao potencial pedagógico (cultura para o “nunca mais”), e ao valor jurídico-documental dos espaços. Todos esses suportes, materiais ou imateriais, são elementos de enorme importância, capazes de dotar de materialidade as experiências de luta e resistência dos homens do passado e, portanto, de gerar empatia e afetividade, fortalecendo os elos intergeracionais e a cultura para o “nunca mais” (Sarlo, 2007, *apud* Estevez; Almeida, 2021, p.148).

Em suma, os lugares de memória configuram-se como bastiões de resistência que narram e preservam a história das violações de direitos humanos perpetradas sob o autoritarismo da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985).

Sua existência transcende a mera guarda do passado; eles atuam como dispositivos pedagógicos de educação em direitos humanos, fundamentais para assegurar que os abusos pretéritos não sejam obliterados pelo esquecimento, tampouco reiterados no presente.

Tais espaços consolidam o direito à memória, à verdade, à justiça e à reparação, estabelecendo-se como garantias institucionais de não-repetição. Ao dar visibilidade a essas trajetórias, os lugares de memória valorizam a dimensão coletiva da história e fomentam um debate público robusto.

Esse movimento, cada vez mais central na construção democrática, possui o potencial de despertar a consciência política da população, transformando a memória em um catalisador de engajamento e ação pública.

3.5 A aula-passeio como possibilidade de ensinar História e Direitos Humanos

A prática docente no Ensino Médio demanda estratégias que aproximem o estudante da realidade histórica local. No CIEP 299 – Jiulio Caruso, escola que na qual leciono em Volta Redonda, uma atividade extraclasse foi realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Turismo. O projeto tem como proposta estabelecer itinerários que passam por monumentos e espaços históricos da cidade; contudo, a experiência suscitou reflexões críticas acerca da seleção dos marcos narrados e da abordagem de períodos traumáticos da história local.

O itinerário, iniciado no bairro Niterói, núcleo urbano primordial do município, evidenciou uma tendência institucional de valorização da história fundacional em detrimento de eventos contemporâneos. Notou-se uma assimetria na gestão do tempo e do espaço: enquanto o passado remoto recebeu atenção detalhada, episódios fundamentais da história operária foram tratados de forma superficial.

Exemplifica essa questão a passagem pela Praça Juarez Antunes. Durante o trajeto, a abordagem sobre a Greve de 1988 e o Memorial aos Operários ocorreu sem o desembarque dos discentes, limitando-se a uma explanação breve por parte da guia de turismo. Embora o trabalho da profissional tenha sido tecnicamente qualificado, a estrutura do roteiro revela a dificuldade social e institucional em lidar com memórias traumáticas e sensíveis.

A partir das discussões travadas no mestrado profissional de Ensino de História (Prof-História), especificamente na disciplina de História do Ensino de História, surgiu o interesse de investigar o potencial pedagógico das aulas-passeio. Esse método, que transcende a mera visita turística, propõe uma imersão crítica no espaço urbano.

As aulas-passeio configuram-se como uma metodologia fundamental para o ensino de História, pois permitem que os estudantes vivenciem o conhecimento histórico a partir da observação direta dos lugares de memória, patrimônios culturais e espaços públicos de sua própria cidade.

Ao deslocar o ensino para fora da sala de aula, o professor cria oportunidades de aprendizagem significativa, com a qual o espaço urbano se transforma em fonte de investigação e reflexão sobre o passado e o presente.

Essa prática favorece o contato com as memórias sensíveis, muitas vezes invisibilizadas nas narrativas oficiais, e possibilita compreender a História como uma construção social e coletiva. Assim, as aulas-passeio promovem o diálogo entre memória, território e identidade, contribuindo para a formação crítica dos estudantes e para o reconhecimento da cidade como um espaço que também ensina, preserva e comunica a História.

A experiência de “aula-passeio” foi proposta pelo educador francês Célestin Freinet (1896–1966), nascido em Gars, na região dos Alpes Marítimos. Após sua participação na Primeira Guerra Mundial, Freinet direcionou sua trajetória profissional para o campo da educação, atuando como professor em escolas rurais no interior da França.

Essa experiência o levou a refletir criticamente sobre os limites do ensino tradicional e a desenvolver métodos pedagógicos inovadores, centrados na vivência e na participação ativa dos estudantes.

Assim, essa prática que transformou a aldeia de Bar-sur-Loup em uma verdadeira extensão da escola e, por meio dessa proposta, ele percebeu que o processo de ensino-aprendizagem se tornava mais significativo ao incorporar às aulas elementos da vivência cotidiana das crianças. Dessa forma, os alunos passaram a aprender a partir de suas próprias experiências, do que lhes era familiar e presente em seu dia a dia.

O pedagogo Célestin Freinet consolidou-se como um expoente na defesa da escola pública e de um modelo educacional ativo. Como alternativa, propôs uma 'escola do povo' pautada no trabalho, na cooperação e na realidade cotidiana discente, amparada por uma perspectiva marxista voltada às classes populares.

Nesse sentido, a presente proposta busca transpor os princípios freinetianos para o contexto dos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como para a educação popular dos movimentos sociais. O foco reside na aplicação da metodologia da aula-passeio como práxis pedagógica de investigação e experimentação. O objetivo é promover a vivência crítica em 'lugares de memória' sensíveis, especificamente aqueles vinculados ao período da Ditadura Empresarial-Militar no município de Volta Redonda.

Essa abordagem permite que os estudantes se tornem sujeitos ativos no processo de aprendizagem e construam um conhecimento histórico a partir da observação, das descobertas da escuta e do diálogo com os espaços e suas narrativas.

Ao deslocar o olhar para o território e suas memórias, a atividade se torna também uma experiência formativa em Educação para os direitos humanos, promovendo a sensibilização diante das violações ocorridas no passado e estimulando a reflexão sobre a importância da democracia, da memória e da justiça no tempo presente. Dessa forma, a aula-passeio deixa de ser apenas uma visita educativa e passa a ser um ato pedagógico de resistência, empatia e construção de consciência histórica e cidadã.

A adoção do referencial de Célestin Freinet fundamenta o processo de produção pedagógica ao propor uma educação de caráter libertador e reflexivo. A aplicação dos princípios freinetianos, especificamente por meio da aula-passeio, viabiliza o desenvolvimento de competências essenciais, tais como a valorização da coletividade, a compreensão crítica da realidade social e a experimentação empírica dos conteúdos vivenciados pelos educandos. Conforme postula Freinet:

[...] a experimentação, sempre que isso for possível, que pode ser tanto observação, comparação, controle, quanto prova, pelo material escolar, dos problemas que a mente se formula e das leis que ela supõe ou imagina. A criança, que, partindo do real, dos conhecimentos instintivos ou formais gerados pela experimentação consciente ou inconsciente, se alça, com a ajuda da imaginação, a uma concepção ideal do devir a que ela serve. Enfim, completando-as, apoiando-as e reforçando-as, a documentação – a busca da informação desejada em diferentes fontes – que é como uma tomada de consciência da experiência realizada, no tempo e no espaço, por outros homens, outras raças, outras gerações. (Freinet, 1998, p. 354-355, grifos do autor).

A concepção pedagógica de Célestin Freinet valoriza a aprendizagem como um processo ativo, em que o aluno constrói o conhecimento por meio da experiência e da investigação. Ao afirmar que “a experimentação, sempre que isso for possível, pode ser tanto

observação, comparação, controle, quanto prova, pelo material escolar, dos problemas que a mente se formula e das leis que ela supõe ou imagina” 1998 p.354), Freinet (ressalta a importância de uma educação baseada na prática e na experimentação concreta.

Essa perspectiva rompe com o ensino tradicional centrado na memorização e na transmissão de conteúdos, propondo uma pedagogia que articula o fazer e o pensar, estimulando a curiosidade, a autonomia e o senso crítico dos estudantes. Assim, o ato de experimentar torna-se essencial para que a aprendizagem seja significativa, pois permite ao aluno vivenciar o conhecimento, testá-lo e reconstruí-lo a partir de suas próprias descobertas.

Dessa forma, as aulas-passeio integram-se ao processo de educação de conjunto, de coletividade, ao promoverem uma metodologia participativa que valoriza a autonomia dos estudantes. Acredita-se em seu potencial como uma estratégia pedagógica capaz de motivar os alunos no cotidiano escolar, favorecendo a construção do conhecimento a partir de suas próprias experiências, histórias de vida e investigações sobre o passado. Assim, a aula-passeio transforma-se em um momento de descoberta e reconstrução da própria história.

Guilherme José Pereira Alves destaca, em seu trabalho de as aulas-passeio como estratégia para a aprendizagem da História Local de Paracambi/RJ, (2024) que o ato de ensinar requer olhar crítico e saída do lugar comum, da realidade fechada da escola:

O ato de ensinar requer um olhar crítico do professor sobre seu próprio trabalho. A escola reflete a sociedade e precisa atender às demandas impostas por ela sob o risco de ser ineficaz. Nestes tempos, é preciso sair do lugar comum e propor novas formas de suprir as carências educacionais da realidade brasileira. Em vista disso, o resgate de Freinet é essencial. Elias (2002) afirma que Freinet desenvolveu uma metodologia da ação, isto é, uma Pedagogia Experimental em que ele se dedicava a rever as atividades empregadas nas escolas, propondo novos métodos de ensino até atingir seus objetivos (Alves, 2024 p.85).

Esta proposta pedagógica é versátil, sendo passível de aplicação no 9º ano do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na modalidade EJA, em consonância com as demandas da educação popular. Ao eleger o trabalho colaborativo como pilar do crescimento do estudante, recupera-se a tese freinetiana de que a escola deve ser o laboratório da democracia futura. Dessa forma, a metodologia distancia-se de estruturas fechadas para consolidar-se como uma prática de engajamento social. Seu horizonte é a promoção do direito à memória e à verdade, reafirmando o compromisso ético com a salvaguarda dos direitos humanos no ambiente educativo.

Em sua obra seminal (Re)Invenção dos Direitos Humanos (2009), Joaquín Herrera Flores analisa as complexidades desses direitos sob a égide do neoliberalismo, propondo uma perspectiva crítica e integradora. O autor estrutura sua reflexão a partir de três níveis fundamentais. Primeiramente, ao investigar o 'o quê' dos direitos, Flores os define como

processos dinâmicos e resultados provisórios de lutas sociais pelo acesso a bens vitais; nessa ótica, a norma jurídica não cria o direito, mas tão somente o reconhece como fruto de tensões históricas.

Complementarmente, o nível do 'porquê' debruça-se sobre a necessidade premente de tais direitos, justificando-os pela urgência de superar desigualdades e garantir bens essenciais que não são assegurados automaticamente pela estrutura social. Por fim, o autor estabelece o 'para quê' das lutas sociais, enfatizando que seu objetivo transcende a mera sobrevivência. Busca-se, em última análise, a construção de condições materiais e imateriais que viabilizem uma existência digna e o acesso igualitário aos recursos necessários à vida.

Nossa perspectiva de pensar direitos humanos corrobora com a visão desse autor que propõe uma reflexão profunda sobre os direitos humanos no contexto das contradições do neoliberalismo, enfatizando a necessidade de compreendê-los não como algo dado ou natural, mas como uma construção histórica e social em constante disputa.

O autor defende uma perspectiva crítica e integradora, capaz de articular as dimensões políticas, econômicas e culturais da realidade, compreendendo os direitos humanos como uma conquista permanente e resultado de ações coletivas.

Nessa perspectiva, os direitos não se restringem à sua formalidade jurídica, mas se realizam efetivamente nas práticas sociais, nas lutas cotidianas e na busca pela dignidade humana em contextos marcados por desigualdades e exclusões. Conforme Flores “Os direitos humanos não são algo dado, acabado ou definitivo, mas sim o resultado das lutas históricas travadas pelos seres humanos para ampliar os espaços de dignidade e liberdade” (2009, p.34).

Em convergência com a pedagogia freinetiana que preconiza uma educação popular e democrática na qual a construção do conhecimento transcende os muros escolares através da aula-passeio, a compreensão dos direitos humanos como conquista permanente encontra ressonância na obra de Paulo Freire. A defesa freiriana de um projeto educativo voltado à libertação não apenas dialoga com a Educação em Direitos Humanos e a cidadania, como também fundamenta a abordagem de temas sensíveis em lugares de memória. Sob essa ótica, a cidade deixa de ser um mero cenário para se tornar uma 'cidade educativa', capaz de mediar reflexões críticas sobre o passado e o presente.

Por isso é que é importante afirmar que não basta reconhecer que a Cidade é educativa, independentemente de nosso querer ou de nosso desejo. A Cidade se faz educativa pela necessidade de educar, de aprender, de ensinar, de conhecer, de criar, de sonhar, de imaginar de que todos nós, mulheres e homens, impregnamos seus campos, suas montanhas, seus vales, seus rios, impregnamos suas ruas, suas praças, suas fontes, suas casas, seus edifícios, deixando em tudo o selo de certo tempo, o estilo, o gosto de certa época. A Cidade é cultura, criação, não só pelo que fazemos nela e dela, pelo que criamos nela e com ela, mas também é cultura pela própria mirada estética ou de

espanto, gratuita, que lhe damos. A Cidade somos nós e nós somos a Cidade. Mas não podemos esquecer de que o que somos guarda algo que foi e que nos chega pela continuidade histórica de que não podemos escapar, mas sobre que podemos trabalhar, e pelas marcas culturais que herdamos(Freire,2001, p.4).

Inspirado na perspectiva freireana, pensar a cidade como educativa significa reconhecer o espaço urbano como um território vivo de saberes, experiências e memórias, no qual o aprendizado ultrapassa os limites físicos da escola.

Paulo Freire propõe uma educação que se constrói no diálogo com o mundo, a partir da leitura crítica da realidade e da valorização das experiências concretas dos sujeitos em seu contexto histórico e social. Nessa direção, a proposta de realizar aulas-passeio de História em Volta Redonda articula-se com essa concepção, ao transformar a cidade em um espaço pedagógico capaz de promover reflexões sobre a memória, a identidade e as lutas sociais que marcam o cotidiano local.

Assim, ao caminhar pela cidade, o estudante é convidado a perceber as contradições, desigualdades e resistências que atravessam o território, aprendendo História como prática de liberdade e como instrumento para compreender e afirmar os direitos humanos em suas múltiplas dimensões políticas, culturais e sociais.

3.6 O circuito dos lugares de memórias de Volta Redonda como proposta modelo de ensino de História

O mapeamento dos lugares de memórias sensíveis na cidade de Volta Redonda, que será apresentado como um modelo de proposta pedagógica e resultado deste trabalho, se constitui como uma ferramenta relevante para a prática do ensino de História. Por meio de aulas-passeio, a proposta pedagógica possibilitará a vivência e a reflexão crítica com os estudantes, sobre o passado recente que envolve espaços silenciados da cidade.

Ao tomar como eixo o período da Ditadura Empresarial-Militar brasileira, esses espaços selecionados se revelam como lugares de memória, sítios da consciência, que permitem articular a história local com processos nacionais do período histórico de repressão, resistência e luta por direitos; além disso, esses sítios da consciência permitem que as propostas dessas lutas passadas, que de certa forma foram silenciadas e relegadas ao esquecimentos, sejam apresentadas aos estudantes - cidadãos dessa geração.

Dessa forma, pensar a cidade como um território pedagógico favorece não apenas a valorização da memória coletiva, mas também a educação em direitos humanos, na medida em que estimula a reflexão sobre as violações cometidas no passado e suas permanências, ressignificações e residualidades no presente.

A memória social, entendida como experiência coletiva que ressignifica o passado no presente, ocupa lugar central na reflexão sobre temas sensíveis da História, como genocídios, ditaduras, processos de violência e violações de direitos em geral.

A produção acadêmica historiográfica, ao problematizar os usos da memória, evidencia que recordar não é apenas conservar fatos, mas construir sentidos que dialogam com disputas políticas, sociais e culturais e que ao fazer o processo da lembrança, somos também motivados a uma ação, a uma tomada de posição.

Nesse sentido, estabelecer pontes entre esse debate acadêmico constantemente produzido sobre essas memórias sensíveis e os saberes escolares é fundamental, pois possibilita que o ensino de História vá além da transmissão de conteúdos, assumindo-se como prática formadora que promove a consciência crítica.

Ao incorporar a memória social ao currículo, o ensino de História ganha potência para tratar de experiências traumáticas dolorosas sem apagá-las. Transformando-as em oportunidade de reflexão crítica e de um processo educativo com a perspectiva de um futuro seguro e democrático para as próximas gerações e, por que não, um ensino de compromisso reparador em relação a um passado tão perverso pouco entendido no momento presente.

O uso do patrimônio público como espaço para além da sala de aula reforça ainda mais a importância desses espaços de memória da cidade, e se apresenta como eficaz metodologia de ensino, de produção de conhecimento. Além disso contribui para uma consciência de pertencimento, de identidade local, é uma profunda imersão no espaço em que se aprende, como define Ironita Adenir Policarpo Machado:

Discutir história, patrimônio e cidade como uma questão política significa assumir a premissa de que esta tríade está na base das relações de poder de grupos sociais pela definição de suas identidades na construção do lugar onde vivem. Dessa forma, a produção do conhecimento histórico, os estudos e as práticas educativas em torno do patrimônio são caminhos permanentemente tracejados por identidades. Essa questão é aqui enfocada através de reflexões de três perspectivas: a produção historiográfica e identidade; a cidade como construção do lugar de vivência; e a educação patrimonial como democratização do direito de identificação (Machado, 2012, p. 01).

Esta pesquisa sustenta que tal recurso metodológico constitui um vetor para a construção de um aprendizado histórico que transcende os limites do espaço escolar formal e o engessamento das grades curriculares. Propõe-se, assim, uma experiência educativa capaz de fomentar o exercício pleno da cidadania, em consonância com a perspectiva de Carneiro e Bauer (2021):

Entender o espaço da cidade como um território educativo significa a reapropriação desse lugar repleto de possibilidades educativas no sentido de conectá-lo novamente à escola e à comunidade. Assim os locais de memória e história da ditadura civil-

militar brasileira podem fazer parte de projeto inserido em um território educativo, pois estes só adquirem real sentido quando fazem parte de uma educação para a cidadania(Carneiro; Bauer, 2021, P. 56).

No percurso metodológico da realização desta pesquisa, o exame do relatório final da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda foi determinante para a seleção dos marcos de memória que compõem este estudo. A transposição desses temas sensíveis para o ambiente escolar torna-se imperativa diante da atual conjuntura conservadora que influencia o corpo discente.

Este cenário, frequentemente marcado por discursos de ódio, intolerância e pela repulsa aos direitos humanos, é alimentado por um profundo desconhecimento acerca das violências de Estado como foi apresentado no primeiro capítulo.

Assim, a proposta pedagógica aqui delineada apresenta-se como um contraponto ao negacionismo histórico, reafirmando o respeito às vítimas e a legitimidade das investigações que fundamentam a verdade histórica no Brasil.

Como já afirmado anteriormente, se faz necessário levar para a sala de aula da educação básica e, também, para espaços populares de conhecimento informal o importante debate sobre o direito à memória, pois essa luta vai além da luta pela preservação da memória, ela passa pela luta do direito à Verdade e à Justiça. Essa luta se estabelece como forma de reparação dos silêncios e impunidades, mas também como meio de combate ao avanço de ideias obscuras que fazem força para se impor e impedir o crescimento de uma cultura da diversidade, da alteridade e da consolidação de uma sociedade brasileira verdadeiramente democrática.

Assim o projeto pedagógico, que se delineia ao final desta dissertação de mestrado em ensino de História, consiste na elaboração de um circuito de aulas-passeio pela cidade de Volta Redonda, estruturado a partir de um recorte temático e da seleção de oito lugares de memórias sensíveis vinculados à Ditadura Empresarial-Militar no Brasil.

A proposta tem como objetivo articular o ensino de História com a experiência direta dos estudantes em espaços significativos da cidade, promovendo uma reflexão crítica sobre os usos da memória e as disputas em torno da preservação do passado.

Nesse percurso, serão examinadas as trajetórias de agentes históricos locais que protagonizaram processos de resistência e sofreram violações sistemáticas, muitas vezes silenciadas pelas narrativas oficiais. O estudo propõe uma reflexão sobre as subjetividades, utopias e lutas que nortearam aqueles rotulados como 'subversivos', recuperando suas aspirações por uma sociedade equânime. A experiência empírica das visitas permite que os estudantes compreendam esses horizontes de expectativa como partes integrantes da história política nacional.

Por conseguinte, o circuito não visa apenas ao resgate de narrativas invisibilizadas, mas à consolidação de uma consciência histórica capaz de articular o passado autoritário aos desafios contemporâneos da democracia. Dentre o vasto repertório de lugares de memória que compõem o espaço urbano de Volta Redonda, foram selecionados marcos fundamentais para a investigação do ensino de História por meio de temas sensíveis. Embora a presente proposta justifique a relevância desses pontos específicos, o roteiro apresenta-se como uma estrutura aberta, permitindo que educadores incorporem outros espaços conforme a conveniência do planejamento pedagógico.

A proposta pedagógica deste trabalho materializa-se na organização de um itinerário que percorre marcos fundamentais do território de Volta e Redonda e uma visita ao Museu do Trabalhador e dos Direitos Humanos na cidade vizinha de Barra Mansa no Sul-Fluminense, selecionados por sua densidade histórica e potencial educativo. O percurso inicialmente selecionado é composto por oito lugares de memória: 1-Centro de Memória do Sul Fluminense Genival Luiz da Silva (UFF), em Volta Redonda, que provê o suporte documental e a salvaguarda da memória regional da classe trabalhadora. 2- Sede da antiga Rádio Siderúrgica, identificada como um bastião de resistência comunicacional ao Golpe de 1964. 3- Bispado do bairro Laranjal, símbolo do engajamento de setores progressistas da Igreja Católica. 4-Vila Santa Cecília, abrangendo quatro espaços de resistência que incluem a Praça Brasil, a Rua 16, o Memorial Zumbi, o Teatro Santa Cecília e a Igreja Santa Cecília, locais intrinsecamente vinculados à 'Operação Gaiola' e à repressão operária. 5- Sindicato da Construção Civil 6- Clube Palmares (baluartes da luta sindical e da identidade negra na cidade). 7- Museu do Trabalhador e Direitos Humanos, em Barra Mansa, espaço que amplia a compreensão das violações de direitos no Vale do Paraíba. 8- Praça Juarez Antunes, local de profunda carga simbólica e memória das lutas operárias e marcas do ano de 1988 nos pós ditadura.

Concluir o circuito de aulas-passeio pelos oito lugares de memórias sensíveis de Volta Redonda representa muito mais que encerrar uma atividade pedagógica: trata-se de reafirmar o papel social e transformador do ensino de História.

Ao sair da sala de aula e ocupar os espaços públicos da cidade, os estudantes são convidados a aprender com as memórias inscritas nas ruas, praças e monumentos, compreendendo que esses lugares falam sobre dor, resistência e esperança. Ensinar História nesses espaços é também ensinar o direito à memória e à verdade, reconhecendo histórias que foram silenciadas ou mantidas subterrâneas ao longo do tempo.

Essa prática educativa fortalece a consciência crítica e a empatia, pois lembrar é um ato de justiça histórica e moral, capaz de reparar simbolicamente as vítimas de violências e

exclusões.

Ao valorizar as memórias sensíveis da cidade, o ensino de História vem se afirmar como um instrumento de construção de um futuro mais democrático, pautado na defesa dos direitos humanos, na preservação da dignidade e na consolidação de uma cultura de respeito à diversidade e à busca de um horizonte de justiça, bem como no direito à memória e à verdade.

As reflexões empreendidas ao longo deste capítulo permitiram compreender que o silenciamento das memórias sensíveis em Volta Redonda não é um fenômeno acidental, mas um desdobramento das políticas de esquecimento que historicamente alimentam a impunidade no cenário brasileiro. Ao tensionar os conceitos de memória sensível e lugar de memória, ficou evidente que o espaço urbano da "Cidade do Aço" é um território de disputas simbólicas, no qual a omissão da violência de Estado coexiste com a resistência da memória operária.

A transição da teoria para a proposição prática, materializada na aula-passeio, demonstrou ser mais do que uma técnica didática, de fato, constituiu-se como uma metodologia de insurgência. Ao retirar o ensino de História da imobilidade das salas de aula e conduzi-lo aos marcos físicos da Ditadura Empresarial-Militar, o aprendizado deixa de ser passivo e assume um caráter experiencial. O circuito pedagógico proposto não busca apenas o acúmulo de informações cronológicas, mas o despertar de uma sensibilidade ética que permite ao estudante identificar as permanências autoritárias no presente.

Portanto, a articulação entre o plano de atividade e o roteiro dos lugares de memória em Volta Redonda reafirma o compromisso de uma educação voltada aos Direitos Humanos. Se, como propõe o título deste capítulo, “ver é lembrar, e lembrar é agir”, a aula-passeio consolida-se como o elo necessário entre a verdade histórica e a formação da consciência cidadã. O reconhecimento dessas trajetórias silenciadas e a ocupação crítica da cidade são, em última análise, ferramentas indispensáveis para que as futuras gerações não apenas conheçam o passado, mas se sintam aptas a impedir que suas violações se repitam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar as potencialidades do ensino de História local e do uso de memórias sensíveis dos trabalhadores como possíveis estratégias de enfrentamento aos negacionismos contemporâneos no contexto do momento presente vivido por muitos docentes de História.

Ao longo deste percurso, foi possível constatar que o silenciamento imposto sobre o passado ditatorial da “Cidade do Aço” não é apenas uma lacuna historiográfica, mas um projeto político de apagamento que atinge diretamente a formação da consciência histórica das novas gerações, em especial dos filhos da classe trabalhadora local.

No primeiro momento deste estudo, a fundamentação teórica permitiu compreender que os temas sensíveis e as “memórias subterrâneas” operam como ferramentas de resistência pedagógica. Verificou-se que esses estudos teóricos fornecem o suporte necessário para que o professor atue como um mediador entre o passado traumático e o presente democrático, combatendo distorções e revisionismos perversos que buscam reabilitar regimes autoritários e flertes dos movimentos neofacistas que chegam no ambiente escolar.

Nas considerações que emergem desta investigação, destaca-se a centralidade do segundo capítulo dedicado à análise das memórias sensíveis e dos silenciamentos estruturais na tríade formada pelo Estado, pela gestão da CSN e pela classe trabalhadora. A mobilização do relatório da Comissão Municipal da Verdade mostrou-se metodologicamente rigorosa ao trazer à tona as violações de direitos e as torturas perpetradas contra os operários. Longe de se restringir a uma historiografia local do trauma, este mapeamento operou como o alicerce teórico-prático da dissertação. Foi a partir dele que se legitimou a seleção dos lugares de memória sensível, convertendo o espaço urbano em documento pedagógico indispensável para as aulas-passeio e demonstrando a potência do Ensino de História na rua como prática de cidadania e reparação histórica.

Ao articular no terceiro capítulo o conceito de 'lugares de memória' às 'memórias sensíveis', buscou-se enfrentar as políticas de esquecimento e o ocultamento da repressão operária em Volta Redonda durante a Ditadura Empresarial-Militar. A proposição da aula-passeio consolidou-se, portanto, como uma metodologia fundamental para o Ensino de História, permitindo que os estudantes reconheçam no espaço urbano as marcas da resistência e do trauma.

A culminância deste trabalho, materializada no circuito de aulas-passeio, demonstrou que a cidade de Volta Redonda é, em si, um documento vivo e um grande laboratório de vivências históricas.

A articulação entre lugares de memória e de consciência, com visitas a espaços que englobam desde a Rádio Siderúrgica à Praça Juarez Antunes, revelou-se um caminho profícuo para a Educação em Direitos Humanos. Portanto, ao ocupar o território e reconhecer as marcas da violência de Estado, o estudante deixa de ser um espectador passivo da história oficial para se tornar um sujeito capaz de identificar as permanências do passado no presente, fortalecendo sua percepção crítica sobre a soberania democrática.

Em última análise, este estudo materializou-se na proposição de um Circuito de Memórias Sensíveis voltado para aulas-passeio em Volta Redonda. Esse circuito revelou-se muito mais do que um itinerário espacial, configurando-se como uma mediação didática indispensável para descortinar realidades históricas silenciadas diante da atual geração de estudantes. Ao transformar o território urbano em um potente dispositivo de aprendizagem, a pesquisa reafirmou o compromisso com uma Educação em Direitos Humanos desvinculada dos limites da sala de aula tradicional, instrumentalizando os jovens para a identificação e reflexão crítica sobre as marcas da repressão e da resistência que ecoam em sua cidade.

Como resultado, a investigação promoveu a convergência entre as memórias traumáticas da cidade de Volta Redonda e o saber escolar. A articulação entre esses campos buscou não apenas fortalecer a identidade local dos estudantes, mas também promover uma educação alicerçada na sensibilidade aos Direitos Humanos, enfrentando silenciamentos e apagamentos de memórias em disputa no território. Embora o presente estudo tenha se limitado a um recorte específico de pontos de memória, os resultados apontam é necessário dar continuidade a pesquisas que integrem outras narrativas marginalizadas.

Em suma, esta dissertação reafirma que ensinar História em Volta Redonda é, sobretudo, um exercício de justiça narrativa. Lembrar o trauma da ditadura sob a ótica da classe operária não é apenas um dever de memória, mas uma salvaguarda para que o arbítrio não encontre solo fértil nas gerações futuras.

A articulação entre os espaços de memória e o ensino de história local em Volta Redonda não se esgota em sua especificidade geográfica; ao contrário, configura-se como um modelo metodológico capaz de subsidiar reflexões sobre outras realidades desafiadoras no Brasil. Ao converter o território em dispositivo pedagógico, o ensino de História amparado nas memórias sensíveis abre caminhos fundamentais para o debate sobre o direito à memória e o direito à verdade.

Em um país marcado por políticas de esquecimento institucionalizado, o trabalho com o trauma no ambiente escolar assume um papel importante de instrumento de reparação histórica. Ao dar visibilidade às vítimas massacradas e desconhecidas pelas gerações atuais, a escola cumpre sua função social de restaurar a dignidade de sujeitos históricos que foram apagados das narrativas oficiais.

Nesse sentido, o ensino de História utilizando-se das memórias sensíveis deve apontar caminhos criativos e propositivos que superem a mera contemplação da dor. O passado traumático brasileiro não pode ser tratado apenas como um “objeto de museu”, estático e distante; ele deve ser ressignificado por meio da educação, da arte e da cultura, transformando o luto em luta e o trauma em consciência crítica.

O Brasil carece muito de um acerto de contas definitivo com seu passado autoritário para que possa, enfim, vislumbrar novos horizontes democráticos. Portanto, ao instrumentalizar o ensino de História com fontes sensíveis e vivências territoriais, busca-se vacinar as novas gerações contra o anacronismo e a desinformação, impedindo que jovens, por desconhecimento histórico profundo, venham a flertar com o retorno de regimes que atentam contra a vida, a liberdade e o direito em um Estado Democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Ponte Dom Waldyr Calheiros, que liga os bairros Aterrado e Niterói, já está com nova placa. **A Voz da Cidade**. Volta Redonda, 1 nov. 2023. Disponível em: <https://www.avozdacidade.com>. Acesso em: 18 set. 2025.

ABREU, Regina. Memória Social: itinerários poéticos-conceituais. In: DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco R. de; GONDAR, Jô. (Orgs.). **Por que memória social?** Rio de Janeiro: Híbrida, 2016. p. 41-66.

AGOSTINI, Nilo. **Os desafios da educação a partir de Paulo Freire e Walter Benjamin**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Fazer defeitos nas memórias: para que servem a escrita e o ensino da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida *et al.* (orgs.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

ALVES, Guilherme José Pereira. **As aulas-passeio como estratégia para a aprendizagem da História Local de Paracambi/RJ**. 2024. 181f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Área de concentração: Ensino de História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2024.

ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Isabel Pimentel da; SANTOS, Desirée dos Reis (orgs.). **Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/central-de-conteudo_legado1/anistia/anexos/ditadura-militar_-_versao-final.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Cartéis e Desnacionalização: a experiência brasileira, 1964-1974**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

BEDÊ, Waldyr. **Volta Redonda na Era Vargas (1941-1964): História Social**. Volta Redonda: SMC/PMVR, 2004.

BENJAMIN, Walter *et al.* **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

BOLSONARO chama Paulo Freire de 'energúmeno' e diz que TV Escola 'deseduca'. **G1**, 16 dez. 2019. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/16/bolsonaro-chama-paulo-freire-de-energumeno-e-diz-que-tv-escola-deseduca.ghtml>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BOLSONARO defende que professores sejam gravados: 'tem que se orgulhar, não ficar preocupado'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 05 nov. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-defende-que-professores-sejam-gravados-tem-que-se-orgulhar-nao-ficar-preocupado-23212616>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BOLSONARO rompe tradição e não nomeia reitor escolhido pela comunidade acadêmica. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 jun. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/bolsonaro-rompe-tradicao-nao-nomeia-reitor-escolhido-pela-comunidade-academica-23747956>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BORBA, Hugo Leonardo Pereira; SILVA, Luiz Henrique de Castro. **Waldyr Calheiros: Dom e profecia entre o báculo, as estrelas, o aço e a botina**. São Paulo: Polo Books, 2021.

BORGES, Ianni Sousa. **O negacionismo em sala de aula: e agora professor(a)?** Dissertação (Mestrado em Ensino de História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Resumo oficial emitido pela Corte Interamericana**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh>. Acesso em: 18 set. 2025.

BUREAU de Assuntos Interamericanos, Washington, 1944. **Revista “Em Guarda”**. n. 3, Ano III.

CALIFE, Magali Nogueira da Silva. **A Relação Capital-Trabalho na Gênese da CSN**. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2000.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura empresarial-militar**. Rio de Janeiro: Eduff, 2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil**. São Paulo: Difel, 1964.

CARNEIRO, Anita Natividade; BAUER, Caroline Silveira. Cartografia da História e da Memória da ditadura Civil-Militar Brasileira. **História Pública e ensino de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHEVALLARD, Yves. **La transposition didactique: du savoir savant au savoir enseigné**. 2. ed. Grenoble: La Pensée Sauvage, 1991.

COSTA, Alkindar. **Volta Redonda, ontem e hoje**. Volta Redonda: Sociedade Pró-Memória de Volta Redonda, 1991.

COSTA, Michele Cristine da Cruz. **O pensamento educacional de Célestin Freinet e suas aproximações aos ideais do movimento da escola nova**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

CSN de mãos dadas com a violência de Estado. *In*: CAAF/UNIFESP. **A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura**: Informe Público. 2022. Disponível em: <https://empresaseditadura.org>. Acesso em: 08 ago. 2025.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU). **Seção 1**, 28 ago. 1979, p. 15.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESTEVEZ, Alejandra. **Lembrar é agir: Memória, verdade e direitos humanos**. Belo Horizonte: Letra e Voz, 2021.

ESTEVEZ, Alejandra. **Projetos católicos e movimentos sociais: a diocese de Barra do Pirai/Volta Redonda (1966-2010)**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - PPGSA/UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

ESTEVEZ, Alejandra; ALMEIDA, Priscila Cabral. Lugares de memória da ditadura: disputas e agenciamentos... **Tempo**. Niterói, v. 27, n. 1, p. 144-164, 2021.

ESTEVEZ, Alejandra; LIMA, Raphael J. da C. A articulação empresarial-militar na cidade de Volta Redonda. In: CARRARA, Ozanan (org.). **Direitos Humanos na América Latina**. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2015.

ESTEVEZ, Alejandra Luisa Magalhães. Trabalhadores e empresas cúmplices da ditadura: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 44, n. 97, 2024.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

FLORES, Joaquín Herrera. **A (re)invenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FONTES, Ângela Maria Mesquita; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina? **Revista Rio de Janeiro**, Niterói, p. 15-23, 1986.

FORTES, Alexandre; SILVA, Eduardo Ângelo da; SILVA, Leonardo Ângelo da. Desenvolvimento, trabalho e cidadania... In: RAMALHO, José Ricardo; FORTES, Alexandre (orgs.). **Desenvolvimento trabalho e cidadania – Baixada e Sul Fluminense**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2012.

FREINET, C. **Ensaio de psicologia sensível**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Memórias da repressão e da resistência: um olhar comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, v. 1, n. 2, 2017.

GASPAROTTO, Alessandra; BAUER, Caroline Silveira. O ensino de História e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula. In: ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet. **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021.

GIL, Carmen Zeli de Vargas; EUGENIO, Jonas Camargo. Ensino de História e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 13, p. 139-159, 2018.

GRACIOLLI, Edilson. **Um caldeirão chamado CSN**. Uberlândia: Edufu, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

HEYMANN, Luciana Quillet. O dever de mémoire na França contemporânea... *In*: GOMES, Angela de Castro (coord.). **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

IANNI, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Espanha: Siglo XXI de España Editores, 2002.

JORNAL DIÁRIO DO VALE. 25 de julho de 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Lisboa: Edições 70, 1982. v. 2.

LIMA, Raphael Jonathas da Costa. Novas e velhas questões: revisando a historiografia sobre Volta Redonda (RJ). *In*: RAMALHO, José Ricardo; FORTES, Alexandre (orgs.). **Desenvolvimento trabalho e cidadania – Baixada e Sul Fluminense**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2012.

LIMA, Roberto Guião de Souza. **A Volta Redonda do café e do leite**. 140 Anos de História. Museu Virtual, jun./ago. 2004.

LOPES, Alberto Costa. **A aventura da cidade industrial de Tony Garnier em Volta Redonda**. 1993. Dissertação (Mestrado em Geociências) - UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MACEDO SOARES E SILVA, Edmundo de. **O ferro na História e economia do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Sesquicentenário Siderúrgico, 1972.

MACHADO, Ironita Adenir Policarpo. História, Patrimônio e Cidade: Uma questão política. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 7, 2012.

MELO, Demian Bezerra de. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias. *In*: MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

MENESES, Sônia. Os vendedores de verdades... **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 61-87, 2021.

MENESES, Sônia. Uma história ensinada para Homer Simpson: Negacionismos e os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 66-88, 2019.

MERGULHÃO, Alfredo; CASTRO, Rodrigo. Oito vezes em que Bolsonaro defendeu o golpe de 64. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 mar. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/oito-vezes-em-que-bolsonaro-defendeu-golpe-de-64-24949762>. Acesso em: 14 set. 2023.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando de Araujo. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 191-211, 2011.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o passado. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 26., 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUH, 2011.

MOREIRA, Regina da Luz. **CSN: um sonho feito de aço e ousadia**. Rio de Janeiro: Iarte, 2000.

MOREIRA, Rui. Ascensão e crise de um paradigma disciplinar... In: MOREIRA, Ruy. **A Reestruturação Industrial e Espacial do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: UFF, 2003.

MOREL, Regina Lúcia M.; MANGABEIRA, Wilma. Velho e "novo" sindicalismo e uso da Justiça do Trabalho... **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, 1994.

MOREL, Regina Lucia de Moraes. **A ferro e fogo: construção e crise da “família siderúrgica”**. O caso de Volta Redonda (1941-1968). 1989. Tese (Doutorado em Sociologia) - USP, São Paulo, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MUSEU do Trabalho e dos Direitos Humanos é inaugurado em Barra Mansa. **Foco Regional**. Barra Mansa, 3 maio 2024. Disponível em: <https://focoregional.com.br>. Acesso em: 26 set. 2025.

NETO, Odilon Caldeira; PERLATTO, Fernando. Negacionismos: a negação histórica do Holocausto e a ditadura brasileira de 1964. In: SANTOS, Marcus Vinicius dos et al. (orgs.). **Dossiê contra o negacionismo da ciência**. Belo Horizonte, MG: Editora PUC Minas, 2022.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PADRÓS, Enrique Serra. Ditadura brasileira: verdade, memória... e justiça? **Historiæ**, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 65-84, 2012.

PEREIRA, Matheus. Nova Direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, v. 31, n. 57, p. 863-902, 2015.

PEREIRA, Nilton Mullet; PAIM, Elison Antonio. Para pensar o ensino de história e os passados sensíveis: contribuições do pensamento decolonial. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 32, n. 66, p. 1229–1253, 2018.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, v. 7, n. 13, p. 14-33, 2018.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **Novos combates pela História: desafios ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

POLL, A. P.; LANDIM, L. R. C. Memória Social e Esquecimento: o município, a escola e os direitos humanos. **Entre Letras**, v. 12, n. 1, p. 49–71, 2021.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUADRAT, Samantha Viz; SILVA, Izabel Pimental da. Marcas territoriais do passado autoritário: lugares de memória e de consciência na América Latina. **Tempo**, v. 27, n. 1, p. 118-123, 2021.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMALHO, José Ricardo; FORTES, Alexandre (orgs.). **Desenvolvimento trabalho e cidadania – Baixada e Sul Fluminense**. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2012.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn. **História viva: teoria da história III – formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora da UnB, 2010.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Editora da UnB, 2009.

SANTANA, Marco Aurélio. Uma cidade em movimento: trabalhadores e política em Volta Redonda (1980-1990). *In*: **Simpósio Nacional De História**, 23., 2005, Londrina. Anais... Londrina: UEL/ANPUH, 2005.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória e ditadura militar: lembrando as violações de direitos humanos. **Tempo Social**. São Paulo, v. 33, n. 2, p. 289-309, 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Formação do professor de história no Brasil... **Educação (UFSM)**. Santa Maria, v. 40, n. 3, p. 517-528, 2015.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; OLIVEIRA, Thiago Augusto Divardim (orgs.). **Paulo Freire e o Ensino de História**. Curitiba: Was Edições, 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Antimonumentos: trabalho de memória e de resistência. **Psicologia USP**, v. 27, n. 1, p. 49-60, 2016.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SHAFIR, Isabel Piper. Memoria colectiva, espacio e investigación social. *In*: SHAFIR, I. P.; JORDÁN, E. H. **Espacio y Recuerdo: archipélago de memorias en Santiago de Chile**. Santiago: Ocho Libros Editores, 2012.

SHAPIN, Steven. É verdade que estamos vivendo uma Crise da Verdade? **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 308-319, 2020.

SILVA, Leonardo Ângelo da. “Chá de revelação da raça”: Clube Palmares e a agência negra em Volta Redonda. **Geledés**. São Paulo, 03 maio 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br>. Acesso em: 30 set. 2025.

SILVA, Leonardo Ângelo da. **Volta Redonda em preto e branco: trabalho, desenvolvimentismo e relações raciais (1946-1988)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – ICHS/UFRJ, Seropédica, 2019.

SOARES, Inês Virgínia P.; QUINALHA, Renan Honório. Lugares de Memória no Cenário Brasileiro da Justiça de Transição. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 10, p. 75-86, 2011.

SOARES, Paulo Célio. **Encontros e confrontos na frágua: Igreja, esquerdas e militares em Volta Redonda (1967-1979)**. 2019. Tese (Doutorado em História) - ICHS/UFRJ, Seropédica, 2019.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. Arigó, o pássaro que veio de longe. **Volta Redonda**, v. I, n. 1, 1989.

SUKOW, Nikita Mary. Um Balanço Teórico da História local: Historiografia e Ensino de História. *In*: GONÇALVES, Nádia; URBAN, Ana Cláudia (orgs.). **Ensino de História: contribuições a partir da História Local**. Curitiba: Appris Editora, 2023.

SUSSEKIND, Elizabeth. **Memória e justiça: processos constitucionais pós-conflito por respeito a direitos**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2009.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRAVERSO, Enzo. **As novas faces do fascismo**. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2021.

TRAVERSO, Enzo. Revisão e revisionismo. *In*: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de et al. **Contribuição à crítica revisionista**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

VALIM, Patrícia; AVELAR, Alexandre de Sá; BEVERNAGE, Berber. Negacionismo: História, Historiografia e perspectivas de pesquisa. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 87, 2021.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Volta Redonda: entre as armas e o aço**. 2. ed. [S.l.]: Imo's Gráfica e Editora, 1988.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os assassinos da memória**. Campinas: Papirus, 1988.

VOLTA REDONDA. Comissão Municipal da Verdade Dom Waldyr Calheiros. **Relatório Final**. Volta Redonda: Prefeitura Municipal de Volta Redonda, 2015.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Edusp, 1995.

PROPOSTA PEDAGÓGICA**PROPOSTA DE ATIVIDADE PEDAGÓGICA****UM CIRCUITO DE MEMÓRIAS SENSÍVEIS NA
CIDADE DE AÇO****HUGO LEONARDO PEREIRA BORBA**

1971_General Emilio Garrastazu Médici visita a fábrica
Acervo CEDOC/CSN - Fotografias - Centro de Memória do Sul
Fluminense/UFF

Apresentação

Prezados professores,

Apresento esta proposta pedagógica elaborada a partir dos desafios contemporâneos do ensino de História, especialmente no que tange aos "temas sensíveis". Esta iniciativa surge em resposta ao cenário brasileiro recente, marcado por tentativas de desqualificação de fatos históricos relacionados à última Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985).

Esta proposta pedagógica constitui-se como uma alternativa didática fundamentada no uso de memórias sensíveis urbanas. Propõe-se a criação de um circuito de "aulas-passeio" em lugares de memória da cidade de Volta Redonda (RJ), visando dialogar com os objetos de conhecimento do componente curricular de História e desenvolver as competências e habilidades previstas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Nesse sentido, a proposta busca transcender os limites físicos da sala de aula, compreendendo que a construção do conhecimento histórico também perpassa a dimensão sensível. Ao promover a imersão dos estudantes nos espaços da cidade, o projeto favorece uma conexão empática e emocional com o passado.

Essa abordagem não apenas dinamiza o processo de ensino-aprendizagem, mas permite que o aluno deixe de ser um observador passivo da teoria para se tornar um sujeito ativo, capaz de sentir e ressignificar as camadas de memória depositadas no território urbano.

Estruturamos o roteiro com oito lugares de memória selecionados para visitas, contudo, a proposta é flexível: permitindo adaptações e acréscimos conforme diferentes realidades. Embora concebido em Volta Redonda, este projeto aspira servir como modelo metodológico para outras regiões do país.

Introdução

Esta proposta pedagógica é o resultado de uma pesquisa de mestrado profissional realizada junto ao ProfHistória na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Ela nasce da necessidade urgente de retirar o ensino de História da passividade dos livros didáticos e levá-lo para a concretude das ruas, transformando a cidade de Volta Redonda em um documento vivo e pulsante.

Centrada no ensino de História como instrumento de transformação, a proposta "Um Circuito de Memórias Sensíveis na Cidade de Aço" propõe um itinerário pedagógico composto por oito aulas-passeio. Essa abordagem experimental visa tensionar o silenciamento das memórias da classe trabalhadora e combater o negacionismo, reafirmando o compromisso ético da educação com a defesa dos Direitos Humanos.



Fonte : Acervo do autor

Objetivo Geral

Elaborar um circuito de aulas-passeio em oito lugares de memórias sensíveis da cidade de Volta Redonda, estabelecendo uma metodologia de História itinerante - que utiliza as memórias sensíveis da cidade como documento vivo para enfrentar o negacionismo histórico e promover a educação em Direitos Humanos através da valorização das memórias da classe trabalhadora.



Memorial 9 de Novembro no dia seguinte ao atentado em 1989
(Acervo: Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense)

Objetivos Específicos

- Conceituar "memória", "patrimônio" e "lugares de memória", diferenciando a história oficial dos vestígios e narrativas das classes subalternas e operárias.
- Definir o que são "temas sensíveis" e porque o estudo de períodos traumáticos, como a Ditadura Militar, é essencial para a manutenção do Estado Democrático de Direito.
- Aproximar a historiografia regional de Volta Redonda (produção acadêmica) do cotidiano dos alunos da Educação Básica, tornando o conhecimento científico acessível e palpável.
- Identificar na paisagem urbana de Volta Redonda os lugares memórias, as marcas físicas e simbólicas da repressão e da resistência, interpretando monumentos, prédios e praças como fontes históricas (documentos vivos).
- Desenvolver a capacidade de leitura do espaço público, incentivando o aluno a observar as camadas de tempo sobrepostas na arquitetura e no planejamento da "Cidade do Aço".
- Propor o uso da "aula-passeio" como uma prática de investigação, na qual o estudante deixa de ser um espectador passivo para se tornar um "detetive" da história local.
- Fomentar o enfrentamento aos discursos negacionistas por meio da análise de evidências históricas locais próximas dos estudantes.
- Promover a consciência sobre o "Direito à Memória" e o "Direito à Verdade", estabelecendo conexões entre as violações de direitos humanos do passado e os desafios democráticos do presente.
- Estimular o sentimento de pertencimento e a valorização da identidade operária e cidadã de Volta Redonda, reconhecendo os trabalhadores como sujeitos ativos da história nacional.

Proposta de Articulação Teórica

A fundamentação desta proposta pedagógica repousa na compreensão de que a memória não é uma herança estática, mas uma construção dinâmica do presente, ancorada em marcos sociais que conferem sentido à experiência individual (Halbwachs, 2006). A memória é o resultado de diversas experiências e envolve não apenas aquilo que lembramos pessoalmente, mas aquilo que a sociedade também considera como importante de ser lembrado ou de ser esquecido. Le Goff assim define o que é memória:

“A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações” (Le Goff, 1990, p. 476).

Em Volta Redonda, a paisagem urbana, marcada pela presença da usina e das praças, atua como o que Pierre Nora (1993) denomina “lugares de memória”: refúgios nos quais a lembrança se cristaliza diante do risco do esquecimento.

Assim define Nora:

“Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, de que é preciso criar arquivos, de que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebre, notariar actos (sic), porque estas operações não são naturais. [...] Eles são bastiões que servem de apoio. Porém, se aquilo que eles defendem não se encontrasse ameaçado, também não teríamos tido a necessidade de os construir. Se vivêssemos verdadeiramente as recordações que encerram, eles seriam inúteis. E se, em contrapartida, também a história não se assenhorasse deles para os deformar, transformar, moldar e petrificar, não se tornariam lugares de memória” (Nora, 2016, p. 57).

Público-Alvo

O público-alvo desta proposta é intencionalmente amplo: abrange do Ensino Fundamental e Médio até a EJA e a Educação Popular. Entendemos que o direito à memória e à compreensão das tensões da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985) são fundamentais para a formação de qualquer cidadão.

Para o professor de História, este material oferece subsídios teóricos e práticos para trabalhar temas sensíveis, aqueles que ainda geram traumas e disputas na sociedade, utilizando a cidade como laboratório para a construção do "nunca mais".



Fonte : Acervo do autor

O Cenário de Volta Redonda

Volta Redonda, conhecida como a "Cidade do Aço", carrega em sua urbanidade as marcas indeléveis do projeto de desenvolvimento nacional e das contradições do poder. Erguida sob a égide da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a cidade tornou-se um epicentro de lutas operárias e, conseqüentemente, um alvo estratégico de vigilância e repressão durante a Ditadura Empresarial Militar (1964-1985).

Do controle disciplinar do cotidiano operário à trágica ocupação do Exército na greve de 1988 que, embora posterior ao período ditatorial estrito, ecoou suas práticas repressivas, Volta Redonda é um território onde o aço e o sangue se misturam à luta por direitos, tornando-se o cenário ideal para discutir a resistência e as feridas ainda abertas da nossa história recente.



Fonte : Portal VR

Flexibilidade e Reapropriação Pedagógica

Embora este roteiro tenha sido meticulosamente pensado a partir de espaços selecionados em Volta Redonda, sua arquitetura pedagógica foi desenhada para ser adaptável. Esta não é uma proposta estática, mas sim um modelo metodológico.

- **Ampliação Local:** Professores da região podem incluir novos pontos de memória que dialoguem com suas realidades específicas.
- **Reaplicação em Outras Cidades:** O conceito de "aula-passeio" e o foco em "memórias sensíveis" podem (e devem) ser transportados para qualquer município.

Articulação com a BNCC

A realização das aulas-passeio propostas fundamenta-se em um planejamento prévio alinhado às habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o componente curricular de História, especialmente no que se refere ao estudo da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964–1985).

No Ensino Fundamental – 9º ano, destacam-se as habilidades EF09HI19, que propõe identificar e compreender o processo que resultou na Ditadura Civil-Militar no Brasil, bem como discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça diante das violações de direitos humanos ocorridas no período; e EF09HI22, que orienta a discussão sobre o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a promulgação da Constituição de 1988, incluindo movimentos sociais como as “Diretas Já” e a luta pela anistia.

No Ensino Médio, a proposta dialoga com as habilidades EM13CHS503, que busca identificar diferentes formas de violência, suas causas, significados e usos políticos, discutindo mecanismos para combatê-las; e EM13CHS601, que propõe analisar os princípios dos Direitos Humanos, identificar progressos e entraves à sua efetivação e promover ações diante de desigualdades e violações de direitos.

Dessa forma, as aulas-passeio constituem uma estratégia pedagógica capaz de articular conteúdos históricos, reflexão crítica e formação cidadã, aproximando os estudantes de experiências concretas relacionadas à memória histórica e aos direitos humanos.

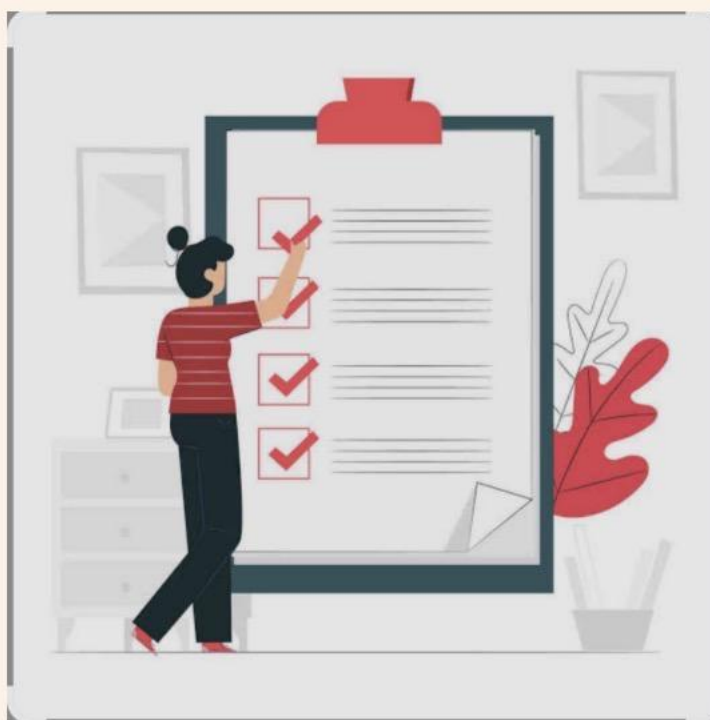
Execução da Proposta

Para a realização de uma aula-passeio que atinja os objetivos educacionais propostos, a atividade pode ser organizada em quatro etapas principais: planejamento, execução, compartilhamento das aprendizagens e avaliação.

A definição do circuito das aulas-passeio também exige que o docente considere o perfil dos estudantes, incluindo a quantidade de alunos, a série e a faixa etária. Esses fatores influenciam diretamente tanto a escolha dos locais quanto a abordagem pedagógica adotada, especialmente quando se trata de temas sensíveis relacionados à memória da ditadura e às violações de direitos humanos. A maturidade dos estudantes, nesse sentido, é um elemento importante para orientar a forma como as discussões serão conduzidas. Além disso, o número de participantes interfere na dinâmica da atividade. Trabalhar com grupos menores tende a facilitar a mediação pedagógica e o acompanhamento do professor. Contudo, quando se trata de turmas numerosas, recomenda-se a participação de outros docentes ou profissionais da escola, o que pode favorecer, inclusive, abordagens interdisciplinares. Na ausência dessa possibilidade, uma alternativa é dividir a turma em grupos menores e distribuir tarefas específicas entre os estudantes durante o percurso da aula-passeio.

A etapa de compartilhamento das aprendizagens ocorre após a realização da atividade de campo. Nesse momento, os estudantes são incentivados a socializar suas percepções, observações e reflexões sobre os locais visitados, permitindo a construção coletiva do conhecimento histórico. O docente, por sua vez, realiza considerações finais sobre a experiência vivenciada, destacando aspectos relevantes das aprendizagens construídas e podendo, inclusive, compartilhar posteriormente a experiência pedagógica com outros professores da instituição.

O processo de avaliação deve ocorrer de forma contínua, contemplando diferentes momentos da atividade. Os estudantes podem ser avaliados antes, durante e após a aula-passeio. Na fase de planejamento, já é possível observar o nível de participação e envolvimento dos alunos na preparação da atividade.



Aula Introdutória do Circuito

Antes de realizar as visitas, o docente conduzirá uma aula introdutória essencial para fundamentar a Aula-Passeio.

Este momento preparatório visa instrumentalizar os estudantes com conceitos-chaves como memória, história e "memórias sensíveis". O desafio pedagógico reside na transposição didática: utilizar a historiografia local e autores regionais para simplificar temas complexos sem esvaziá-los de sua profundidade crítica.

A proposta é conectar o conhecimento científico à sensibilidade do aluno, partindo do contato com as memórias da classe trabalhadora de Volta Redonda.

Ao apresentar o roteiro, o professor deverá contextualizar cada ponto do circuito não apenas como geografia urbana, mas como espaços de resistência ou marcos da repressão. Mais do que descrever locais, a aula deve resgatar a trajetória de lideranças e vítimas silenciadas pela história oficial, humanizando o passado e revelando as camadas de simbolismo e luta que moldaram a identidade da cidade.

A aula preparatória garante o conhecimento prévio necessário para a imersão. O docente poderá fornecer um *folder* com a síntese histórica de cada ponto de memória visitado e breves biografias das lideranças em destaque.

Durante o circuito, os estudantes serão incentivados a utilizar esse material como um suporte para a elaboração de um diário de bordo, registrando informações e reflexões que fundamentarão os debates e trabalhos realizados após a visita.

1ª visita

Centro de Memórias do Sul Fluminense Genival Luiz da Silva

A realização de uma aula-passeio ao Centro de Memória do Sul Fluminense Genival Luiz da Silva (UFF), em Volta Redonda, constitui uma oportunidade fundamental para aproximar os estudantes do ensino básico da experiência concreta com o conceito de ‘lugar de memória’.

Tal espaço não apenas preserva documentos e registros sobre a história local e a trajetória dos trabalhadores da região, mas também possibilita aos alunos compreenderem como a memória social é construída e disputada. Ao explorar a memória de Genival Luiz da Silva, que dá o nome ao espaço, operário da CSN, preso e torturado durante a ditadura empresarial-militar brasileira, a visita coloca em diálogo com nossos estudantes a dimensão local da experiência operária e sua memória.

Este lugar de memória servirá como ponto de partida para que os estudantes problematizem as distinções entre lembrança e registro histórico. A apresentação da memória operária local, intrínseca à denominação do próprio espaço, constitui o primeiro exercício de leitura crítica sobre como as trajetórias do trabalho são preservadas ou silenciadas no tecido urbano.



Interior do Centro de Memórias Sul Fluminense Genival Luiz da Silva (UFF)
(Fonte: Acervo do Autor)

2ª visita:
**Rádio Siderúrgica - Um lugar de resistência
ao Golpe de 1964**



Fonte : Acervo do autor

A segunda visita do circuito de aulas-passeios de História será dedicada ao espaço que sediou a antiga Rádio Siderúrgica, reconhecido como um dos lugares de memória sensíveis da cidade, por sua centralidade no episódio de resistência da classe trabalhadora frente ao golpe empresarial civil-militar de 1964, em Volta Redonda.

A importância desse espaço se justifica não apenas pela sua função como veículo de comunicação operária, mas, sobretudo, por ter se tornado símbolo de enfrentamento a um golpe de classe, que visou enfraquecer o protagonismo político dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional.

Conforme evidenciam os registros do Relatório da Comissão Municipal da Verdade, a repressão que se seguiu resultou em fichamentos, prisões de lideranças sindicais e demissões coletivas, configurando uma estratégia de silenciamento e controle social. Pelos relatos em entrevistas, a resistência operária se concentrou inicialmente na Rádio Siderúrgica, na porta da Usina, na FEM, em vários Departamentos e, por fim, na sede do Sindicato.

3ª visita: O Bispado do Laranjal

A terceira visita do circuito de aulas-passeio será realizada ao Bispado de Volta Redonda, no bairro Laranjal, espaço que se configura como um lugar de memória de grande relevância no contexto da ditadura civil-militar. No dia 9 de novembro de 1967, a residência episcopal, em que morava Dom Waldyr Calheiros de Novais, foi invadida por forças do 1º BIB de Barra Mansa, sob as ordens do Coronel Armênio Pereira e a execução do Tenente-Coronel Gladstone Pernasett, acompanhados pelos tenentes Dalgio Niebus e Luís Fernando de Freitas, em diligência que buscava provas contra jovens acusados de subversão, ligados ao chamado “Caso Judica”, quando panfletos contrários ao regime foram distribuídos em uma Kombi da diocese.

Esse episódio marca o início de uma série de embates entre Dom Waldyr e os poderes militares locais, nos quais o bispo se posicionou de forma corajosa contra as violações de direitos e a repressão estatal. Ao visitar esse espaço, os estudantes poderão refletir sobre a atuação da Igreja progressista na defesa dos direitos humanos, bem como sobre as tensões entre instituições civis e militares durante o regime, compreendendo como o Bispado se constitui como um lugar de memória sensível, rompendo um simbolismo de aliança entre a Igreja diocese local e o Estado (CSN) em campos de oposição que expressa a resistência moral e política diante do autoritarismo.



Fonte : Acervo do autor

De acordo com o relatório da Cominicipal Municipal da Verdade:

"A invasão ao Bispado pela diligência do Exército marcou o início de uma nova relação entre Igreja e Estado na Ditadura Militar. Da parte do poder ditatorial, as forças militares identificavam o crescimento da subversão dentro da Igreja Católica e a quebra da aliança político-ideológica que amparou o Golpe Civil-Militar de 64, contra o Governo de João Goulart e suas Reformas de Base. Da parte da hierarquia eclesiástica, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) começaria a se afastar cada vez mais do bloco de poder do regime e se tornar uma força de resistência dos Direitos Humanos e de defesa de seus membros sob ameaça das arbitrariedades e da repressão ditatorial. Nesse sentido, a invasão militar ao Bispado, sem precedente na relação Igreja-Estado no Brasil, foi um ato simbólico de agressão e início de rompimento do casamento anticomunista selado no Golpe de 64" (Volta Redonda, 2015 p. 149).

O conhecimento da memória de Dom Waldyr Calheiros de Novais pelas novas gerações de estudantes revela-se fundamental para compreender sua marcante trajetória em Volta Redonda e no Sul Fluminense como um pastor de novo estilo, alinhado às diretrizes do Concílio Vaticano II e à opção preferencial pelos pobres. Sua atuação extrapolou os limites da esfera religiosa, tornando-se voz profética de denúncia das torturas e mortes praticadas no 1º BIB de Barra Mansa durante a ditadura. Posteriormente, suas ações estenderam-se até a redemocratização, em forte apoio às lutas operárias e ao novo sindicalismo em 1988 e nos anos 1990; e à formação de novos movimentos sociais em confronto com a onda neoliberal da América Latina.

Nesse percurso, Dom Waldyr consolidou-se como um ícone na defesa dos direitos humanos, cuja memória preservada e transmitida é essencial para fortalecer a consciência histórica e democrática das gerações atuais.

4ª Visita:

Operação Gaiola: Vila Santa Cecília – Praça Brasil – Rua 16- Memorial Zumbi, Teatro Santa Cecília e Igreja Santa Cecília

A quarta visita do circuito de aulas-passeio será realizada no bairro Vila Santa Cecília, com início na Praça Brasil, lugar de memória que permite múltiplas leituras sobre a história de Volta Redonda como berço da siderurgia nacional. Nesse espaço, a visita propiciará uma contextualização histórica a partir do próprio nome da praça e de sua relação simbólica com o Hino da Cidade, cuja estrofe principal afirma: “Volta Redonda é o Brasil”, reforçando a identidade ufanista entre a cidade e o projeto de industrialização nacional.

A análise da formação arquitetônica moderna do bairro, a influência da cultura estadunidense na identificação de nomes das ruas com números e a chegada dos trabalhadores ganham materialidade na estátua do Metalúrgico, que remete aos “arigós”: migrantes que, como aves em bando, vieram de diferentes regiões do país em busca de trabalho e futuro. O espaço monumental de Getúlio Vargas, próximo ao obelisco, reforça o vínculo entre a construção da CSN e o Estado Novo ditatorial, enquanto o percurso pela Rua 16 rememora a presença de uma antiga vila de militares vinculados à Companhia, cujas casas eram constantemente vigiadas em tempos de repressão.



Rua 16- Vila Santa Cecília



Praça Brasil – Vila Santa Cecília

(Fonte: Acervo do Autor)

Essa disputa evidencia como a memória é também um campo de conflitos e silenciamentos, sobretudo quando envolve a história do povo negro, suas lutas, dores e contribuições em variados contextos da história do Brasil. Incluir o Memorial Zumbi no circuito de aulas-passeio, portanto, significa reconhecer a centralidade da experiência do povo negro na formação da sociedade brasileira e fomentar uma reflexão crítica junto aos estudantes sobre o racismo estrutural, a resistência cultural e a luta por direitos, tornando visível uma memória sensível que ainda hoje enfrenta tentativas de apagamento.

O trajeto desse circuito contempla ainda o Teatro Santa Cecília, ao lado da Igreja de mesmo nome. Local emblemático por ter sido palco da chamada Operação Gaiola, desencadeada após o AI-5 em 1968, quando professores, estudantes atores e vereadores foram presos após a encenação de uma peça em homenagem ao aniversário de 20 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.



Memorial Zumbi
(Fonte: Acervo do Autor)

O relatório da Comissão Municipal da Verdade de Volta Redonda aponta sobre esse lugar:

“Os informantes da Ditadura vinculados ao Exército ou à CSN, infiltrados na Celebração dos 20 anos dos Direitos Humanos, transmitiram ao comandante do 1º BIB, Coronel Armênio Gonçalves e ao Chefe de Serviços Gerais da CSN, General Ene Garcez dos Reis, o teor <subversivo> do discurso de D. Waldyr Calheiros. Dentre esses informantes havia o jornalista Almeida Amado que também fotografou todas as pessoas no evento, o que possibilitou suas identificações para posterior prisão no AI-5. Segundo relato dos informantes, o Bispo citou como exemplo de injustiça social o caso dos empreiteiros que recebem dinheiro da CSN para pagamento dos funcionários, porém quem lucra mais são os intermediários, que desviam esse dinheiro, fazendo assim que nem o salário mínimo seja pago aos operários. Os informantes dos serviços secretos do Exército e da CSN acrescentaram ainda que D. Waldyr afirmara que casos de injustiças como esses são responsáveis pelo levantamento dos povos em lutas de guerrilhas, como Cuba e Vietnã, mas o Brasil não estaria amadurecido para revolução ou luta de guerrilha” (Volta Redonda, 2015 p. 215 e 216).

No Natal do mesmo ano, o espaço interno da Igreja de Santa Cecília ainda abrigou um presépio crítico, que aludia aos presos da operação, simbolizando a resistência cultural diante do autoritarismo. A igreja hoje guarda o túmulo com os restos mortais de Dom Waldyr Calheiros.



Igreja Santa Cecília
(Fonte: Acervo do Autor)



Teatro Santa Cecília
(Fonte: Acervo do Autor)

5ª Visita : Sindicato da Construção Civil

A quinta visita do circuito de aulas-passeio será realizada no bairro Conforto, na sede do Sindicato da Construção Civil de Volta Redonda, espaço que se configura como um lugar de memória fundamental para a compreensão das lutas e resistências dos trabalhadores da cidade. O sindicato preserva um acervo importante de memórias operárias e carrega em sua trajetória episódios de grande relevância histórica, como o assassinato de seu presidente, Rubem Machado, na década de 1950, conforme ressalta o centro de memória. Rubem Machado foi um líder sindical de destaque não somente para os trabalhadores da construção civil. Tinha filiação partidária no PCB. Era um líder popular muito carismático. Era presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Barra Mansa e Volta Redonda-RJ.

Nesse contexto, destaca-se também a perseguição política a seu presidente eleito em 1962, Lainor Ferreira, um dirigente que não possuía ligação com partidos de esquerda como o PCB e que, mesmo assim, foi cassado e perseguido pelo regime, tendo sido demitido da fábrica de cimento Tupi em que trabalhava.

Conforme o depoimento de sua esposa Brasilina Vieira Dalboni a CMVVR: No Golpe de 64 não se envolveu diretamente com o movimento dos metalúrgicos na CSN. Mesmo assim, os militares do 1º BIB invadiram a sede do Sindicato da Construção Civil, prenderam Lainor Ferreira, sem mandado judicial, sequestraram toda documentação do Sindicato e o levaram para o quartel do BIB, em Barra Mansa, lá permanecendo incomunicável e sem que o Exército assumisse que ele estava preso (Volta Redonda, 2015 p. 86)

A visita a esse espaço, portanto, permite evidenciar como as práticas sindicais e a organização dos trabalhadores foram alvo constante de vigilância e violências, ao mesmo tempo em que reafirma a importância de preservar tais memórias sensíveis no presente, de modo a valorizar a história das lutas sociais locais da classe trabalhadora.



(Fonte: Acervo do Autor)

6ª Visita : O Clube Palmares

A visita ao Clube Palmares de Volta Redonda, também é muito importante para esse circuito, fundado em 1965 em pleno período inicial da ditadura, o clube representa um momento essencial do circuito por possibilitar a reflexão sobre as dimensões do racismo estrutural na história de Volta Redonda.

O Palmares foi criado por trabalhadores negros da CSN que, embora integrassem o quadro de funcionários da empresa, eram sistematicamente impedidos de acessar os clubes sociais destinados à população branca. A emergência do Clube Palmares evidencia, portanto, um processo de racialização dos espaços sociais durante o regime militar, quando a segregação racial se materializava na própria organização urbana e nos espaços de lazer da cidade. Mais do que um local de sociabilidade, o Clube constituiu-se como um espaço de mobilização, resistência e afirmação da negritude, cujas memórias, muitas vezes apagadas, revelam como a ditadura reforçou e legitimou práticas discriminatórias.



(Fonte: Acervo da Galeria do Clube Palmares)

Refletir sobre esse espaço, em uma aula-passeio de História, permite aos estudantes compreenderem a persistência do racismo nas estruturas sociais da “Cidade do Aço” e reconhecerem a importância da luta do povo negro por dignidade, pertencimento e direito à memória. O Clube Palmares de Volta Redonda constitui-se como um importante lugar de memória e resistência, símbolo vivo da luta da população negra por reconhecimento, igualdade e valorização de suas raízes. Desde sua fundação em 1965, em um contexto de exclusão racial e social, o clube nasceu como espaço de afirmação da identidade negra e ainda hoje, reafirma essa missão ao se consolidar como um grande centro cultural e pedagógico de educação antirracista na cidade: com cursos, eventos e projetos que celebram a ancestralidade e a história de seus fundadores, o Clube Palmares se transforma em um espaço de construção de saberes, promoção da cidadania e preservação da memória coletiva.

7ª Visita :

O Museu do Trabalho e Direitos Humanos (Barra Mansa)

Esse lugar de memória representa muito para nosso circuito de trabalho com essas memórias sensíveis nas aulas passeios. Embora ele esteja localizado na cidade vizinha, e muito próxima, que é Barra Mansa, esse lugar de memória está intimamente ligado à história da classe trabalhadora da região Sul Fluminense e sobretudo às memórias sensíveis da cidade de Volta Redonda.

O espaço que hoje abriga o Museu do Trabalho e dos Direitos Humanos é um “lugar de Consciência” um sítio de consciência de memórias; esse lugar que hoje busca preservar e trabalhar com memórias difíceis, teve uma história difícil para chegar a ser o que hoje é. Ele representa um lugar de memória pioneiro; pois no espaço, que no passado traumático está diretamente relacionado a ele, funcionou 1º Batalhão de Infantaria Blindada (1º BIB) e o 22º Batalhão de Infantaria Motorizada do Exército, lugares em que ocorreram prisões de centenas de homens e mulheres, marcados por terríveis torturas físicas e psicológicas, e que se transformou em um centro de repressão da ditadura civil-militar do Brasil, chegando inclusive a ser local de assassinatos de soldados.



(Fonte: Acervo do Autor)

O Museu como "Lugar de Consciência"

- Identidade e Localização: Situado em Barra Mansa, porém muito ligado à história de Volta Redonda e da classe trabalhadora do Sul Fluminense (sua proximidade com Volta Redonda favorece o circuito.)
- De Quartel a Museu: Ocupa o prédio do antigo 1º BIB (Batalhão de Infantaria Blindada), um dos maiores centros de repressão e tortura da ditadura civil-militar no Brasil.
- Resistência ao Apagamento: A existência do museu é fruto de uma luta contra o esquecimento e contra projetos que visavam transformar o local em shopping ou centros comerciais.
- Marco de 10 anos (2015-2025): Fruto do relatório da Comissão da Verdade de Volta Redonda e de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o MPF para reparação simbólica.



(Fonte: Acervo do Autor)

Testemunhos e Memórias Sensíveis

Apresentação de casos emblemáticos que humanizam o conteúdo histórico:

- Edir Alves de Souza (JOC): O relato do operário da CSN sobre as torturas físicas e psicológicas e a perseguição à juventude religiosa.
- Estrella Bohadana (Codinome Lúcia):
- Símbolo da resistência feminina e da articulação da Frente Operária.
- Exemplo de resiliência: "O meu sonho me cobre, eu não preciso de roupa".
- O Caso dos Soldados (1972): A tortura e o assassinato de quatro soldados pelo próprio Exército dentro do 1º BIB, sob o comando do Capitão Pires.
- Roberto Vicente da Silva: A história de uma família negra e pobre que lutou por 36 anos por justiça, apoiada pela persistência de Dom Waldyr Calheiros.



(Fonte: Acervo do Autor)

Uma visita de aula-passeio ao Museu do Trabalho e dos Direitos Humanos representa uma experiência formativa de grande relevância para o ensino de História: uma verdadeira imersão para entender a importância de perceberem essas memórias por eles não conhecidas; a aula-passeio possibilita o contato direto com memórias difíceis e sensíveis que articulam violações, lutas da classe trabalhadora, resistência, direitos humanos e sobretudo o conhecimento das causas, dos ideias que motivaram essas lutas e levaram essas memórias a um enquadramento de esquecimento e silêncio. Tudo isso aconteceu na cidade em que vivem esses estudantes e através de uma experiência diferenciada, com a visitação da exposição “Corpo e Memória”, eles poderão refletir novos horizontes a partir do contato com esse passado.



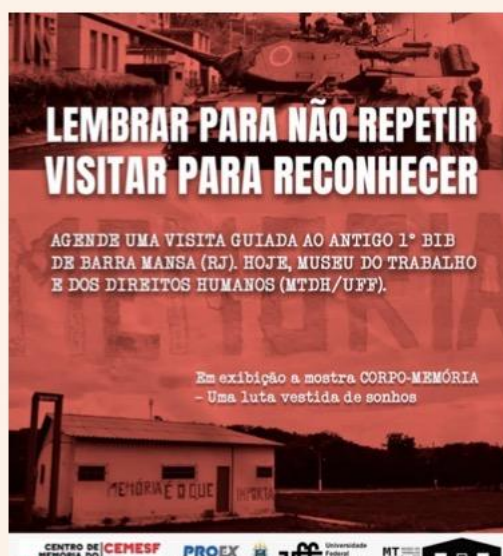
(Fonte: Acervo do Autor)

Nesse sentido, a visita pedagógica não se restringe a um exercício de observação, mas constitui um recurso didático fundamental para articular a dimensão entre Ensino de História pelos temas sensíveis e a memória social sensível local, estimulando a valorização da reflexão sobre o conhecimento como forma de sensibilização, como forma de reparação histórica e como direito às lutas de memórias no contexto regional e nacional.

"Um trabalho de muitas mãos, um museu de memórias vivas, um lugar de memórias difíceis do Brasil." Professora Alejandra Estevez
(inauguração Exposição Corpo-memória: Uma luta vestida de sonhos.)



(Fonte: Acervo do Autor)



(Fonte : Instagram do Museu do Trabalho e Direitos Humanos)

8ª Visita : A Praça Juarez Antunes

Encerrar o circuito de aulas-passeio de História com a visita à Praça Juarez Antunes representa um momento de reflexão e síntese das aprendizagens sobre a relação entre memória, trabalho e direitos humanos em Volta Redonda. Este espaço, marcado pela construção, destruição e reconstrução do Monumento 9 de Novembro, carrega as marcas das lutas e resistências dos trabalhadores da CSN e da sociedade civil em defesa da democracia. Ao promover essa visita, busca-se possibilitar aos estudantes a vivência concreta de um lugar de memória sensível, no qual o passado operário e as disputas por reconhecimento continuam a dialogar com o presente. A praça constitui-se como um território educativo e político, fundamental para compreender como a memória coletiva da cidade se constrói e se mantém viva, inspirando novas gerações na valorização da história e na defesa dos direitos sociais.



Memorial 9 de novembro

A Praça como Território de Disputa de Memória

- Mudança de Nome: De "General Edmundo Macedo Soares" (representante da cúpula militar) para Juarez Antunes (líder operário). Um ato político de inversão de poder no espaço público.
- Localização Estratégica: Situada exatamente em frente à entrada principal da CSN (Usina Presidente Vargas), colocando a memória da luta cara a cara com o local da produção.
- O "Bispo e o Operário": A praça une o nome de Juarez Antunes e a estátua de Dom Waldyr Calheiros, simbolizando a aliança histórica entre o movimento sindical e a igreja progressista.



Estátua de Dom Waldyr

(Fonte: Acervo do Autor)

O Monumento "9 de Novembro"

- Em memória do massacre dos trabalhadores: Criado por Oscar Niemeyer para honrar William, Walmir e Barroso, operários assassinados pelo Exército na Greve de 1988.
- O Atentado de 1989: A explosão ocorrida apenas um dia após a inauguração. Um crime que visava o apagamento físico da memória das lutas.
- Estética da Resistência: A pedido de Niemeyer, o monumento foi reconstruído mantendo as marcas da explosão. O metal retorcido e o concreto ferido não são "defeitos", mas testemunhos da violência autoritária que ainda tentava silenciar a democracia.



Memorial 9 de Novembro no dia seguinte ao atentado em 1989
(Acervo: Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense)

"Volta Redonda como Epicentro Nacional"

- Em 1º de Maio de 1989: A cidade se configurou como um Centro Nacional de Mobilização dos Trabalhadores pela CUT.
- Pluralidade Política: O espaço reuniu figuras como Luís Carlos Prestes, Lula e Brizola, mostrando que a Praça era o palco da efervescência democrática brasileira pós-ditadura.

O Perigo do "Apagamento Sutil" (Intervenções Urbanas)

- Arquitetura de Desmemória: Crítica à urbanização recente que colocou bancos de costas para o monumento e à construção de passarelas que o escondem.
- Despolitização: O desconhecimento das novas gerações sobre o significado do espaço. A praça corre o risco de virar apenas um "local de passagem" se a história não for contada.

Conclusão do Circuito: Por que encerrar aqui?

A visita a este local conclui a aula-passeio por três razões fundamentais:

- **Síntese da Luta Operária:** O local resume a transição da repressão militar (1º BIB, visitado anteriormente) para a resistência democrática de rua.
- **Educação do Olhar:** Ensina o estudante a ler a cidade. Um banco ou uma passarela não são apenas móveis urbanos; podem ser ferramentas de silenciamento histórico.
- **Memória Viva:** Ao tocar nas cicatrizes do monumento, o estudante compreende que a história é feita de conflitos reais, não apenas de datas em livros. É o convite para que o "corpo-memória" dos trabalhadores continue vivo nas novas gerações.

"Ao olharmos para estes monumentos hoje, o que as suas cicatrizes nos contam sobre o custo da democracia que vivemos agora?"

Todo o circuito conversa com os estudantes para que eles tomem consciência de toda a história que os cerca. Nesse sentido cabe que eles sejam convidados a refletir sobre o que há de resquício do passado na História atual, presente.

É importante que eles sejam capazes de traçar paralelos entre os eventos passados e as disputas narrativas do presente - em que um campo não ignora o que aconteceu e outro campo constrói narrativas que deslegitimam as memórias sensíveis - o chamado 'mimimi'.



Busto do General Edmundo Macedo Soares

(Fonte: Acervo do Autor)

Sugestões de Atividades



Fonte: gerado por Gemini ferramenta de IA

Após a elaboração do circuito das aulas-passeio na cidade de Volta Redonda, conclui-se que o docente pode potencializar essa experiência por meio da proposição de atividades pedagógicas complementares. Entre elas, destacam-se:

1- Do Chão da Cidade ao Chão da Escola: o retorno e a sistematização dos saberes.

- Roda de conversas sobre as observações do circuito e troca de saberes.
- Aula-passeio, observação, registros, análise de fontes históricas visitadas, debates e síntese reflexiva.

Objetivo: Sistematizar os conhecimentos construídos durante o circuito itinerante, promovendo a articulação entre a vivência prática, a análise de fontes históricas e o diálogo coletivo, a fim de transformar as observações de campo em uma síntese reflexiva que fortaleça a consciência crítica, o respeito aos Direitos Humanos e o reconhecimento do estudante como sujeito ativo na preservação da memória de Volta Redonda.

2- O Ateliê de História: produção Cartográfica após a aula-passeio.

- A construção de um mapa colaborativo das memórias sensíveis da cidade, a ser apresentado à comunidade escolar como: Cartografia das memórias sensíveis.
- Criação de Mapas Afetivos: nos quais os alunos marcam os pontos que mais os impactaram.

Objetivo: Fomentar o protagonismo discente por meio da sistematização criativa da experiência itinerante, utilizando a cartografia afetiva para materializar as percepções sobre as memórias sensíveis de Volta Redonda e comunicar, à comunidade escolar, a importância da preservação do patrimônio histórico das memórias sensíveis da cidade.

3- Sistematização da Experiência: transformando vivências em consciência histórica

- A produção de um jornal escolar voltado à circulação, abordando as memórias sensíveis e os lugares de memória visitados.
- Escrituras da Cidade: Produções discentes e o encerramento do percurso.

Objetivo: Consolidar a consciência histórica dos estudantes por meio da escrita pública e colaborativa, transformando as vivências do circuito em narrativas autorais que denunciem os silenciamentos do passado e reafirmem o compromisso com a democracia e os Direitos Humanos perante a comunidade escolar.

4-Tecendo o "Nunca Mais": atividades de síntese sobre a resistência em Volta Redonda.

- A realização de uma roda de conversa pra conhecer trajetória de uma vítima da cidade que viveu o período ditatorial.
- A elaboração de uma proposta simbólica de renomeação de lugares de memória da cidade em homenagem às vítimas da ditadura.
- A elaboração de um painel de trajetórias das memórias silenciadas e esquecidas que marcaram a resistência.

Objetivo: Promover o encontro dialógico entre os estudantes e a história viva da resistência em Volta Redonda, utilizando o testemunho e a análise dos silêncios urbanos para fundamentar ações de reparação simbólica que ressignifiquem o espaço público e transformem o 'nunca mais' em um compromisso ético, em educação para os Direitos Humanos, com o direito à memória das vítimas e à defesa na democracia.

Considerações Finais

Entendemos que as atividades aqui sugeridas podem ampliar o sentido da aprendizagem histórica ao incentivar a investigação, a reflexão crítica e o reconhecimento dos espaços urbanos como lugares de memórias sensíveis, resistência e construção de identidades coletivas.

As sugestões dessas atividades podem contribuir para que os estudantes se tornem sujeitos ativos na produção do conhecimento histórico, estabelecendo relações entre passado e presente e compreendendo que as memórias sensíveis, especialmente aquelas silenciadas ou marginalizadas, constituem parte fundamental do patrimônio social e da luta pelo direito à memória e à verdade.

Assim, a aplicação das atividades pedagógicas sobre memórias sensíveis consolida-se como uma ferramenta relevante para articular educação histórica, formação cidadã e reflexão crítica sobre os Direitos Humanos. Embora este modelo tenha sido pensado para o contexto de Volta Redonda, ele não se encerra em si mesmo; sua estrutura foi concebida como uma proposta aberta e adaptável, oferecendo aos docentes a plena liberdade para ampliar e ajustar o roteiro conforme novas demandas e fontes surjam. Dessa forma, o circuito serve como um modelo metodológico replicável, capaz de ser transposto para outras realidades geográficas e históricas, incentivando a preservação da memória e a consciência social em diferentes cenários educativos.

**"A história da humanidade é a história da luta de classes." ...
Karl Marx e Friedrich Engels**



Tropas militares ocupam a Companhia Siderúrgica Nacional durante a greve dos metalúrgicos de 1988. Acervo: FolhaPress. Fotógrafo: Homero Sérgio.
Acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Fazer defeitos nas memórias: para que servem a escrita e o ensino da história?** In: GONÇALVES, Márcia de Almeida.

ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MONTEIRO, Ana Maria (org.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CERRI, Luis Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CSN de mãos dadas com a violência de Estado. (2022). In: CAAF/UNIFESP – Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (Ed.). **A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura: Informe Público** (pp. 84–88). CAAF/UNIFESP. Disponível em: <https://empresaseditadura.org>. Acesso em: 8 ago. 2025.

ESTEVEZ, Alejandra Magalhães; ALMEIDA, Priscila Cabral. **Lugares de memória da ditadura: disputas e agenciamentos nos processos de construção do 1º BIB Barra Mansa (Rio de Janeiro) e da Casa Marighella - Salvador (Bahia)**. Tempo. (Niterói. Online), v. 27, n. 1, p. 144–164, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/9ShRXXCTdFBjywksX4HgDLD>. Acesso em: 26 set. 2025.

MUSEU do Trabalho e dos Direitos Humanos é inaugurado em Barra Mansa. **Foco Regional**. Barra Mansa, 3 maio 2024. Disponível em: <https://focoregional.com.br/Noticia/museu-do-trabalho-e-direitos-humanos-e-inaug>. Acesso em: 26 set. 2025.

REINET, C. **Ensaio de psicologia sensível**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2013.

JORNAL DIÁRIO DO VALE – 25 de julho de 2008.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. In: Projeto História, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 10 set. 2025.

PADRÓS, Enrique Serra. **Ditadura brasileira: verdade, memória... e justiça?** Historiæ, Rio Grande, v. 3, n. 3, p. 65-84, 2012. Disponível em: <https://seer.furg.br/hist/article/view/3262>. Acesso em: 17 set. 2025.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. **Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis**. Revista História Hoje, v. 7, n. 13, p. 14-33, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/427>. Acesso em: 25 ago. 2025.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; OLIVEIRA, Thiago Augusto Divardim (Orgs). **Paulo Freire e o Ensino de História**. Curitiba: Was Edições, 2023.

SUKOW, Nikita Mary. **Um Balanço Teórico da História local: Historiografia e Ensino de História**. In: GONÇALVES, Nádia; URBAN, Ana Cláudia (orgs). Ensino de História: Contribuições a partir da História Local. Curitiba: Appris Editora, 2023.

VOLTA REDONDA. **Comissão Municipal da Verdade: Dom Waldyr Calheiros**. Relatório Final. Volta Redonda: Prefeitura Municipal de Volta Redonda, 2015.